

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ASSIS CINTRA: UMA OUTRA HISTÓRIA

O limiar da história e outros lugares da historiografia brasileira

FELIPE LUIZ BORGES MACHADO

2004

FELIPE LUIZ BORGES MACHADO

ASSIS CINTRA: UMA OUTRA HISTÓRIA

O limiar da história e outros lugares da historiografia brasileira

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em História

Orientadora: Profa. Dra. Eliana de Freitas Dutra

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2004

Dissertação defendida e aprovada em 14 de junho de 2004, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Eliana de Freitas Dutra – Orientadora

Profa. Dra. Ângela de Castro Gomes

Prof. Dr. Ciro Flavio Bandeira de Melo

Agradecimentos

Parece ser este o momento mais difícil do trabalho. A tantos devemos agradecer e já sabemos de antemão que deixaremos de fora alguns. Atereime aos responsáveis mais diretos na colaboração e feitura deste.

Agradeço minha orientadora Eliana de Freitas Dutra, que aceitou a árdua tarefa de orientar quem insistia em buscar a alma de seu personagem. Pelas suas incontáveis leituras e cobranças, necessárias para que o trabalho se transformasse em dissertação.

A Ciro Flávio Bandeira de Melo por abrir a porta de sua casa a um estranho e apontar a possibilidade deste trabalho ser realizado. Carla Anastasia por reavivar a certeza e indicar o caminho. A José Carlos Reis pelas críticas necessárias e aos demais professores da Fafich pelos cursos ministrados.

Aos amigos que fiz durante o curso, um mundo novo e desconhecido. A Álvaro Cintra e seu pai José Lamartine Cintra, que desvendaram algumas “facetas” de “tio Chico”.

Ao afeto, solidariedade e compreensão de Ana Conegundes. Aos meus filhos.

Aos meus filhos Heloisa, Mariana, Sofia e João, que também me viram plantar árvores.

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas	8
Resumo	9
Abstract	10
Introdução	12
Capítulo 1 – O endiabrado iconoclasta no centenário da Independência.....	22
O intelectual e o historiador	28
O lugar dos jornais, o modernismo e a destruição da história	35
Os anos 20: dos jornais para as editoras	42
Outros caminhos: incertezas, mudanças e dilemas	48
Na margem da história	55
Capítulo 2 – O senhor da verdade e os senhores da história	60
A fundação do Brasil	65
Incorporações e trocas para uma história republicana	79
A civilização, a raça e o herói	91
Quando Pedro I também é Macunaíma	101
Os livros didáticos	104
Capítulo 3 – O reformador da história e a exclusão da historiografia	110
A modernização da História	114
A escolha do inimigo e a lógica da exclusão	122
Entre a literatura e a história	133
Um tribunal para o outro lado da história	150
Considerações Finais	154

Referências bibliográficas	162
Anexos	173

LISTA DE ABREVIATURAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RAPM – Revista do Arquivo Publico Mineiro

RBR – Revista do Brasil

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

PRP – Partido Republicano Paulista

PRM – Partido Republicano Mineiro

RESUMO

O objeto deste trabalho é analisar a atuação de Francisco de Assis Cintra (1897-1953) como historiador. O jornalista, crítico literário, filólogo, historiador e professor escreveu diversos livros sobre História do Brasil, adotando o viés destruidor, iconoclasta, polemista e quixotesco. Acreditando ser a história mestra para a vida, buscava reformá-la para que os verdadeiros modelos a serem seguidos surgissem do obscurantismo a que estavam relegados na História do Brasil. Assis Cintra foi excluído do repertório da própria historiografia brasileira, ainda que deixando alguma memória. Este trabalho busca compreender, identificar e discutir o lugar, e o porquê desse lugar, ocupado pelo historiador no cenário historiográfico brasileiro.

ABSTRACT

The object of this work is to analyse the situation of Francisco de Assis Cintra (1897-1953) as a historian. The journalist, literary critic, philologist and teacher wrote several books on the history of Brazil, with a destructive, iconoclastic, controversial and Quixotic slant. Believing history was a guideline to life, he tried to reform it so that the real models to be followed would erupt from the obscurantism to which they were bound in the history of Brazil. Assis Cintra was excluded from the repertoire of the Brazilian historiography itself, albeit he has imprinted in it some memory. This work is intended to the understanding, identification and discussion of the place that has been occupied by the historian and the reason why for occupying this place in the Brazilian historiography scene.

”Trajetória é o que atravessa, percorre. Passa? Perdura. Tem trajeto (passagem) e tem história (que não ousa definir). É quase biografia: uma vida de um ponto a outro, no recorte aleatório de quem se propõe. Trajetória é o que foi e não é mais; o que deixou de ser, mas nem tanto, já que se guardou memória dessas coisas que, agora, pouco parecem ser além de palavras.”

(Paulo Miceli, História, histórias: o jogo dos jogos, p. 11)

“Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem (...)”

(Eric Hobsbawn, Era dos Extremos, p. 13)

INTRODUÇÃO

Em 4 de agosto de 1920, o jornal *Correio Paulistano*, porta-voz do *Partido Republicano Paulista* – PRP – publicava curiosa matéria assinada por Hélios, codinome do poeta modernista Menotti Del Picchia, dirigindo-se a um suposto “*bolchevista da história*”:

“Quem com atordoada e tão imprevista audácia, ousava desaterrar colendos vultos do mausoléu da História, para os processar à luz cegante de uma erudição séria e de uma documentação farta, despindo-os de europeis talvez indevidos? (...) Apresentando-me ao bolchevista da história:

- *O professor Assis Cintra...*
- *Hélios, um seu criado.*

O endiabrado iconoclasta era um moço de uns vinte e oito anos, sem as espaventosas barbaças dos sábios e sem óculos, o que me deixou estupefado. Falava lentamente, sem pedanteria, com convicção, às vezes armando hábeis escarolas de sofismas que alapardavam na aparente lógica e na sempre notável erudição do seu espírito de estudioso.”¹

Francisco de Assis Cintra, o dito “*endiabrado iconoclasta*”, naquele ano, havia conquistado as primeiras páginas do jornal *Correio Paulistano* com uma série de matérias desabonando os ícones da História do Brasil. Nascido em Bragança Paulista, pequena cidade do Estado de São Paulo, alcançava notoriedade com seu ímpeto destruidor, em busca da consagração intelectual. Assis Cintra foi jornalista, crítico literário, historiador, filólogo e professor. Acreditando ser a história mestra para a vida, em tom quixotesco, buscava reformá-la para que os verdadeiros modelos a serem seguidos surgissem do obscurantismo a que estavam relegados na historiografia. É justamente o sentido e o estilo dessa reforma e, por via de consequência, a atuação de Assis Cintra como historiador, que constitui o objeto deste trabalho.

Escreveu centenas de matérias nos principais jornais de sua época. Seu trabalho também surpreende pela quantidade de livros que publicou em importantes

¹ HELIOS. Crônica social: o prof. Assis Cintra. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 2, 4 ago 1920. Parte da crônica pode ser encontrada em 1921b:334.

editoras. Após sua primeira obra, em 1920, pela Editora Monteiro Lobato, outras se seguiram pelas mais diversas: Weiszflog (futura Melhoramentos), Leite Ribeiro, Globo, Record, Civilização Brasileira, Renascença entre outras². Abordando questões filológicas, históricas e geográficas, revelava supostos erros dos mestres da língua portuguesa e verdades escondidas sobre os fatos históricos. Em um momento no qual a publicação de livros didáticos era garantia segura de venda, é curioso que o autor tenha sido um dos poucos a quebrar a preferência da Editora Francisco Alves, então especializada na publicação desse gênero de livros³.

Em tal diversidade de material escrito, distinguimos três principais momentos ou etapas de seu trabalho intelectual, relacionados à História. O primeiro deles é do início da década de 20, quando se posiciona claramente como um historiador/pesquisador. Escrevia: “*estou reformando a história com verdades... Procuo os documentos publicados ou inéditos, e argumento. Minha história é essa*”⁴. Em seu segundo momento, pós 1930, também escreverá biografias, como de Chalaça e Carlota Joaquina. Não se considerará mais como um historiador e desdenhará:

*“Visamos apenas distrair por alguns instantes a curiosidade dos leitores. Isto não é história. E também não é romance. Quem quiser história leia os autores citados. Quem quiser romance, espere por um romancista... E que é este livro então? É apenas fumaça histórica e novelesca, que irá para aqui e para acolá, à vontade dos leitores, como fumaça que os ventos carregam...”*⁵

Entrementes, pontuamos um terceiro momento da sua atividade de escritor, quando se volta para a redação de manuais escolares de moral e civismo, como *Pequenas Histórias* e *Alma*

² Imprensa Nacional, J. Magalhães, Mayença, Francisco Alves, Editora Nacional, Civilização Brasileira, Unitas, Guanabara, Calvino Filho, Pongetti, Andersen, Record, J. Fagundes, Melhoramentos, Cruzeiro do Sul, Renascença, Cupolo, Castalat & Niccolis, Schetino, Scientifica, Rodrigues e J. R. dos Santos.

³ HALLEWELL, 1985:207-208. Pela Editora Francisco Alves publicou: *No Limiar da História* (1923) e *Pequenas Histórias* (1924).

⁴ CINTRA, Assis. *Quando os deuses brincam... O Jornal*. Rio de Janeiro, p. 1, 01 abr 1922.

⁵ CINTRA, *Os escândalos de Carlota Joaquina*, p. 7.

Brasileira, adotados em escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais⁶, nas décadas de 20 e 30.

Nosso objetivo neste trabalho é compreender, identificar e discutir o lugar, e o porquê desse lugar, ocupado pelo historiador Francisco de Assis Cintra (1897-1953) no cenário historiográfico brasileiro das primeiras décadas do século XX, e cujo trabalho não consta do repertório da historiografia brasileira. Um dos pontos que levou-nos a tal reflexão foi o fato de nos depararmos, repetidamente, com o seu nome em dicionários, enciclopédias e notas de rodapé de autores consagrados da nossa historiografia, além do fato, já mencionado, de ter publicado diversos livros sobre História do Brasil. Ainda assim, foi desconsiderado pela historiografia⁷. A partir de tais questionamentos, outros surgiram, mais especificamente sobre o conteúdo de seus textos. Que História do Brasil Assis Cintra escrevia, qual concepção de História o orientava, qual História para o Brasil desejava, quais os seus objetivos, e quais foram seus principais interlocutores?

Tais indagações nos levaram a refletir acerca da própria prática da História no período em que Cintra escreveu suas obras. Que estratégias, propostas e alternativas estavam postas nos anos 20 e 30? Que ordem discursiva se construía na historiografia? Havendo propostas concorrentes, quais opções foram aceitas e rejeitadas? Que lugares couberam a uns e a outros e como se construiu a idéia hierarquizada deste "outro", estranho à incipiente comunidade de historiadores do período e que nela não poderia ser incluído? Diante de tais questionamentos, concluímos que também é tarefa do historiador discutir os critérios de como se estabeleceram os cânones válidos.

⁶ Informação colhida na *Apresentação* dos respectivos livros.

⁷ Ver indicações ao longo da dissertação e nas referências de fonte e bibliografia no final deste trabalho.

O caso de Assis Cintra é curioso. Presente e ausente, excluído e citado, que lugar ocupa? Verificamos que seus trabalhos, embora desconsiderados, mereceram a atenção de historiadores de épocas posteriores, como veremos. Portanto, sua presença insiste em sobreviver na historiografia. Buscaremos, neste contexto, compreender sua contribuição, seja como jornalista, seja como historiador, por intermédio de seu olhar enviesado e sua discordância sobre o passado brasileiro, o qual, no seu entender, teria sido legado pelos historiadores do Império e da República. Na nossa pesquisa documental constatamos que seu principal período de atividade se concentra nos primeiros anos da década de 20, os quais enfocaremos com maior atenção. Para compreendermos seu trabalho naquele contexto, e sua posição no interior da historiografia brasileira, dividimos este trabalho em três capítulos.

No primeiro - *O endiabrado iconoclasta no centenário da Independência* - buscamos compreender o contexto histórico e o espaço social pelo qual transitou Assis Cintra, sobretudo nos anos 20, sua formação e percurso profissional, os ambientes intelectuais e políticos que freqüentou e as relações com outros homens de sua época. Isso dentro dos estreitos limites permitidos no tratamento com um historiador desconhecido, de cujo trabalho fazemos a primeira leitura e análise mais sistemática. À tais dificuldades, somam-se os obstáculos de ordem documental, muitas vezes intransponíveis, quando tratamos com uma pesquisa inédita, onde não tivemos acesso a diários pessoais, correspondências e memórias, se é que existem. Falecendo sozinho em um quarto do Hotel Municipal, na Avenida São João, em São Paulo, ao que parece, nada restou de sua documentação pessoal. Assim, valemo-nos de outros caminhos nessa pesquisa, para preencher as lacunas que se foram apresentando.

Após a leitura de seus livros, onde o autor interrompia seus ensaios para falar de si, montamos parte de sua trajetória. Tânia de Luca, em seu livro *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*, deu-nos a pista do grupo do qual fazia parte. *A Barca de Gleyre*, livro de Monteiro Lobato, bem como livros biográficos sobre o paulista de Taubaté, reafirmaram a trajetória editorial de Cintra, acrescida por pesquisa nos volumes da própria *Revista do Brasil*. Pelo acervo da Biblioteca Nacional tivemos acesso aos jornais *Correio Paulistano*, *Correio da Manhã*, *O Jornal* e outros, bem como a alguns de seus livros. Na hemeroteca do Arquivo Público Mineiro, consultamos os jornais *A Noite*, *Diário de Minas* e revistas da época. Em Bragança Paulista fizemos contato com a família. Por intermédio de sebos de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e bibliotecas as mais diversas, acessamos demais livros do historiador. A árvore genealógica da família Cintra, a autobiografia de Ernesto Leme e o diário de Cecília de Assis Brasil completaram esta pesquisa.

Neste capítulo, como de resto em todo o nosso trabalho, nos valem das conquistas recentes do método biográfico, com o objetivo de não separar o homem e sua obra, dos conflitos e tensões do seu tempo e de seus contemporâneos⁸. Ao fazê-lo, estamos conscientes do caráter lacunar e fragmentário na reconstrução da trajetória de vida, e do intelectual Assis Cintra. Nenhuma trajetória pessoal é homogênea e ninguém possui uma história de vida coerente, com princípio, meio e fim, como alerta Bourdieu em *A Ilusão Biográfica*⁹. E mais, o ato de inserir o indivíduo em seu contexto traz o risco de se colar um personagem em uma tela pronta e acabada¹⁰. Mas, por outro lado, como nos lembra

⁸ LEVI, *Usos da biografia*; SCHMIDT, *A biografia histórica*; LORIGA, *A biografia como problema*; LENHARDT, Jacques & PASAVENTO, Sandra Jutahy (org). *Discurso histórico e narrativa* e GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos Guazzelli et al. *Questões de teoria e metodologia da história*.

⁹ BOURDIEU, *A ilusão biográfica*, 1996.

¹⁰ SCHMIDT, *A biografia histórica*, p. 123.

Giovanni Levi, ao abordar a aliança entre biografia e contexto, “*a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante*”¹¹. A interpretação sobre a luz do contexto também auxilia no preenchimento de lacunas documentais pela analogia com a vida de outras pessoas.

Nessa linha, a forma como se deu esta pesquisa, aliando descobertas simultâneas entre personagem e contexto, levou-nos às surpresas múltiplas e confirmações sobre o que parecia ser somente uma vaga possibilidade. Do levantamento do material documental, surgiram os espaços de sociabilidade, as redes de amizades e de influências, dentro dos marcos de uma época e de uma rede de relações e freqüentação¹². Percebemos as estratégias de Assis Cintra em relação ao público leitor, a criação de seus personagens históricos, as projeções do autor, que escondiam o indivíduo, a sua trajetória dentro do universo sócio-cultural das primeiras décadas do século XX e suas respectivas práticas. Enfim, nosso objetivo foi organizar fragmentos encontrados em uma trajetória intelectual, no âmbito de suas interações pessoais e profissionais, procurando esclarecer a posição ocupada pelo indivíduo e/ou agente histórico, em um espaço social em constante transformação¹³.

No segundo capítulo, *O senhor da verdade e os senhores da História*, buscamos apresentar o trabalho que Assis Cintra desenvolveu, observando suas propostas e discordâncias com as interpretações sobre a História do Brasil em vigor nas décadas de 1920 e 1930. O que propunha e o que rejeitava nessas análises, de que autores se aproximava, e a quem se contrapunha. Para tanto, escolhemos analisar seu livro *No Limiar*

¹¹ LEVI, Usos da biografia, p. 175.

¹² LEVI, *Usos da biografia*, p. 175-176.

da História (1923) para exame mais detalhado. Os textos do livro são coletâneas de ensaios histórico-jornalísticos de Assis Cintra entre 1920 e 1923, os quais também encontramos nos jornais. O título do livro é sugestivo para definirmos o próprio lugar ocupado por Assis Cintra na historiografia. O mesmo foi impresso em papel jornal de baixo custo e sem gravuras, com a capa do mesmo papel. Segue o modelo francês, com índice ao final do livro¹⁴. Textos curtos, como fragmentos, para quem não tinha tempo demasiado para a leitura¹⁵, precedidos de títulos que convidam o leitor a adentrar pelos livros para conhecer suas verdades. Referência sobre o número de edições não existe.

Contudo, não nos ateremos exclusivamente ao livro, que servirá de fio condutor para a observação de suas propostas de interpretação e de conteúdos para a História do Brasil. Muitos dos textos daquele livro estarão presentes em seus demais trabalhos posteriores, servindo como resumo de suas críticas e propostas. Desta forma, além de jornais da época, por vezes, nos deteremos também nos livros *D. Pedro I e o grito da Independência*, *O homem da independência* (1921), *Mentiras históricas*, *Indiscrições da nossa história* (1922), *Pequenas histórias* (1924), *Histórias que não vêm na história* (1928), *Na margem da história* (1930), *As amantes do imperador* (1933), *Os escândalos de Carlota Joaquina*, *A Revolução que fez o Império*, *Floriano carneiro de batalhão*, *Chalça: o favorito do império*. (1934), *Alma Brasileira* (1935), *O general que vendeu o*

¹³ BOURDIEU, A ilusão biográfica, p. 190.

¹⁴ Próximos ao formato francês longo in-doze (17,5 x 11), com 193 páginas Sobre o formato, ver HALLEWELL, *O livro no Brasil*, p. 146.

¹⁵ Cintra nos diz que não poderia publicar em um só livro todos os documentos em seu poder, “(...) se tal o fizéssemos ele se apresentaria com mil e tantas páginas”. Se Lobato vendia seus livros em farmácias e mercearias, Cintra os via também como mercadoria. Mas deixava claro suas boas intenções em disseminar a verdade. Explica: “Um volume de tal naipe não seria vendido, nem lido. Prejuízo para o autor, prejuízo para o editor... A publicação de documentos em pequenos volumes, portáteis e de preço acessível, facilita o conhecimento da verdade histórica a quem a conhece somente através da rotineira sabedoria oficial” (CINTRA, *D. Pedro I e o grito da Independência*, p. 230). Ajustado ao seu próprio tempo, deixa-nos o relato de suas vivências pessoais no mundo editorial que se implantava naquele momento. Por isso a semelhança de suas idéias com as de Monteiro Lobato: “Faço livros e vendo-os por que há mercadoria, exatamente o negócio do que faz vassouras e vende-as, do que faz chouriço e vende-os.”. Carta a Godofredo Rangel, em 17 de janeiro de 1920, in: LOBATO, *A barca de Gleyre* (1968), p. 211.

império e Os escândalos da 1ª República (1936)¹⁶, os quais foram, também, partes importantes da pesquisa e suportes imprescindíveis para a nossa análise.

Enfim, no terceiro capítulo, *O reformador da história e a exclusão da historiografia*, buscaremos compreender a obra de Assis Cintra, o limiar entre lembrança e esquecimento, entre História, ciência, jornalismo e crônica. Analisaremos as propostas da prática histórica nas primeiras décadas do século XX, tal como colocadas no campo do conhecimento da História e, enfim, o que era História para Cintra e para outros naquele momento. Buscaremos situar alguns dos argumentos discursivos concorrentes em torno da prática da História, bem como o olhar dos críticos sobre o trabalho de Assis Cintra, para compreendermos o lugar que lhe coube no seio da intelectualidade do seu tempo.

Quanto ao recorte temporal, embora decididos a não estabelecer um marco cronológico rígido - afinal, não podemos refutar o recorte de uma vida, e por tratarmos com um historiador quase desconhecido, cuja trajetória intelectual se estendeu entre 1920 e 1953, e, tampouco desconsiderarmos que suas obras, apesar das múltiplas perspectivas, perfazem um único conjunto - ainda assim, na nossa análise da obra de Assis Cintra, optamos em nos deter, preferencialmente, entre 1920-1930. Daremos, é certo, uma atenção particular aos anos 1920-1923, período das comemorações oficiais do centenário da Independência no qual Cintra escreveu parte expressiva de sua obra histórica e quando teve uma forte exposição pelos jornais da época. Queremos mostrar que, nesse período, já estavam dadas as condições para compreendermos suas propostas e o lugar que seria dado a ele no meio intelectual e na historiografia, em anos posteriores. Tomamos esse período como um “limiar de passagem” já que, nos anos 40, encontramos definido, mais claramente, o que era a

¹⁶ Demais livros que examinamos, mas aos quais não nos referimos encontram-se na Bibliografia deste trabalho. A Bibliografia completa de Assis Cintra encontra-se no Anexo.

História e quem eram os historiadores. A partir de então, lhe caberá um lugar à margem da historiografia acadêmica.

PRIMEIRO CAPÍTULO

O ENDIABRADO ICONOCLASTA NO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Três anos após a inauguração da *Estrada de Ferro Bragantino*, em Bragança Paulista, pequena cidade a oitenta quilômetros ao norte da capital, nascia Francisco de Assis Cintra, em 13 de março de 1887¹⁷. Ao chegar ao Brasil, uma parte da família, do ramo Araújo Cintra, se instalou no interior de Minas, em Pitangui. Os Costa Cintra, de Lisboa, adquiriram fazendas na região de Itapira (SP), estendendo-as para outras. Os Ulhôa Cintra instalaram-se em Ouro Preto. O primeiro ramo, ao qual pertence Assis Cintra, era constituído basicamente de agricultores e/ou fazendeiros. Da árvore genealógica da família, destacamos Mario Pereira da Fonseca (1874-1932), advogado. “*Fundador do jornal Cidade de Itapira, em 1907, juntamente com outros republicanos*”¹⁸. A imprensa, o republicanismo e a maçonaria serão assuntos constantes nos ensaios de Cintra e são pontos-chave para compreendermos a trajetória efetuada por Francisco de Assis Cintra nos jornais de grande circulação do país, bem como o conteúdo de seus escritos. Em um de seus ensaios, em 1922, referiu-se a sua saída da “*redação de um pequeno jornal da roça*”, onde teria começado seu trabalho na imprensa¹⁹. Da mesma família Cintra, há o ramo Silva Leme, cujo importante membro foi o Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), organizador do Centro Dom Vital.

¹⁷ Da sétima geração da família Cintra, conforme livro genealógico, proveniente de Algarve, Portugal, da cidade de mesmo nome.

¹⁸ PAES CINTRA, *Genealogia dos Cintra* (1949), p. 5-15, afirma que João Franco de Camargo (1789-?) foi fazendeiro em Limeira, assim como Jacinto José de Araújo Cintra (1770-1850) em Mogi-Mirim. Antonio Félix de Araújo Cintra (1842-1887), Lucas Jorge de Siqueira Franco Neto (1832-1910) em Itapira (Fazenda Engenho das Palmeiras) e João Batista Cintra (? – 1922), fazendeiro, Juiz Municipal no Império e Delegado de Polícia na República. Antonio Paes Cintra (1898-?), pároco, historiador e genealogista das famílias Leme e Cintra, foi secretário do cardeal e professor de curso superior em Olinda, junto com seu superior, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1943), o Cardeal Leme. Entre os diversos encontros entre as famílias Leme e Cintra está o casamento de Mário Gonzaga Cintra (irmão de Francisco de Assis Cintra) com Maria Salomé Leme.

¹⁹ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p.7. Aqui, certamente, refere-se ao jornal republicano “*A Notícia*”, de Bragança Paulista.

Algumas das enciclopédias e dicionários biográficos que trazem dados sobre Assis Cintra repetem os mesmos verbetes, com poucos dados sobre sua trajetória intelectual, para que possamos nos referenciar²⁰. Mas é a partir destes mesmos espaços que podemos dimensionar a importância que teve em sua época. Os mesmos, também, nos confirmam a enorme bibliografia que o autor legou já que, em sua maior parte, tais verbetes se ocupam da lista de livros que publicou. Casado, em segundas núpcias, com Eponina Leite de Moraes (? – 1947), Assis Cintra não deixou filhos ao falecer em 28 de junho de 1953²¹. Portanto, não teve guarda conhecida para seus documentos e continuador/divulgador de sua obra.

Vejam os um quadro-síntese de seu percurso:

PERÍODO	ATIVIDADE
1887	Nasceu Francisco de Assis Cintra
1910	Membro da Força Pública do Estado de São Paulo.
1914-1917	Residiu no Rio de Janeiro. Foi revisor no jornal Correio da Manhã, exerceu a função de secretário do Colégio Anglo-Americano e lecionou na Faculdade de Odontologia e Farmácia
1918-1919	Residiu em algumas cidades do sul de Minas Gerais. Fixou-se em Muzambinho, onde se casou e lecionou.
1920	Retornou a São Paulo. Publicou seu primeiro livro e artigos em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro
1921	Passou a dar aulas de Língua Portuguesa na Escola Normal de São Paulo
1928	Despede-se da vida literária e passa a ser, no Rio de Janeiro, Redator Chefe do Ministério da Agricultura, dirigido por Assis Brasil
1930	Deixa o cargo no Ministério
1935	Retorna a São Paulo
1953	Escreveu no jornal A Gazeta, de São Paulo, até seu falecimento

²⁰ Verbetes sobre Cintra, encontram-se em MELO, *Dicionário de autores paulistas*, p. 151, *Dicionário Literário Brasileiro*, p. 357, que transcreveu a publicação citada, acrescentou seu falecimento em 22 de junho de 1937. Tal equívoco repetiu-se em MARTINS, *História da inteligência brasileira*, v. 6, p. 202-3, *Dicionário Internacional de Biografias*, p. 265, *Enciclopédias Brasileira Mérito*, v. 5, p. 457 e *Enciclopédias Globo*, v. 4, p. 332.

²¹ Francisco de Assis Cintra era filho de Luiz Gonzaga de Moraes Cintra e Maria Teresa do Vale Cintra. Já Eponina era filha de Positivo Leite de Moraes e Graziela Leite de Moraes. (PAES CINTRA, *Genealogia dos Cintra*, p. 247). O jornal *Diário de Minas*, quinta-feira, 2 de julho de 1953, p. 5, apresenta melhores informações biográficas que as enciclopédias citadas, por isso tomamos alguns dos dados fornecidos pelo diário.

De família de poucas posses, trabalhou como caixeiro em uma loja de tecidos antes de seguir para São Paulo, após completar os estudos em Bragança Paulista. Matriculou-se na *Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo*, na Rua Três Rios onde, nos parece, é hoje a *Faculdade Livre de Música*²².

Nos anos 10, por intermédio de uma inesperada herança, viajou à Europa com Silveira Brasil, também historiador²³. A viagem ao velho continente, à época, não traduzia somente o gosto pela vida requintada, mas era, sobretudo, condição de prestígio social. Percorreu, então, a Torre do Tombo e o Arquivo de São Bento, em Portugal, a Biblioteca do Escorial, em Madrid, a Biblioteca do Vaticano, a de Paris e Amsterdã onde teria encontrado documentos que, segundo ele, desmentiam a História do Brasil contada. Está aí seu ponto de inflexão para uma suposta amargura que terá de ser compartilhada com o público leitor. Manter a história como estava, seria perpetuar seu desencantamento. Escreveria alguns anos depois:

*“A leitura e o estudo de documentos dos arquivos d’aquém e d’além-Atlântico trouxeram-nos ao espírito, sequioso de verdade, decepções terríveis. Figuras que idolatrávamos, e que surgiram em nossa retina na meninice, através das lições do mestre, foram perdendo a douradura superficial com que as cobriram as afirmações doutorais dos grandes historiadores pátrios. E sob o dourado que caía foi aparecendo o barro comum.”*²⁴

Tal passagem é reveladora de sua linha de atuação enquanto historiador que não se afastará da dramatização teatral e da construção de um personagem para si, a ser

²² Sobre ter-se formado em Odontologia, por ser este o curso mais breve (de apenas três anos), ver MONACO CINTRA, *Traços da vida, personalidade e obras de Assis Cintra*, p. 5. Em MELO, *Dicionário de autores paulistas*, p. 151, onde estão presentes cinquenta títulos de seus livros, a informação é ter-se formado na *Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais*, posteriormente *Faculdade de Direito do Rio de Janeiro*.

²³ Referências quanto à viagem de Cintra à Europa, ver: CINTRA, Assis. *O Amadis. Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 26 jun 1920, CINTRA, *Mentiras históricas*. p. 327, CINTRA, *No limiar da história*, p. 35, 37, 41, 42 e 126. A viagem nos é confirmada por Menotti Del Picchia em HELIOS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 27 mai 1920. A família não tem informações sobre a mesma.

oferecido ao público leitor, acentuando a forte proximidade então existente da história com a literatura. Principalmente quando o próprio historiador também desejava virar personagem. Não perceber isto é um risco que pode comprometer a avaliação posterior de sua obra. Buscamos afastar-nos desta possibilidade, no decorrer deste trabalho, preocupando-nos em distinguir o indivíduo do personagem, ainda que o próprio indivíduo represente seu próprio papel. É certo que a análise de uma trajetória intelectual ou biográfica sempre nos força a percorrer um caminho arriscado que, por vezes, se aproxima da ficção. Principalmente quando o homem desejou se tornar personagem. Mas para não sermos envolvidos totalmente pelo indivíduo e suas auto-representações, bem como pela de outros aos quais nos referiremos no decorrer do trabalho, foi necessário nos desviarmos de seus livros e examinarmos também sua trajetória pelos jornais. Seu intuito era ser reconhecido como intelectual em sua própria época. Daí, sua escolha por assuntos relacionados à nossa história, em um momento que, ela própria, buscava assentar-se em novas bases.

Morando no Rio de Janeiro, entre 1914 e 1917, exerceu diversas atividades. Trabalhou como revisor no jornal *Correio da Manhã*²⁵ e exerceu a atividade de secretário e professor de História e Português no *Anglo Brazilian School* (Colégio Anglo-Americano), além de ter lecionado na *Faculdade de Odontologia e Farmácia do Rio de Janeiro* onde, também, fazia parte de bancas examinadoras dos práticos que almejavam o diploma de farmacêutico²⁶. Apesar de sua origem familiar ligada a fazendas e de concluir o curso superior, o que denotaria uma vida financeiramente tranqüila, sua situação econômica

²⁴ CINTRA, *No limiar da história*, p. 41.

²⁵ HELIOS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 27 mai 1920.

²⁶ MONACO CINTRA, *Traços da vida, personalidade e obras de Assis Cintra*, p. 7. Mônaco Cintra informa que Cintra foi professor de Geografia no Anglo-Brasileiro. Já em MELO, *Dicionário de autores paulistas*, p.

era precária. Tal se confirma pelo cargo de revisor, que exerceu naquele mesmo período, o que o levava a uma jornada dupla de trabalho. O cargo era geralmente ocupado por intelectuais de família modesta, como Paulo Setúbal que, na mesma época, foi revisor do jornal *A Tarde* ou Arthur Bernardes, também de família modesta, que trabalhou como revisor no jornal *Correio Paulistano*, em fins do século XIX.

Foi em sua estada no Rio de Janeiro, nos anos 10, que Cintra travou relações com membros do IHGB, tais como Ramiz Galvão e Vieira Fazenda (1847-1917). Também se tornou próximo de Mello Moraes Filho (1844-1919), filho de historiador do mesmo nome, cujo pai foi referência documental para Cintra. O filho ocupou o cargo de diretor do Arquivo Municipal, onde se aposentou. Pesquisava e editava livros sobre folclore. O mesmo cargo foi ocupado por Ramiz Galvão, ao qual Cintra também se remete²⁷. Portanto, já nos anos 10, estava envolvido com a imprensa e a história, levantando documentos nos arquivos do Brasil e do exterior.

Entre 1918 e 1919, Cintra deixa o Rio de Janeiro e instala-se em Muzambinho. Casa-se pela primeira vez, funda colégio e nele leciona. Momento obscuro de sua vida, a primeira esposa tem passagem efêmera e, sobre ela, nenhuma informação se conhece. Em 1919 retorna a São Paulo buscando conquistar lugar entre os intelectuais de sua época.

151, a informação é de ter sido professor de Português no Ginásio Anglo-Brasileiro de São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro.

²⁷ Ramiz Galvão era membro do IHGB desde 1872 e, posteriormente, da ABL (1928). Reitor da *Universidade do Brasil* e autor do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, publicado pela *Biblioteca Nacional* entre 1881 e 1883. Faleceu em 1938. Professor interino de grego, retórica e literatura no Colégio Pedro II. Fazenda, médico e historiador, foi autor de *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, publicado em 1924 na *Revista do Instituto* (Tomo 93), onde era bibliotecário. Sobre todas estas relações pessoais ver: CINTRA, *No limiar da história*, p. 69 e 126.

O intelectual e o historiador

Sirinelli afirma que “*um intelectual se define sempre por referência a uma herança (...) o patrimônio dos mais velhos é, portanto, elemento de referência explícita ou implícita*”. Ainda de acordo com ele, para o intelectual, os processos de “*transmissão cultural*” são essenciais, já que o intelectual se define por referência a uma herança, “*como legatário ou como filho pródigo*”²⁸. Intelectuais, grupo social de contornos vagos e limites imprecisos²⁹, não constituíam uma camada uniforme na estratificação social do Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Segundo Machado Neto, ao elaborar a sociologia da vida intelectual brasileira do período, pertenciam à classe alta 58,6% dos intelectuais; 35% eram de classe média e, reduzidos 6,45%, oriundos das classes populares³⁰. Portanto, Assis Cintra era parte de uma minoria, que era oriunda das classes populares. Por outro lado, analisando as instituições literárias e o ambiente intelectual da cidade do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XX, Machado Neto conclui que “*Não há um critério rigoroso para satisfazer a tais interrogantes*” sobre o que viria a ser um intelectual³¹. De fato, o intelectual pode parecer mais um comportamento do que um conceito³², já que as diferentes épocas fornecem modelos distintos para sua representação. É a mesma posição de Ângela de Castro Gomes, que adota uma concepção que opta por privilegiar a idéia do intelectual enquanto produtor de bens simbólicos.

²⁸ SIRINELLI, *Os intelectuais*, p. 254-255.

²⁹ SIRINELLI, *Os intelectuais*, p. 235, questionando o que caracterizaria um indivíduo enquanto intelectual, seja por ser um criador e mediador cultural (jornalistas, escritores e professores) ou referenciado pelo seu engajamento. O mesmo, na página 242, afirma ser uma pergunta difícil de responder e mesmo poderia representar um falso problema, já que é um meio polifônico e polimorfo. A categoria tem contornos mutáveis.

³⁰ MACHADO NETO, *Estrutura social da república das letras*, p. 22.

³¹ MACHADO NETO, *Estrutura social da república das letras*, p. 20.

³² SILVA, *Fragmentos da história intelectual entre questionamentos e perspectivas*, p. 14.

Propomos que, no Brasil de 1920, ser intelectual é ser literato. Literatos eram professores, jornalistas, advogados, médicos e empregados públicos que tinham acesso aos jornais e lugar nas academias literárias e científicas. Na linguagem comum, era aquele que escrevia. Fosse escritor de romances, estudos históricos, trabalhos filológicos ou outro tipo de produção³³. Condição invejável abria as portas para a carreira política, diplomática ou um emprego seguro no magistério. Não havia uma clara distinção entre o intelectual e o letrado ou mesmo entre os campos específicos de atuação que caberia a cada um. Muitos eram polígrafos, como afirma Machado Neto.

Desde o último quartel do século XIX, a intelectualidade começava, lentamente, a se especializar e a respeitabilidade pública passava a ser dada aos chamados “homens de ciência”, que buscavam uma ruptura com a produção intelectual anterior, levada a cabo pelo que chamavam “homens de letras”.

Estes foram os primeiros sinais do afastamento do discurso literário daquele que viria a ser o discurso científico. O “homem de letras”, expressão oriunda do século XVIII, denotava conhecimento e instrução. Eram indivíduos que se queriam mostrar

*“conhecedores de vários ramos do saber, todos os homens de ciência, jornalistas, artistas, estudantes, médicos, advogados, bacharéis, historiadores e poetas eram, por exemplo, literatos. (...) Partidários de um iluminismo tardio que lhes incutia acentuado entusiasmo pela ampla difusão do saber, os letrados da época reconheciam-se como homens especialmente aperfeiçoados e, por isso inclusive, como dotados de autoridade moral para indicar as normas mais adequadas para o restante da sociedade. Atuação civilizadora que estenderam, ao fim, a tarefa de delimitar os fundamentos da própria identidade nacional no então recém implantado Estado brasileiro”*³⁴

Os “homens de ciência” faziam oposição ao estilo retórico, cujo objetivo era impressionar o público pela exibição de vasto conhecimento, pela oratória, memória e poligrafia. Para eles,

³³ NUNES, *O sonho brasileiro de Lobato*, p. 9-12.

³⁴ SÁ, *Idéias sem fronteiras*, p. 1-2.

os “homens de letras” eram bibliófilos, fazendo leituras sem serventia. Chocavam-se com a nova geração que surgia nos finais do século XIX, resultando em divergências inconciliáveis entre dois lados opostos. Afirma Dominichi Sá que

*“A primeira geração, de fins do Império e primeiros anos republicanos, seria aquela da “retórica bibelô”. A segunda geração, das décadas adentradas do século XX, seria exatamente a que estava então a questionar as posturas enciclopédicas revestidas de mera curiosidade”*³⁵

Os campos de atuação, desde então, iam melhor se definindo, o que exigia maior especialização profissional. Porém tal distinção não se completara de todo. Ainda na década de 20 do século passado, ser literato, intelectual ou historiador não constituía atividades demasiadamente distintas. No caso dos historiadores:

*“São enquadrados como trabalho de historiador tanto a narrativa que resulta da pesquisa documental, quanto o trabalho de tradução e prefaciamento de livros estrangeiros, de localização e edição de documentos e ensaios históricos, de redação de compêndios voltados para um público escolar, e até mesmo a elaboração dos verdadeiros e bons romances históricos”*³⁶

O perfil do historiador, portanto, não estava claramente definido, sobretudo porque não havia distinção disciplinar rígida entre as várias áreas do conhecimento. O processo de institucionalização universitária que se voltaria para a padronização da investigação, deu-se a partir da *Lei de Reforma do Ensino*, de Francisco Campos (1931), e foi aprofundado com a criação da Universidade de São Paulo – USP, em 12 de janeiro de 1934. Logo, somente a década de 40 veio a definir o que era história e o que deveria ser seu profissional, com fronteiras distintas em relação à literatura, deixando suas especificidades mais claras. O que temos anteriormente é um *“intenso debate historiográfico nas décadas iniciais do século XX, momento no qual a história lutava para demarcar sua especificidade, distinguindo-se e*

³⁵ SÁ, *Idéias sem fronteiras*, p. 128-130. A expressão “retórica bibelô” é de Sergio Buarque de Hollanda. In: *O lado oposto e outros lados*, RBR, p. 9, out 1926. Citado por Dominichi Sá.

³⁶ GOMES, *História e historiadores*, p. 38.

*aproximando-se, ao mesmo tempo, da literatura e dos ensaios político-sociais*³⁷. Um momento limiar de passagem, rumo à definição do campo. Daí, nossa premissa de que Assis Cintra foi um historiador em sua época, trabalhando, ao seu modo, os documentos a que teve acesso.

A atividade profissional do historiador, ainda indefinida, ocupava um espaço secundário. Nas escolas, muitas vezes, tal colocação era destinada a estudiosos de literatura, como se deu com João Ribeiro no Colégio Pedro II³⁸. Os intelectuais/jornalistas/historiadores/literatos faziam por intermédio de colunas nos jornais as discussões sobre a sociedade e nossa história. Este era o caso de Assis Cintra, que passará a tratar do assunto História do Brasil pelos jornais, a partir de 1920, como veremos. O momento era, certamente, propício para o assunto.

Ainda em 1920, deu-se a abertura oficial das comemorações do centenário da independência política, encerradas em 1923. Vários jornais, então, destinaram importantes espaços para as matérias sobre o assunto. O desencanto com o caminho da República era latente. O novo sistema não havia realizado as propostas políticas, econômicas e sociais idealizadas quando de sua implantação. A política era manipulada pelos interesses da economia agrária e a sociedade permanecia altamente hierarquizada. O país ainda era visto pela grande maioria da elite pensante e política como um posto avançado da Europa em meio à selvageria do povo desordeiro e deseducado. Querendo esconder a própria realidade, os responsáveis pelas comemorações do centenário buscaram

³⁷ GOMES, *História e historiadores*, p. 12.

³⁸ O concurso para a vaga de lente do Colégio Pedro II se destinava a professor de literatura e não de história, como foi o caso de João Ribeiro. A Reforma Francisco Campos (1931), estendeu a Reforma Rocha Vaz (1925) para todos os colégios. Tal perdurou até a Reforma Gustavo Capanema (1942). Quando o Ministério da Educação (1931) elaborou o programa das escolas secundárias, História Geral e História do Brasil, tornou-se uma única disciplina: História da Civilização. Tal se reverteu com Capanema. (ABUD, *Os programas de História do Brasil na Escola Secundária*).

recriar um passado mais glorioso. Em 1921, com grande pompa e festas, realizou-se o translado dos restos mortais de Pedro II e da imperatriz Thereza Christina. Foram inauguradas as estátuas de Osório, Caxias, Mauá e Pedro II³⁹. Tais monumentos simbolizavam a preservação da memória do Império, para fazer lembrar e conhecer o passado de reis, príncipes, barões e brasões. O que tais homenagens significaram, foi o enterro do Império. A República estava consolidada e os monarcas poderiam descansar, na pátria amada, sob os cuidados da paz republicana. Por outro lado, reforçava-se a manutenção, em sua essência, da História do Brasil construída pelo IHGB. Sua interpretação era, basicamente, a mesma desenvolvida no século XIX e os heróis, personificações dos fatos, eram o Imperador e o monarquista José Bonifácio⁴⁰. Por causa disso, o momento era propício para que crescesse o debate sobre a história da nação. Ainda faltava uma história essencialmente republicana. Desta crise, afirma José Murilo de Carvalho:

*“A busca de uma identidade coletiva para o País, de uma base para a construção da nação, foi tarefa que perseguiu a geração intelectual da Primeira República (1889-1930). Tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para a redefinição da República.”*⁴¹

É o que alertava o lema da campanha de Nilo Peçanha, em 1921: *“Republicanizar a República”*.

Livros eram publicados sobre nossa história e os jornais abriam importantes espaços para ela. Mas o foco era o Império e a atenção foi dada às questões da herança comum entre os portugueses e brasileiros, mais do que as especificidades de uma

³⁹ Sobre o translado dos restos mortais, ver Revista *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, p. 21, 15 jan 1921. A inauguração da estátua deu-se em Petrópolis, em 1911. Em 1920, o jornal *A Noite* se preocupava em demonstrar, como *“o grande brasileiro Pedro II [(, em)] valiosas notas escritas pelo monarca à margem de uma brochura (...) rebatia os seus críticos”* (*A Noite*. Rio de Janeiro, p. 1, 20 jun 1920). Reafirmava-se a idéia do imperador intelectual.

⁴⁰ VELLOSO, *Modernismo no Rio de Janeiro*, p. 175.

suposta identidade nacional. O Brasil desejava mostrar-se ao mundo. Ao mundo europeu e monarquista. A República, enfim, poderia homenagear o passado contra o qual lutara e, na falta de outra família real, em 1920, os reis belgas visitaram o país, convidados pelos organizadores da festa. Para as comemorações da visita real, montou-se a *Exposição Internacional*. Na preocupação da preservação do espaço monárquico brasileiro, foi criado o *Museu Histórico Nacional*.

Paralelamente, apesar de não ter sido um movimento nacional generalizado, o modernismo galvanizou intelectuais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Recife, para além de São Paulo. Em sua maioria, os modernistas buscavam construir um novo sentido para a nação, desvinculando-a da herança ibérica. Neste jogo de amor e ódio, o espaço da xenofobia foi aproveitado substancialmente por Antonio Torres e sua lusofobia comercial. Vendia muito bem por isso e, em 1918, era presença constante nas páginas do jornal *Correio da Manhã*⁴². Criticando a excessiva presença de portugueses na vida nacional, atrapalhando seu desenvolvimento, Antonio Torres buscava romper com aquele passado. Também Assis Cintra vai estrear com suas polêmicas histórias marginais, com as quais tinha o objetivo de desabonar a monarquia e seus principais personagens. Com isso, nos parece, pretendia construir uma história para e da República, com novos fatos e heróis, que demonstrariam que uma nação republicana sempre existiu no transcorrer de nossa história. Buscava realizar o que Vicente Licínio Cardoso, em 1924, denunciaria no livro *Na*

⁴¹ CARVALHO, *Pontos e Bordados*, p. 102.

⁴² Em 1925 seu livro *As Razões da Inconfidência* teve três edições, com três mil exemplares cada. Muito para a época. No prefácio da terceira edição, diz-nos o autor: “O Brasil é um simples mas enorme caso de eugenia e de saúde pública. Melhor dizendo: o Brasil, enquanto for português, (como desgraçadamente é) nunca será uma nação. Será apenas uma região lacustre, de que todos os povos moralmente limpos só se aproximarão sob garantias severas de não serem vítimas de perigosas infecções morais. (...) Se quisermos ser alguma coisa, temos de completar a obra da Independência, dissolidarizando-nos inteiramente de Portugal.” (TORRES, *As Razões da Inconfidência*, p. 9).

Margem da História da República: “não foi escrita, em suma, a verdadeira história da República”⁴³. Foi o que Cintra buscou fazer, como veremos no segundo capítulo.

Naquele momento, os jornais, o rádio e, até mesmo, o cinema eram os novos meios de comunicação utilizados para o questionamento de valores e idéias. Pelas páginas do jornal *Correio Paulistano*, porta-voz do PRP, os modernistas Verde-amarelistas de Plínio Salgado, com a simpatia do editor Menotti Del Pichia, acusavam o clima e a localização do Rio de Janeiro como responsáveis pela dispersão de energia produtiva necessária para tornar a cidade viável a exercer o papel político de capital da República. Na busca do rompimento com o passado, na luta entre o que seria antigo ou moderno, a capital paulista desejava representar a metrópole dos novos tempos, tendo recebido a primeira linha de montagem da Ford e inaugurado a primeira linha de ônibus do Brasil. As novas tecnologias alteravam o cenário urbano, com automóveis, operários, imigrantes, salas de cinema e a verticalização imposta pelo Edifício Martinelli (1922). Completando tais ares de modernização, a cidade foi sede da *Semana de Arte Moderna* de 1922.

Disputando a hegemonia política, intelectual e econômica com o Rio de Janeiro, São Paulo desejava criar um país à sua imagem e semelhança, enquanto exemplo de trabalho e modernidade. Disputando a supremacia com o Rio de Janeiro enquanto centro cultural, a rivalidade entre as capitais ia desde o tamanho da população, a capacidade produtiva, o tamanho do comércio e da indústria até a produção intelectual. São Paulo buscava monopolizar o poder político, condição para construir seu modelo de nação. A idéia da potência do trem-máquina, puxando os demais vagões da República, começava a ganhar seus contornos. A alteridade era internalizada, delineada pela linha imaginária dos limites

⁴³ CARDOSO, *Na margem da história da República*, p. 282.

dos Estados. O Rio seria o local de gente ociosa de todos os níveis e classes⁴⁴. A capital deveria ser São Paulo, cuja seriedade de seus habitantes estaria mais adequada para a liderança, o progresso e a ordem.

O lugar dos jornais, o modernismo e a destruição da História

Observadas as divergências e rivalidades em torno das comemorações do centenário da Independência compreendemos, em parte, o lugar ocupado pelo trabalho de Assis Cintra e por que foi em São Paulo, pelo jornal *Correio Paulistano*, no segundo dia do ano de 1920, que ele publicará seu primeiro ensaio, intitulado *A morte de Solano Lopes*⁴⁵. Desmentindo a suposta covardia do ditador paraguaio, denunciava as mentiras da história oficial, contrapondo-se a João Ribeiro e ao livro *História da Guerra do Brasil*⁴⁶. Afirmava que quem matou Solano Lopes, verdadeiramente, foi o tenente Franklin Menna Machado e não Francisco Lacerda (Chico Diabo), como afirmavam alguns livros escolares. Valendo-se de afirmações bombásticas, construía seus ensaios em forma de reportagem, incluindo entrevistas com os remanescentes dos fatos, citando matérias de jornais de época, colhendo depoimentos e documentos que, por vezes, eram divididos e apresentados em partes, como em formato de pequenas crônicas. Ao mesmo tempo em que narrava e recontava os fatos históricos, destrinchava todo este material por várias edições do jornal diário.

Outras vezes, no lugar do trabalho longo, dividido em partes numeradas (capítulos), apresentava-os em curtos trabalhos, com a rapidez característica das informações e notícias. No lugar de textos complexos que demonstrassem profunda cultura

⁴⁴ É o que afirma a matéria *As advertências do recenseamento*. RBR, n. 59, p. 283, nov 1920. Sobre a ociosidade carioca, ver VELLOSO, *Modernismo no Rio de Janeiro*. O recenseamento de 1920 apontava a população brasileira com 30.635.605 habitantes. O Rio de Janeiro abrigava 1.150.000 e São Paulo 590.000.

⁴⁵ CINTRA, Assis. *A Morte de Solano Lopes*. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 2, 2 jan 1920. Assinará a matéria como “*Prof. Francisco de Assis Cintra*”.

acumulada, optava por histórias curtas e leves, abordando fatos pitorescos da História do Brasil. Ao invés de palavras incompreensíveis, uma linguagem direta, escrita em parágrafos de frases curtas. Como não poderia deixar de ser, sempre haveria alguém que discordava de suas afirmações, gerando discussões e polêmicas intermináveis. Como capítulos de novelas folhetinescas, com palavras desabonadoras e acusações de ambas as partes.

No mesmo jornal, cujo editor era o poeta modernista Menotti del Picchia, codinome Hélios, escrevia o também modernista Plínio Salgado, além de Oswald de Andrade. Naquele mesmo ano, o modernista Sergio Buarque de Hollanda (1902-1982), então com dezoito anos, também escreveria seu primeiro ensaio. Portanto era aquele o espaço onde os modernistas paulistas tinham franca entrada. Lugar apropriado para Assis Cintra exercitar seu ímpeto de demolidor de heróis⁴⁷.

Em seus artigos, Cintra denunciava as mentiras da história oficial. Ela não seria aquela que era apresentada. Seria necessário destruir nossos falsos mitos fundadores e colocar, sobre os escombros do passado, outros em seus lugares. Mas explicava Assis Cintra:

*“Não temos o prazer satânico da demolição. Não visamos destruições e sim reconstruções. Longe de nós a iconoclastia. Apenas proclamamos a verdade histórica, obscurecida até agora. Isso não é ser iconoclasta: é ser verdadeiro”*⁴⁸

Apesar da negação de Cintra, é como iconoclasta que fez sua entrada. E foi este lugar que ocupou naquele momento, despertando o imaginário do público leitor. Enfocava uma anti-história, com outros heróis, base para uma anticultura, própria do modernismo. Anticultura

⁴⁶ “Volume 4, docs 1871, Rio de Janeiro, Livraria Guimaraes, publicação oficial”, informa Cintra na matéria.

⁴⁷ Posicionando-se como demolidor de heróis, ver: CINTRA, *Mentiras históricas*.p. 340 e CINTRA, *No limiar da história*, p. 125.

⁴⁸ CINTRA, *Mentiras históricas*.p. 14.

por que outra, opositora ao que chamavam de “passadismo”, da qual nos deveríamos desgarrar. A nova cultura deveria ser moderna, atualizada e modernista.

Nesta destruição e reconstrução, Eduardo Moraes identifica dois momentos do movimento modernista. O primeiro, incluindo o período que estamos focando com maior acuidade, se estende de 1917 a 1924. Caracteriza-se pela polêmica entre modernismo e passadismo, quando não havia uma preocupação com uma literatura de caráter nacional. O que havia era a necessidade de modernizar nosso ambiente cultural, via atualização com os grandes centros europeus, no caso Paris, absorvendo o que fazia a vanguarda européia. Seria necessário reformular o ambiente artístico pelo ataque à herança acadêmica.

Segundo esse autor, “*ser moderno significava tudo aquilo que vinha se opor aos cânones passadistas que, até então, dominavam a cultura nacional*”⁴⁹. Menotti Del Picchia, no artigo *Na Maré das Reformas*, publicado no jornal *Correio Paulistano*, em 1921, avalia os propósitos renovadores dos “*negados*” e “*negadores*”, que compunham o grupo modernista. Para ele o passadismo seria um estoque de idéias, doutrinas, processos técnicos velhos e vistos que compõem o romantismo de José de Alencar, o lirismo parnasiano de Cassiano Ricardo, o naturalismo fotográfico de Aluísio de Azevedo e todo um código de ética caduco, fundado em uma abstrata noção de honra⁵⁰. Eram os românticos, parnasianos e adeptos do realismo-naturalismo. Entre os “*negadores*”, o que observamos no caso de Assis Cintra, envolvido naquele contexto, é o ataque a uma herança historiográfica, buscando uma renovação da história nacional.

⁴⁹ MORAES, *A brasilidade modernista*, p. 55.

⁵⁰ PICCHIA, Menotti Del. *A longa viagem*. Citado em MORAES, *A brasilidade modernista*, p. 58-59.

Já na segunda fase modernista, ainda segundo Moraes, o marco é 1924 e a radicalização política foi representada, naquele ano, pelo levante paulista de Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa. Na luta contra o passadismo, incorpora-se uma visão política mais madura, quando os objetivos passam a ser a elaboração de uma literatura nacional e o desenvolvimento de um projeto cultural nacional. Ser moderno passou a ser nacionalista. Destruir os elementos culturais importados. Combater o pensamento da geração científica. O *Manifesto pau-brasil*, publicado pelo *Correio da Manhã* em 18 de março de 1924, viria a propor uma redescoberta do Brasil. “*Ver com outros olhos*”, escrevia Oswald de Andrade. Pregava, o *Manifesto pau-brasil*, que uma nova visão só seria possível desmontando as falsas perspectivas e construindo outras para colocar em seu lugar, para que pudessemos captar livremente a realidade nacional. A integração cultural com a nacionalidade deveria ser feita em vários níveis. Inclusive na História. Para Oswald, deveríamos reconsiderar a História do Brasil e revê-la criticamente para integrar o moderno ao nosso passado⁵¹.

Neste contexto de oposição é que encontramos, em 1920, Assis Cintra escrevendo pelos jornais. A imprensa tinha, nesses anos, um lugar fundamental.

*“O jornal e a revista, que se expandem vertiginosamente no início do século, são os principais canais de divulgação, não só de notícias, mas de estilos como a crônica e o ensaio, envolvendo textos de conteúdo literário, histórico, antropológico etc”*⁵²

Por um lado, ela precisava da boa qualificação profissional, então escassa, por outro, possibilitava o acesso destes indivíduos à popularidade. Tal situação facilitará o acesso de Cintra aos jornais. Por intermédio de seu enfoque demolidor, conquistou as primeiras páginas do jornal *Correio Paulistano*, comprimindo a narrativa histórica em

⁵¹ Ainda em 1929, no primeiro número da segunda fase da *Revista Antropofágica*, Oswald Costa no artigo *Revisão Necessária*, propõe uma nova leitura sobre a História do Brasil, que vem sendo contada pela ótica da falsa cultura moral ocidental. (MORAES, *A brasilidade modernista*, p. 83-88 e 157).

⁵² GOMES, *História e historiadores*, p. 47.

poucas linhas, para alcançar a dramaticidade desejada. Pela deformação dramática agrupava os fatos para aumentar sua proporção⁵³. O jornal combinava história, notícia e romance-folhetim, com profissionais que se fundiam em suas atribuições, exercendo os mais diversos postos nos periódicos. Notícia, ficção, realidade e folhetim se misturavam. Verdade e mentira, possível e impossível dividiam o mesmo espaço. A história transferida dos livros para os jornais ganhava outra perspectiva, já que em outro contexto de espaço. O discurso da verdade (história e notícia), o discurso ficcional (literário/folhetinesco) compartilhavam as mesmas páginas.

Jornalista e historiador, Assis Cintra apresentava seus “furos históricos”, por vezes folhetinescos, mesclando notícias do passado histórico com uma construção literária, ainda que citando documentos e depoimentos. A liberdade para a construção de textos, possibilitado pelo contexto do jornal e a disponibilidade desse mesmo espaço para trabalhos que estivessem fora dos padrões, chamava a atenção para o diário e dinamizava suas vendas.

Cintra agregava à História o ímpeto destruidor do modernismo. Sua proximidade com o movimento nos é reafirmada pela forte aproximação com o escritor Paulo Menotti Del Picchia (1892-1988). Poeta, foi redator do *Correio Paulistano*, de *A Gazeta* e fundador do jornal *A Noite*. A relação entre ambos parece ser antiga. A primeira edição do poema *Juca Mulato* foi impressa na tipografia de um dos membros da família

⁵³ “A deformação oratória consiste em atribuir aos personagens atitudes, atos, sentimentos e principalmente palavras nobres, é esta uma disposição natural nos moços que se iniciam na arte de escrever e nos escritores meio rústicos (...) A deformação épica embeleza a narração, acrescentando-lhes pormenores pitorescos (...) a aparente precisão de minúcias dá a ilusão da verdade. (...) A deformação lírica exagera os sentimentos e as emoções do autor e de seus amigos, para fazê-los parecer mais intensos” (SEIGNOBOS & LANGLOIS, *Introdução aos estudos históricos*, p. 120).

Cintra, em 1917⁵⁴, em Itapira, cidade natal de Del Picchia, também reduto da família e das fazendas dos Cintra. Picchia foi um dos organizadores da *Semana de Arte Moderna* de 1922, um de seus principais divulgadores e membro do PRP até 1930.

Modernistas, o mundo cultural e artístico, pintores, editores, historiadores, literatos, jornalistas e a mais diversa gama de intelectuais se envolviam no mundo editorial, espaço privilegiado daqueles que buscavam definir nossa brasilidade. Os modernistas, chamados de futuristas até 1922, termo que “*significava em São Paulo e no Brasil última moda, extravagância*”⁵⁵, eram os outsiders, fora dos padrões e das instituições que reafirmavam o status intelectual. Na realidade, os futuristas seriam os adeptos da Escola Futurista de Marinetti, que visitou o Brasil em 1926. Seu lema era tudo destruir para o surgimento do novo, o que parecia estar de acordo com o Movimento Modernista de 22. Afinal, “*A época é outra: tempo do aeroplano, do cinema, do rádio, do submarino, da televisão, dos gases asfixiantes.*”⁵⁶, escreveu Cintra. Percepção e desejo de ruptura, o modernismo expressava o “*acúmulo progressivo das pessoas, a multiplicação das trajetórias e a aceleração da velocidade, o gigantismo contagioso de construções verticais e horizontais, a disseminação periférica e, para terminar, uma figura da ausência*”⁵⁷. Era

⁵⁴ Rodolfo Paladini (1884-1959), italiano de Luca, região da Toscana, foi jornalista e comerciante. Casado com Rosa de Siqueira Franco, da família Cintra. Rodolfo foi proprietário da Casa Paladini e Diretor-proprietário do jornal *La Patria de Gl'italiani*, colaborador da *Societa Italiana de Mútuco Socorro Fratellanza e Lavoro*. (PAES CINTRA, *Genealogia dos Cintra*, p. 20).

⁵⁵ MORAES, Rubens Borba de. *Recordações de um sobrevivente da Semana de Arte Moderna*. In: AMARAL, *Artes plásticas na semana de 22*, p.293. Mario de Andrade negaria o rótulo de futurista em artigo no *Jornal do Comércio* de São Paulo, em 6 de junho de 1921, com o título *Futurista?!* (MORAES, *A brasilidade modernista*, p. 61).

⁵⁶ CINTRA, *O general que vendeu o império*, p. 53. Na segunda noite da Semana de Arte Moderna, 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, Del Picchia fazia sua conferência com o texto *Arte Moderna*: “*Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, motores, chaminés de fabricas, sangue, velocidade, sonho, na nossa arte!*”. Citado em MORAES, *A brasilidade modernista*, p. 65.

⁵⁷ CHOAY, *O Reino do Urbano e a Morte da Cidade*, p. 68. Analisa o desaparecimento da cidade que a própria cidade relata. Tornou-se uma não-cidade. Nem cidade, nem campo, mas o reino do urbano, espaço de consumo. Cidade fragmentada em estilos novos e passados. Para Choay a ausência é da própria cidade. Para

necessário preenche-la. Se a história ainda era continuidade, impulsionada por causas e conseqüências, como trabalhar uma multidão de fragmentos que transformava a vida sem sentido? Deveria-se reorganiza-la, remonta-la e reconstruí-la. Dar à História um novo sentido e completude. Uma ausência a ser preenchida pelo novo, como apresentado durante as comemorações do centenário da Independência na *Semana de Arte Moderna* de São Paulo. A velha moda, o passadismo, poderia ser encontrada no *Museu de Belas Artes* do Rio de Janeiro, com seu academismo. A proposta do antiacademicismo na *Semana de Arte Moderna*

*“(...) tem importância dilatada por ser conseqüência direta do nacionalismo emergente da I Grande Guerra, e da subsequente e gradativa industrialização do País e de S. Paulo em particular. Ao mesmo tempo em que começavam a se assinalar as potencialidades do País, uma euforia invadia os jovens intelectuais brasileiros contagiados de entusiasmo com as festas do Centenário da Independência em preparo pelo Governo Epitácio Pessoa.”*⁵⁸

Tal manifestação também representa o crescimento da rejeição ao passado, que se relaciona com os movimentos políticos e sociais oponentes aos resquícios do Império, seja pela sublevação do Forte de Copacabana ou pelo levante de 1924, em São Paulo. Uma percepção da vontade de mudança e criação de outra realidade.

Foi em meio aos modernistas que Cintra escreveu no prefácio do livro

Indiscrições da Nossa História (1922):

*“E como a época é dos futuristas, fiz um livro de histórias e de Histórias, com um prefácio futurista... Se estas “indiscrições” não forem apreciadas e compreendidas por todos, ao menos se salvará a máscara do livro. É que terei, por certo, dois leitores garantidos e mal-assombrados: os futuristas de S. Paulo.”*⁵⁹

Berman a ausência é de sentido para a vida (BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1987:16).

⁵⁸ AMARAL, *Artes plásticas na semana de 22*, p. 15.

⁵⁹ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 9.

Os dois modernistas a que se refere, certamente são Sérgio Milliet e Paulo Prado, aos quais Lobato entregaria a administração da *Revista do Brasil*⁶⁰. Com tal dedicatória, demonstrava sua esperança de que, ao menos os modernistas, o compreendessem. A ausência de uma verdadeira história para o país deveria ser preenchida por uma outra, com novas perspectivas, como objetivava Assis Cintra. Encaradas como verdades ou mentiras, caberia ao público leitor julgar.

Os anos 20: dos jornais para as editoras

Também, em 1920, na capital paulista, Cintra encontra-se com Monteiro Lobato, em sua editora, abrindo outras perspectivas no mundo editorial⁶¹, além do espaço dos jornais. Por isso, Cintra se remete aos dois modernistas. Ainda em 1918, no mesmo ano que Cintra mudava-se para Muzambinho - MG, Monteiro Lobato (1882-1948) desfazia-se de sua fazenda de café e adquiria a Editora *Revista do Brasil*. Lobato era da mesma geração de Assis Cintra, Pontes de Miranda, Hermes Fontes, Godofredo Rangel, Menotti Del Picchia, Goulart de Andrade, Oswald de Andrade e Ribeiro Couto. Pontes, Fontes, Rangel e Picchia formaram-se pela *Faculdade de Direito de São Paulo*. Lobato e Del Picchia se conheciam desde 1909, quando trabalharam no jornal *Tribuna de Santos*. Godofredo Rangel e Lobato se conheceram na Faculdade e se formaram em 1904. Del Picchia, após estudar no *Grupo Escolar de Itapira*, localidade da família Cintra, também se formou pela Faculdade

⁶⁰ Escrevia Lobato: “(...) entreguei a revista ao Paulo Prado e Sérgio Milliet e não mexo mais naquilo. Eles são modernistas e vão modernizá-la” (LOBATO, *A barca de Gleyre*, v. 2, p. 264). Ambos presentes na *Semana de Arte Moderna* de 1922.

⁶¹ “Assis Cintra recorda o dia em que também se dirigiu à sede da “*Revista do Brasil*” a fim de propor a edição de um livro que acabara de escrever. Chegou, e disse ao rapaz que o atendeu: - Quero falar com Monteiro Lobato. O rapaz, indicando um cidadão moreno, pequeno, de grandes sobrelhas pretas, que jogava xadrez com o Dr. Martim Francisco, tendo como assistente o Dr. Pereira Rebouças e Teodoro Sampaio, respondeu-lhe: - É aquele. Mas espere o fim do jogo.” (CAVALHEIRO, *Monteiro Lobato: vida e obra*, p. 225). A versão do encontro para Assis Cintra encontra-se em: CINTRA, *Histórias que não vêm na*

de Direito, em 1913, assim como ocorreu com o modernista Oswald de Andrade, em 1919. Já Hermes Fontes, poeta simbolista e caricaturista, formou-se pela *Faculdade de Direito do Rio de Janeiro* em 1911. Pontes de Miranda⁶² advogado, ministro e professor, formou-se pela *Faculdade de Direito do Recife*. Ribeiro Couto jornalista, diplomata, magistrado e romancista, além de ser professor na Faculdade de Direito de São Paulo (1915) e do Rio de Janeiro (1919), teve seu primeiro livro publicado por Lobato. Já Goulart de Andrade era engenheiro. Todos pertenciam ao círculo em torno de Lobato, escreviam nos jornais da época e os encontraremos no decorrer deste trabalho.

Alargando suas relações pessoais, ainda em 1920, Cintra lança seu primeiro livro *O Nome Brasil (com S ou Z)* (1920)⁶³. Foi um dos primeiros a serem publicados pela editora de Monteiro Lobato, que havia assumido o controle da *Revista do Brasil*, almejando ser porta-voz da intelectualidade paulista e nacional. Com o objetivo de difundir a produção literária brasileira, dizia Lobato: “*Meu empenho é só editar novos, mas novos de talento. Medalhão não me entra aqui.*”⁶⁴. Era sua reação contra o academicismo. Preferia escritores novos, agindo como “*um reformador religioso iconoclasta*”⁶⁵. Cercou-se de pares com os quais se identificava naquele momento. Dentre eles, Cintra, que também

história, p. 14. Matéria na qual Del Picchia relata seu encontro com Cintra na editora de Monteiro Lobato está em: HELIOS. Crônica social: o prof. Assis Cintra. *Correio Paulistano*. São Paulo. p. 2, 4 ago 1920.

⁶² Pontes de Miranda escreveu ensaios que foram publicados em 1924 na coletânea organizada por [Vicente Licínio Cardoso](#), *À Margem da História da República*. Na base de seu ideário estava o pensamento do político e escritor fluminense Alberto Torres. Um dos nossos maiores problemas, na opinião daqueles pensadores, era a debilidade do Governo Federal e da Constituição.

⁶³ Hélios faz pilhéria com o título do livro de Cintra, escrevendo em sua coluna *Crônica Social*, a matéria *Luis ou Luiz? – Luis com S ou com Z?* (HELIOS. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 3, 11 fev 1920).

⁶⁴ LOBATO, *A barca de Gleyre*, p. 239. Lobato trazia novidades para o mundo editorial. Ao invés de adotar livros de capa-dura, optou por produzir livros baratos, com capa de papel. Trocou as capas de couro ou papelão marrom ou cinza por capas coloridas. Utilizando papel jornal de baixo custo e qualidade, fabricados no Brasil, deixou de importá-los. Barateando o custo, reduzia o preço final. De sua visita aos Estados Unidos trouxe a idéia da entrega pelo reembolso postal. Devido à escassez de livrarias, remetia seus livros a casas de comércio de qualquer espécie, onde seu produto ficava exposto. Era o sucesso da tentativa de implantação do capitalismo editorial no Brasil.

⁶⁵ HALLEWELL, *O livro no Brasil*, p. 244.

publicava seu primeiro artigo na *Revista do Brasil*⁶⁶. A *Revista* tornou-se referência e instrumento para as pretensões editoriais de São Paulo, cujo objetivo era desbancar a hegemonia do Rio de Janeiro enquanto centro de produção editorial.

Outros artigos de Cintra serão publicados na mesma *Revista do Brasil*. Monteiro Lobato e Assis Cintra tornaram-se amigos próximos. Léo Vaz (Hilário Tácito), escritor próximo de Lobato, “*relaciona-o entre os mais assíduos freqüentadores da Revista*”⁶⁷. Tal é confirmado por Cassiano Nunes, funcionário da *Revista* e biógrafo de Lobato, ao recordar-se dos livros de Assis Cintra⁶⁸. A proximidade de idéias e a troca de apoios, entre ambos, se mantiveram por anos. Freqüentavam a *Livraria Civilização Brasileira*, também editora⁶⁹. Cintra torna-se quase um personagem de Godofredo Rangel, chamando-o de Marcelo Cintra, na *Revista do Brasil*, em 1920.

*“Se quiserem ver Marcelo Cintra, fazendeiro de Carrascaes, regalado de gosto, era pedirem-lhe a opinião sobre alguma coisa. Pedissem-na sobre qualquer assunto, que era certo vir a resposta, pronta e atilada, dita naquele seu modo pausado, seguro, de quem sabe o que diz. Daí sua fama de homem muito sabido e a alcunha de Sabetudo que algum ínfimo despeitado lhe pôs. (...) E Cintra intervinha da melhor vontade. Mas não era totalmente desinteressado: havia um pequeno tributo a pagar-lhe e a pagar-lhe adiantado, tributo não de dinheiro e sim de reverência; pois se perguntavam alguma coisa, não respondia logo; primeiro fazia uma pausa e sorria com finura, sorriso que estava mesmo a dizer: Vocês bem sabem que sem a opinião cá do Degas não poderiam passar. E esse era o tributo exigido”*⁷⁰

⁶⁶ CINTRA, Assis. *Estudos da Língua Portuguesa*. RBR, n. 52, p. 338-343, abr 1920.

⁶⁷ CAVALHEIRO, Monteiro Lobato: *vida e obra*, p. 240.

⁶⁸ O depoimento de Cassiano Nunes está em: NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato Editor*. Minas Gerais. Belo Horizonte, 12 jun 1982. Suplemento Literário, p. 6-7.

⁶⁹ Enquanto Lobato fazia sua campanha pela implantação da siderurgia no Brasil, Cintra escrevia sobre os canhões da imperial siderúrgica de Ipanema. Se Lobato defendia as esculturas de Rollo contra as de Ximenes, para as comemorações do centenário da Independência, Cintra responsabilizava Ximenes por faltar com a verdade em suas esculturas. Estiveram juntos na campanha pela dissolução das Forças Armadas. Ver referências em: CINTRA, *O general que vendeu o império*, p. 59, *No limiar da história*, p. 18 e CAVALHEIRO, *Monteiro Lobato: vida e obra*, p. 282 e 324. Quanto à freqüência de ambos à livraria, a informação foi do senhor Edilberto Leite, colhidas junto a seu pai, ex-funcionário da mesma.

⁷⁰ RANGEL, Godofredo. *O oráculo*. RBR, n. 52, p. 19-23, abr. 1920. Lobato também vira personagem em ensaio de Assis Cintra. Quando Pedro I passou por Taubaté, o vigário mandou as mulheres ficarem em casa, até que o Imperador deixasse a cidade, tal a sua fama. A história “*Um velhinho de Taubaté nos conta*” (CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p.110). Lobato era de Taubaté.

Essa sugestiva análise do homem/literato/personagem não está isolada. Não Marcelo, mas Francisco Cintra era um dos tripulantes da barca de Gleyre⁷¹, nome pelo qual ficou conhecido o grupo que gravitava à volta de Lobato.

Para ser reconhecido no mundo das letras eram necessários grupos de apoio. O jornalismo, a literatura e a história eram atividades exercidas por indivíduos circunscritos a determinados grupos, que disputavam o pequeno número de leitores. A relação cordial era condição indispensável e seus membros se elogiavam, indicavam, protegiam e se recomendavam aos leitores. Mas, também, se digladiavam entre si, criando polêmicas que os projetassem, enquanto estratégia de venda das publicações. Se um de seus membros obtinha sucesso ou colocação, abria a porta para os demais.

Mais uma vez, em agosto de 1920, a *Revista do Brasil* reproduzia artigo de Cintra, sobre a morte do almirante Saldanha da Gama. O mesmo se repetindo em novembro, com artigo enaltecendo a coragem de Filipe dos Santos⁷². Este último artigo originará um debate entre Assis Cintra e Teófilo Feu de Carvalho⁷³ - Diretor do Arquivo Público Mineiro - pelo jornal *Minas Gerais* de 23 de agosto de 1920 a 13 de fevereiro de 1921. Entre acusações e desclassificações, entre ambos, Feu de Carvalho acusava Cintra de “fabricar” documentos. Assim, os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais passavam a conhecê-lo.

⁷¹ Barca de Gleyre foi nome do livro de Lobato que contém suas correspondências com Godofredo Rangel. O título foi tomado do quadro *Ilusões Perdidas*, de Charles Gleyre.

⁷² CINTRA, Assis. *O Combate de Campo Osório*. RBR, n. 56, p. 369-371, ago 1920 e CINTRA, Assis. *O Esquartejado de 1720*. RBR, n. 59, p. 282-283, nov 1920.

⁷³ A íntegra da polêmica está em: RAPM, p. 415-50, jul. 1937. O artigo *O esquartejado de 1920*, de Assis Cintra, foi originalmente publicado em *Correio da Manhã*, p. 1, 21 jun 1920. Sobre o debate trataremos no capítulo seguinte.

Em 1923, Cintra e Lobato viajam a Belo Horizonte, buscando recursos para uma nova edição do livro *Brasil de Outrora*, de Cintra, publicado em 1922⁷⁴. É Feu de Carvalho que revela com quem ambos tratavam em Belo Horizonte⁷⁵: Carlos Coimbra Luz, cafeeicultor, que se tornará o chefe político do PRM com o golpe de 30, facilitará a ascensão política de Antonio Carlos⁷⁶, apoiador de Getúlio Vargas e parente de Martim Francisco, este último, amigo de Lobato. O que identificamos aqui é a existência de uma rede de relações políticas e culturais, capazes de sustentar os projetos editoriais do autor, e de onde ele levantava recursos para publicações. Isso auxiliava no crescimento da *Revista do Brasil*⁷⁷, reforçando a presença de Monteiro Lobato no mercado editorial da época.

De nosso exame dessa rede de relações, observamos que Lobato, apesar da suposta relação conturbada com os modernistas, devido às críticas que havia feito à exposição de Anita Malfatti em 1917, não sofria uma oposição generalizada desses. Publicou Di Cavalcanti, Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade. Elogiou Sergio Milliet, defendeu e criticou Mário de Andrade pela *Revista*. Sempre foi amigo de Oswald de Andrade⁷⁸. Ambos paulistas, Lobato e o poeta modernista Del Picchia trabalhavam próximos. O primeiro dinamizando o mundo editorial e o segundo como redator político e

⁷⁴ “Fui ao Rio e a Belo Horizonte apenas a passeio para descanso (...) Apenas tratamos um álbum histórico, de luxo, com o Assis Cintra e ele, por conta dele, andou a cavar subvenções. Os jornais atacaram-me quando viram a Câmara daqui destinar 30 contos para 300 exemplares do *Brasil de Outrora*. Era cavação do Cintra, só dele, mas eu nunca me defendo das acusações dos jornais.” (LOBATO, *A barca de Gleyre*, p. 259). A carta é datada de 15 de novembro de 1923.

⁷⁵ “Há poucos dias, deu-me grande prazer com a sua visita o Dr. Carlos Luz, muito amável e prezado amigo e colega, pedindo-me os artigos que eu escrevera, para serem enviados ao sr. Cintra a seu pedido.” (CARVALHO, RAPM, p. 435).

⁷⁶ RAMOS, *O PSD mineiro*. Ver: CINTRA, *Histórias que não vêm na história*, p. 13.

⁷⁷ Até julho de 1923 foram publicados “78 milheiros a mais que durante todo o ano de 922”. Dentre eles *Brasil de Outrora*, ajudando a perfazer “o total de 208 milheiros” (RBR, n. 91, p. 229, jul. 23). O governo do Estado de São Paulo adquiriu 30 mil exemplares de *A Menina do Narizinho Arrebitado* de Lobato. O *Brasil de Outrora*, de Assis Cintra, foi adquirido pela Câmara Municipal de São Paulo, gerando um bom lucro (LUCA, *A revista do Brasil*, p. 267). Mas não foram aquelas as únicas subvenções dos governos de Minas Gerais ou São Paulo para os livros de Cintra. O livro *A Revolução que fez o Império* foi subvencionado sucessivamente pelo Governo Federal, de São Paulo e de Minas Gerais.

⁷⁸ NUNES, *O sonho brasileiro de Lobato*, p. 21.

literário do jornal *Correio Paulistano*. O que unia Lobato e os modernistas era o sentido nacionalista que se desejava criar a partir de São Paulo, o que é reconhecido por Mário e Oswald de Andrade⁷⁹.

⁷⁹ AMARAL, *Artes plásticas na semana de 22*, p. 103-4.

Outros caminhos: incertezas, mudanças e dilemas

Apesar de ter-se lançado pelo jornal *Correio Paulistano*, Cintra terá uma passagem efêmera nesse jornal, ainda que adquirindo certa notoriedade. O Rio de Janeiro, lugar do passadismo, ainda era o principal pólo de atração intelectual. Era a cidade onde mais se lia e para onde a intelectualidade se dirigia em busca de ocupação. Era o mercado almejado, que possibilitava a expansão do contato com o mundo político, intelectual, econômico e social, além de facilitar o acesso às poucas editoras existentes. No imaginário social do período, imperava a idéia de ser uma cidade, não apenas bela, mas permeada pela civilização e cultura. Essa idéia Assis Cintra deixa clara ao se referir ao “*sábio José Hemenegildo Pereira Guimarães (...) que vive há 40 anos numa das mais seletas bibliotecas do Brasil, fora das mundanas competições utilitaristas (...)*”. Como o sábio não reside no Rio de Janeiro, jamais alcançará o sucesso merecido. Em uma nota de rodapé, Cintra completa sua lógica: “*O dr. Guimarães vive em Bragança, cidade paulista. Se não tivesse a imensa modéstia que tem e se residisse no Rio de Janeiro, seria hoje considerado um dos maiores sábios do Brasil, como realmente é.*”⁸⁰.

Apesar da rivalidade entre as capitais, o centro efervescente da vida intelectual do país ainda era o Rio de Janeiro. Desta forma, Cintra transfere-se do *Correio Paulista* para o *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, em maio de 1920, espaço dos modernistas cariocas: “*Subitamente, clarinado pela fama, veio-no do Rio de novo, em*

⁸⁰ CINTRA, *Mentiras históricas*.p.13. Aqui aproveitamos para destacar a enorme influência exercida pelo médico José Hemenegildo Pereira Guimarães (1854 - ?) na formação de Assis Cintra que, por mais de uma vez, refere-se a ele. Guimarães era hermista, humanista, abolicionista, membro do Diretório Republicano Conservador e maçom, da Loja “Amor da Pátria” (antiga “Firmeza de Caráter”), em Bragança Paulista, filiada ao Grande Oriente. Isto explica a defesa veemente que Cintra faz da instituição. Também foi fundador do jornal *Quinze de Novembro*, após a implantação da república, além dos jornais *Gazeta Republicana* (1896), *O Republicano* (1902) e *A Notícia* (1905), todos em Bragança Paulista. No último jornal citado, teve como colaborador, Francisco Cintra. (Almanach Bragantino, p. 43, 46, 48, 51, 73, 104 e 143). Cintra escreve em um de seus livros: “*Nossos mestre foram os grandes e abnegados drs. J. H. Pereira Guimarães, Vieira Fazenda,*

rajadas, o nome de Cintra”⁸¹, afirma Helios/Del Picchia. Era o mesmo jornal no qual também escrevia Lobato, que já vinha preparando tal mudança desde março daquele ano, apresentando Cintra ao público carioca e revelando o projeto que ambos tinham de escrever um dicionário brasileiro⁸². Cintra permanecerá no jornal até agosto de 1920. Após algumas tentativas de manter suas polêmicas no campo da história, o que lhe havia rendido algum destaque na imprensa paulista, passou a tirar dúvidas da língua portuguesa, respondendo cartas de seus leitores e fazendo pequenas críticas literárias. É que Cintra substituiu o filólogo Cândido Lago em sua coluna *O que é Correto*. Se a coluna jornalística rendeu um livro de mesmo nome⁸³, Cintra caiu da página dois e três, para a quatro⁸⁴. Certamente estava mais preocupado com os inúmeros livros que preparava para publicação. Foram localizados dez no biênio 1920/1921. Cinco são sobre questões vernaculares, um de geografia, um de civismo e três sobre história⁸⁵, onde destacamos aquele que parece ter sido o primeiro dicionário brasileiro, a partir das polêmicas que se travaram na época⁸⁶. O dicionário está

Mello Moraes Filho e Silveira Brasil. Deles aproveitamos a orientação nas pesquisas.” (CINTRA, *No limiar da história*, p. 126).

⁸¹ HELIOS. Crônica social: o prof. Assis Cintra. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 2, 4 ago 1920.

⁸² LOBATO, Monteiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 28 mar 1920. Entusiasmado pelo projeto do dicionário, Monteiro Lobato escreve carta a Godofredo Rangel, falando-lhe de Cintra (LOBATO, *A barca de Gleyre*, p. 215). Sobre o projeto ver também: CINTRA, Francisco de Assis. RBR, n. 52, p. 338-343, abr 1920.

⁸³ CINTRA, Assis. *O que é correcto*. São Paulo: Globo, 1922.

⁸⁴ Sobre o conteúdo dos artigos, ver o jornal *Correio da Manhã*, entre 24 de maio de 1920 e 17 de agosto de 1920.

⁸⁵ São os seguintes os livros publicados: *O Nome Brasil: com S ou com Z?*, *Questões de Português*, *Dicionário Brasileiro*, *Novíssimas Questões*, *O Homem da Independência*, *D. Pedro I e o grito da Independência*, *Os clássicos e o antigo vernáculo*, *Minas Gerais versus São Paulo: questão de limites*, *A revolução que fez o império* e *Corações Infantis*.

⁸⁶ Pela *Revista do Brasil*, sob pseudônimo, certo D. Xiquete alertava sobre os falsos brasileirismos que poderiam ser incorporados ao Dicionário e revela o interesse despertado pelo projeto. Diversos filólogos, desde a década anterior, pretendiam realizar tal intento: “*Surdiu entre nós, de tempos a esta parte, uma certa tendência pela nacionalização da língua portuguesa falada no Brasil*” (DOM XIQUOTE. *Dicionário brasileiro*. RBR, p. 372-374, jul 1921). Ver mais em LUCA, *A Revista do Brasil*, p. 258. Alertava D. Xiquete para a enorme dificuldade na execução do Dicionário pelas diferenças regionais e diversidade no uso de palavras da língua portuguesa. Xiquete responsabilizava a lentidão da ABL pela ausência de um trabalho desse tipo: “*O plano é arrojadíssimo e faz parte do programa da Academia Brasileira de Letras; é se me não engano, a razão básica da sua existência. Entretanto, presumo, que até hoje ainda não chegaram à palavra aba, se é que já tentaram o estudo lexicográfico do a (...)*”. Desde 1912 a Academia trabalhava nesse projeto e diante das oposições, o trabalho se pontificou entre idas e vindas. Lobato escreve a Godofredo Rangel em

circunscrito aos debates sobre a existência de uma genuína língua brasileira, um dos símbolos de nossa nacionalidade. Como desejavam os modernistas, uma língua livre para um verso livre, destruindo a verdade aceita pela convenção lingüística. Afinal, a língua era um dos elementos de ruptura com a suposta civilização portuguesa.

Menotti Del Picchia (1892-1988) nos fará o retrato de Assis Cintra, após seu sucesso editorial: “*Parecia outro o Cintra... Bem escanhado, bem vestido, quase “dandy” – sempre, porém, bom e modesto*”⁸⁷. Tal demonstra que Assis Cintra aparentava ter mudado de patamar social, percorrendo uma trajetória de vida para poucos. A partir de fevereiro de 1921 está de volta às páginas de *O Jornal*, buscando criar novas polêmicas. A rápida notoriedade proporcionou-lhe a colocação em um emprego público, ideal de tranquilidade e perenidade da sobrevivência garantida, almejada pelos intelectuais da época: “*Empregos no magistério, na função pública ou profissões liberais constituíam o meio de vida principal da maioria dos intelectuais da época (se excluirmos o jornalismo)*”⁸⁸, afirma Machado Neto. Cintra foi nomeado, em abril de 1921, “*para reger a cadeira de Língua Portuguesa na Escola Normal da Capital*”⁸⁹. Também volta a aparecer na *Revista do*

23 de março de 1921: “*E penso numa coisa revolucionária e notável: o Dicionário Brasileiro, cujo programa aparecerá em artigo no Correio da Manhã. Por modéstia, atribuo a coisa ao Assis Cintra, um filólogo novo que me apareceu e ao qual talvez eu encarregue da obra*” (LOBATO, *A barca de Gleyre*, p. 215). Na mesma semana em que escreve a carta para Rangel, publica artigo no jornal *Correio da Manhã*, defendendo as expressões “amei ele” e “servi ele”, afirma: “*O dicionário brasileiro está em elaboração. Um professor paulista, Francisco de Assis Cintra, emérito sabedor da língua e rijamente dotado para o trabalho da empresa, acaba de iniciá-lo sob as mais inteligentes bases. (...) Pensando assim, o prof. Assis Cintra empreendeu a obra sob as seguintes bases: eliminar do novo dicionário todas as palavras portuguesas desusadas no Brasil, já arcaísmos, já lusitanismos de moderna criação popular (...). Eliminar todas as palavras coloniais portuguesas desusadas no Brasil. (...) Introduzir todas as nossas criações lingüísticas (...). Além desta novidade, o prof. Assis Cintra pretende dar o máximo rigor às definições, aproximando-se dos grandes dicionários estrangeiros, Webster à frente.*” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 28 mar 1920).

⁸⁷ HELIOS. Crônica social: o prof. Assis Cintra. *Correio Paulistano*. São Paulo. p. 2, 4 ago 1920.

⁸⁸ MACHADO NETO, *Estrutura social da república das letras*, p. 84.

⁸⁹ O autor transcreve de *Deutsche Zeitung*, São Paulo, 8 de abril de 1921 em nota de rodapé: “O Governo do Estado acaba de nomear o Professor e Escritor, Snr. Francisco de Assis Cintra, para reger a cadeira de Língua Portuguesa na Escola Normal da Capital (...)” (CINTRA, *Mentiras históricas*.p. 337). Como professor da Escola Normal, ver, ainda: CINTRA, *Histórias que não vêm na história*, p. 13 e MONACO CINTRA, *Traços da vida, personalidade e obras de Assis Cintra*, p. 10.

*Brasil*⁹⁰. Naquele ano publica oito livros, em sua maioria contendo seus ensaios escritos nos jornais, aproximando-se mais do campo da história. Tais livros não são edições do autor⁹¹, algo comum no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Seus livros são publicados em grandes editoras do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Entre os anos de 1923 e 1928, como professor da *Escola Normal de São Paulo* e do *Ginásio São Bento*, publicará somente quatro livros. Este período conturbado foi marcado pela Revolução de 1924, uma política econômica deflacionária e pelo racionamento de energia elétrica⁹². No fim do período, mostrando-se desiludido com a política, a história e a imprensa, resolve abandonar o mundo editorial. Com toda sua carga de dramatização, em matéria publicada no jornal *Diário da Noite* de São Paulo, em outubro de 1928. Despede-se da vida literária:

“o convívio com os políticos e com os jornalistas assassinam as ilusões dos mais ardorosos sonhadores”, já que possuem “enorme facilidade para mudarem de idéias, de doutrina e de fé, como se tudo isso fosse camisa que se troca todos os dias”

Afirmando que iria retornar para a roça para criar porcos e plantar batatas, escrevia:

*“Os vira-casacas são mais comuns na gente que frequenta o Congresso Nacional e as redações dos jornais do que na que planta batatas e cria porcos.(...) Mais vale no Brasil plantar batatas e criar porcos do que escrever livros (...) o convívio com os políticos e com os jornalistas assassina as ilusões dos mais ardorosos sonhadores”*⁹³

⁹⁰ RBR, n. 78, p. 169-170, jun. 1922 e RBR, n. 83, p. 252, nov. 1922.

⁹¹ Edições do autor são aquelas as quais o autor arca com os custos de impressão do livro. A distribuição também é a cargo do próprio. Cintra também se valeu de tal recurso para algumas publicações e apontou quais eram (ver a relação dos livros que escreveu em CINTRA, Assis. *Os clássicos e o antigo vernáculo*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921, p. 324). Destes não localizamos nenhuma.

⁹² Uma forte seca, ocorrida em 1924 e 1925, forçou a Light a racionar energia elétrica. Na mesma época Lobato faliu, após importar impressoras de última geração, que ficaram ociosas e às quais não pode pagar devido ao racionamento. Após as comemorações do Centenário da Independência (1922), já havia ocorrido racionamento. O mesmo se repetiu em 1953, ano do falecimento de Assis Cintra.

⁹³ CINTRA, *Histórias que não vêm na história*, p. 15. A mesma matéria está em CINTRA, *Os escândalos de Carlota Joaquina*, p. 5. Luis Correa de Melo, *Dicionário de autores paulistas*, p. 151, informa que Cintra retornou a sua pequena cidade, onde fundou o periódico *Homem Livre*, com o doutor Galileu Ferreira Cintra. Parece que o jornal jamais existiu em Bragança. Galileu Ferreira Cintra formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1908. Residiu muito tempo na Suíça, retornando a Bragança (MARTINS & LAURITO. *Bragança, 1763-1942*, p. 311).

Na realidade, fazia um jogo teatral já que, em 1928, foi prestar serviços como *Redator Chefe do Ministério da Agricultura*, dirigido pelo gaúcho Assis Brasil⁹⁴. Daí, referir-se, em sua despedida literária, às batatas e porcos, fazendo um jogo de palavras que girava em torno da verdade e da imaginação. Despede-se representando a figura do herói que vai se desligar do convívio social, rumo ao ostracismo, como Tolstoi ou Policarpo Quaresma no romance de Lima Barreto. Era, na realidade, o indivíduo que galgou outros cargos, assumindo uma posição política de maior importância.

Mas talvez haja um pouco de realidade no que escreveu. Em relação aos rancores políticos, como vimos, a partir de 1924 o movimento modernista havia incorporado um caráter nacionalista e político. Muitos de seus membros serão fundadores do *Partido Democrático*, em 1926, dissidência do PRP. Outros enveredaram pelo caminho da extrema direita, como Plínio Salgado, chefe do Integralismo após 1930, com a simpatia de Del Picchia. Oswald de Andrade acabaria por filiar-se ao Partido Comunista Brasileiro. Ainda na política, a crescente crise, em meados daquele ano de 1928, inviabilizava a candidatura do mineiro Antonio Carlos. Rompia-se com o acordo São Paulo-Minas Gerais, que havia levado Washington Luís à presidência da República. O presidente articulava a candidatura de Júlio Prestes, governador de São Paulo, para sucedê-lo. Antônio Carlos passou a procurar construir uma aliança com a política gaúcha e a possibilidade de Borges de Medeiros ou Getúlio Vargas ser o candidato à presidência. Desde o governo de Arthur Bernardes, vinha-

⁹⁴ MONACO CINTRA, *Traços da vida, personalidade e obras de Assis Cintra*, p. 12. Assis Brasil formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, no último quartel do século XIX. Manteve-se ministro da Agricultura de Getúlio Vargas até dezembro de 1932. Cintra perderá o emprego com o golpe de 30 e escreve, posteriormente, em *Ministro de Duas Ditaduras*: “É inegável, e seria irrisório contestar que ao partido libertador do Rio Grande do Sul, coube o papel de elemento decisivo na Revolução de 930. (...) Que a Constituinte não se dissolverá sem dar ao Brasil uma Constituição é o que S. Paulo quer, Minas pede e o Rio Grande do Sul afirma pela voz de seu governador poderoso. Quanto aos outros Estados, ninguém sabe ao certo o que eles querem, pedem ou afirmam” (CINTRA, *Floriano, carneiro de batalhão*, p. 149-151).

se desenhando forte dissidência nos partidos republicanos de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Ao *Partido Democrático* de São Paulo, junta-se o *Partido Libertador* do Rio Grande do Sul, fundado por Assis Brasil, em 1928, de quem Assis Cintra torna-se assessor. Posteriormente, a frente oposicionista contará com o *Partido Republicano Gaúcho*. O jornal *Correio da Manhã*, onde Cintra trabalhou como revisor, na década de 1910, era propriedade de Edmundo Bittencourt⁹⁵. O jornal era dirigido por Leão Velloso e apoiou a *Aliança Liberal*, bem como a candidatura dissidente contra Julio Prestes. Percebe-se a forte ruptura quando o mesmo livro com o qual Cintra se despede do público leitor, é dedicado a Julio Prestes⁹⁶. O que podemos avaliar aqui é a estreita relação de Assis Cintra com o PRP e sua incômoda posição naquele momento conturbado. Afinal, tinha estreita relação com Menotti Del Picchia, membro do PRP e “*protegido de Washington Luis*”⁹⁷, de quem também era próximo⁹⁸.

Sua despedida dramática mais do que uma ruptura política é a própria garantia dada pela nova atividade. Condenando a todos genericamente, ficava acima das dissidências. Largava seu personagem polêmico e assumia outro, enfronhado no retiro

⁹⁵ CINTRA, *No limiar da história*, p. 126. Bittencourt, gaúcho, começou a advogar com Rui Barbosa em 1898 e foi seu secretário no jornal *A Imprensa* antes de fundar o jornal *Correio da Manhã* em 1901. Seu jornal publicou na edição do dia 3 de outubro de 1921 as “cartas falsas” de Arthur Bernardes, que era apoiado por Washington Luis, e fez oposição a Epitácio Pessoa. Leão Velloso Filho, falecido em 1923, era redator-chefe do jornal (ANDRADE, *Um jornal assassinado*, p. 75-80).

⁹⁶ CINTRA, *Histórias que não vêm na história*, p. 7. No mesmo livro, por intermédio de Tolstói, demonstra seu rancor: “*Todos os que tem força, todos os que têm inteligência e valor, todas as criaturas da terra, poderosas ou humildes, estão cheias de boas intenções como o tigre. Mas, o diabo do estômago, quando aperta... adeus boas intenções. E assim, pois, a origem do mal está na própria natureza que deu estômago às criaturas. Quem está de barriga vazia, grita; quem está de barriga cheia, mete o porrete; os que estão por baixo na vida acusam os que estão repimpados no poleiro do poder e da riqueza. Os que se julgam cordeiros, se fossem lobos, também aprenderiam a devorar. É da história a gritaria da oposição e o porrete do Governo. É assim enquanto houver governos haverá oposição: é o direito de gritar, o jus sperneandi. O homem nasce bom e cheio de predicados, portanto, a luta é pela sobrevivência. No Estado moderno, o vencedor é aquele que controla a máquina repressora do Estado. Seja em qual for o sistema. É que política é política*” (CINTRA, *Histórias que não vêm na história*, p. 218).

⁹⁷ MORAES, Rubens Borba de. *Recordações de um sobrevivente da Semana de Arte Moderna*. In: AMARAL, *Artes plásticas na semana de 22*, p. 306.

⁹⁸ MONACO CINTRA, *Traços da vida, personalidade e obras de Assis Cintra*, p. 12.

distante. Dá-se por satisfeito em seu intento literário/historiador, ultrapassando a meta na qual teria se disponibilizado a alcançar:

“Eu quis em 1920 ser conhecido no Brasil como escritor e como jornalista, esperando conseguir tal “desideratum” em 10 anos. Não foi preciso tanto tempo, pois de 1920 a 1928, em oito anos de atividade literária, publiquei cerca de cinquenta volumes, graças a Deus quase todos esgotados, e escrevi mais ou menos dois mil artigos nos jornais de todas as grandes cidades do Brasil, inclusive nos mais importantes diários da Capital da República. (...)”⁹⁹

Apesar das armadilhas de um auto-retrato feito para a posteridade, se não localizamos cinquenta, mas vinte livros no período 1920-28, tal é maior do que a média. Apontamos que escreveu artigos sobre história, filologia e literatura no *Correio Paulistano*, *Correio da Manhã* e *O Jornal* e suas alianças políticas se encontram em seus próprios prefácios e agradecimentos. Em 1921, seu livro *O Homem da Independência* havia sido dedicado a Rui Barbosa e prefaciado por Assis Brasil¹⁰⁰. Rui Barbosa, que prefaciou um dos livros de Cintra – *Questões de português* - naquele mesmo ano¹⁰¹, fora auxiliar nas negociações da fronteira nacional e possuía estreita ligação com o Barão de Rio Branco, que chefiou a negociação da qual fez parte Assis Brasil, compadre de Paulo do Rio Branco, filho do barão¹⁰². A triangulação Rui Barbosa, Assis Cintra e Assis Brasil se completa em outro livro – *Indiscrições da Nossa História* - dedicado a Assis Brasil, o “*cincinatus dos pampas*”¹⁰³.

Se de fato foi amigo próximo de tais personagens ou usava suas dedicatórias, prefácios, agradecimentos e referências enquanto moeda de troca para apoios, cargos e espaços de visibilidade, em um jogo de influência e prestígio, nos parece difícil confirmar. Mas nem a ficção se constrói demasiadamente distante da realidade. O fato é que

⁹⁹ CINTRA, *Histórias que não vêm na história*, p. 13-15.

¹⁰⁰ CINTRA, *Mentiras históricas*.p. 5-8.

¹⁰¹ CINTRA, *Questões de Português*, p. 3 e CINTRA, *Mentiras históricas*.p. 3.

nos mundos cultural, editorial, social e político atuam indivíduos que se apresentam a uma platéia,

“(...) desempenhando seus papéis e desfilando suas destrezas, tentando dirigir as impressões que os ouvintes possam ter delas, empregando técnicas que garantam o seu bom desempenho, e representando, tais como os melhores atores entre todos, seus personagens diante do público. (...) E tudo isto por que na vida social a encenação tem valor de face – um “indivíduo-ator”, ao projetar sua figura e suas características pessoais, define-se aos olhos de seus semelhantes. Em suma, informa o que é. E nela, atitudes e códigos de crença, padrões de linguagem e de comportamento, expressões faciais e gestos corporais devem se combinar adequadamente. Em outras palavras, não se pode pretender ser o que não se aparenta, sob pena de um indivíduo não gozar adequadamente do status que o seu tipo social representa publicamente”¹⁰⁴

Mas também não se pode aparentar ser, indefinidamente, o que não se é. O capital social alegado pode ser desmentido e não encontramos referências nesse sentido. De certo, o que temos é que, entre 1928 e 1930, Assis Cintra não publicará nenhum livro, mantendo-se, confortavelmente, no Ministério da Agricultura.

Na margem da história

Após dois anos sem lançar livros, demitido de seu cargo após o golpe de 1930, Cintra retornou ao mundo das letras, demonstrando que não esteve parado. No período 1930/37 localizamos dezoito livros¹⁰⁵, quando ele se concentrou em histórias pitorescas, e não mais na preocupação de revelar verdades únicas. Passou a abordar, também, o viés da biografia histórica. Ao mesmo tempo, republicou muitos de seus ensaios

¹⁰² ASSIS BRASIL, *O diário de Cecília de Assis Brasil*, p. 71.

¹⁰³ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 5.

¹⁰⁴ SÁ, *Idéias sem fronteiras*, p. 16.

¹⁰⁵ São eles: *Na margem da história. Segunda série das histórias que não vêm na História*. (1930), *Reabilitação histórica de Calabar* (1933), *As Amantes do imperador: crônicas históricas* (1933), *A vida íntima do imperador e da imperatriz* (1934), *O Chalaça: favorito do Império* (1934), *Os escândalos de Carlota Joaquina* (1934), *O favorito da Imperatriz* (1934), *Os feriados da República, explicação histórica dos feriados nacionais* (1934), *Florianópolis, carneiro de batalhão: crônicas do primeiro governo provisório* (1934), *O rei fujão* (1934), *A questão de limites entre São Paulo e Minas; desde 1720 até 1935* (1935), *Limites entre S. Paulo e Minas – segunda parte* (1935), *Os escândalos da Primeira República*. (1936), *O*

dos anos 20, junto com novos trabalhos, o que dificulta a avaliação de sua obra. Em 1932, ainda no Rio de Janeiro, comparece à despedida dos exilados após a malograda *Revolução Constitucionalista* em São Paulo, o que demonstra seu descontentamento com o governo de Vargas. Aventamos que pode ter havido certa dificuldade para refazer sua vida pessoal após 1930. Permanece na capital da república até 1935, quando se mudará para Avaré (SP), onde lecionou História e Português no Colégio Estadual da localidade para, enfim, retornar à capital paulista¹⁰⁶.

Parece-nos que apesar da perda do cargo de assessoramento do ministro, Cintra se manteva próximo de Assis Brasil. É sintomática sua saída do Rio de Janeiro em 1935. No ano anterior, Assis Brasil deixou o governo de Vargas, sendo substituído por Juarez Távora. O político gaúcho teve o apoio de Cintra quando, em discurso no Congresso Nacional, afirmou que “*Foi um erro imperdoável o prolongamento da ditadura por quase um quadriênio*”¹⁰⁷. Para Cintra, o risco para o país era que, “*espreitando a Assembléia [(Constituinte)] dorme o espírito protestante dos granadeiros do Ditador*”¹⁰⁸. Acreditou nas eleições previstas antes do autogolpe de Vargas e a implantação do Estado Novo, em 1937. E, mesmo, desejou a volta da “*política do café com leite*”¹⁰⁹.

Encontramos referências a um único livro seu entre 1938 e 1944: *Quem foi o verdadeiro fundador da cidade de São Carlos*. Nos parece ser um livro de encomenda, buscando encontrar supostas raízes históricas da cidade e de famílias da oligarquia local. Localizamos, também, a oitava edição do livro *Alma Brasileira*, em 1938. Se seu livro didático se manteve, por outro lado, nos faz perceber alguma dificuldade para publicação.

general que vendeu o Império (1936), *Dicionário Universal e Clássico da Língua Portuguesa* (1937), *Os amores de Napoleão e Josefina* (1937) e *Os primeiros documentos da história do Brasil* (1937).

¹⁰⁶ MONACO CINTRA, *Traços da vida, personalidade e obras de Assis Cintra*, p. 14.

¹⁰⁷ CINTRA, *Floriano, carneiro de batalhão*, p. 149.

¹⁰⁸ CINTRA, *Floriano, carneiro de batalhão*, p. 154.

Após 1945, findo o Estado Novo, serão cinco livros publicados. O último é do ano que faleceu. Era, ainda, o Assis Cintra de 1920. Mas o campo da história, quando de sua morte, já estava delimitado e o que escreveu passou a fazer parte da história anedótica e pitoresca¹¹⁰, marginal e descartável como os jornais. Quando de seu falecimento, escrevia uma coluna semanal, com o título *Isso é História...* no vespertino *A Gazeta*¹¹¹, da Fundação Casper Líbero:

*“Certa vez, perguntado sobre o verdadeiro sentido do título de sua coluna, ele respondeu com um sorriso nos lábios, ar brincalhão e modesto, que o mesmo fora escolhido para dar a entender a seus leitores que os assuntos ali focalizados se referiam apenas a amenidades históricas, sem o rigor de sisudas lições de história e de conteúdo irrefutável”*¹¹²

O que observamos em sua trajetória de vida foi sua articulação com o mundo editorial, via Monteiro Lobato, e deste com o contexto do Movimento Modernista de 1922, via Menotti Del Picchia. As pontas da trama de apoios editoriais e políticos se encontram em *A Morte Trágica de um Poeta*¹¹³, matéria de Cintra, que prestava sua última homenagem ao poeta Baptista Cepellos, freqüentador assíduo da *Revista do Brasil*. O proprietário era Monteiro Lobato, editor de Del Picchia que, por sua vez, era Editor do *Correio Paulistano*. Picchia dava Cintra como vitorioso em sua polêmica com Lellis Vieira¹¹⁴, jornalista veterano e membro do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vieira, amigo de Monteiro Lobato, elogiou o livro *Alma Cabocla*, de Paulo Setúbal, pelo

¹⁰⁹ CINTRA, *O general que vendeu o império*, p. 107.

¹¹⁰ Na contra-capá do livro *Brasil reino e Brasil Império* (1945), sobre a próxima publicação da Editora Renascença: “Enfeixam-se nestes volumes crônicas e artigos sobre os mais variados assuntos da nossa História, em que o Prof. Assis Cintra versa, com elegante clareza e em estilo acessível ao grande público, os incidentes mais pitorescos da História brasileira, algumas de suas mais flagrantes contradições e procura desfazer, sempre apoiado em legítima documentação, alguns equívocos históricos que tendem a perpetuar-se”.

¹¹¹ MELO, *Dicionário de autores paulistas*, p. 151.

¹¹² MONACO CINTRA, *Traços da vida, personalidade e obras de Assis Cintra*, p. 17.

¹¹³ CINTRA, *No limiar da história*, p. 115.

¹¹⁴ CINTRA, *Mentiras históricas*.p. 335.

jornal¹¹⁵. Se foi Lobato que publicou o livro, também foi ele a enaltecer, pela *Revista do Brasil*, o lançamento de *Fatos e Fitas*, livro de Lellis Vieira¹¹⁶. Na troca de elogios, fundamental para o crescimento da editora de Lobato foi Rui Barbosa que, com discursos, segundo afirmou o próprio Lobato, aumentou a venda de seu livro *Urupês*, sedimentando sua editora recém adquirida. Em carta a Godofredo Rangel, de 20 de abril de 1919, escreveu Lobato: “o discurso de Rui foi um pé de vento que deu nos *Urupês*”¹¹⁷. Também em carta para Lima Barreto (sem data): “O raio do Rui me criou uma revoada cá no escritório, é um sair de livros sem conta”¹¹⁸. Só em 1920, *Urupês* vendeu 8.000 exemplares. Ao mesmo Rui Barbosa, Cintra dedica um de seus livros, prefaciado por Assis Brasil. Rui Barbosa, por sua vez, era do círculo de relações de João Ribeiro, Afonso Pena e Leão Velloso. Este último, diretor do jornal *Correio da Manhã*, que se reunia no Sebo de João Martins. Era o jornal onde escreviam Cintra e Lobato, que editava João Ribeiro. Era, enfim, “um sistema bem montado de permuta e fogos cruzados de elogios, às vezes até de auto-elogio” teria dito Afrânio Coutinho¹¹⁹.

Francisco de Assis Cintra escreveu até morrer, pobre, no dia 28 de junho de 1953, em um quarto do Hotel Municipal, na Avenida São João, em São Paulo, aos sessenta e seis anos¹²⁰.

O que nos interessou salientar até aqui foi, enfim, o ambiente intelectual e político onde circulou, suas relações com o mundo editorial, sua inserção na movimentação

¹¹⁵ VIEIRA, Lellis. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 1, 14 mai 1920.

¹¹⁶ LOBATO, Monteiro. *Fatos e fitas*. RBR, n. 83, p. 252, nov. 1922. Em 1938, Lellis Vieira elogiaria Lobato por ter assumido a direção da *União Jornalística Brasileira*. (NUNES, *O sonho brasileiro de Lobato*, p. 15).

¹¹⁷ LOBATO, *A barca de Gleyre*, p. 194.

¹¹⁸ CAVALHEIRO, *A correspondência entre Lobato e Lima Barreto*, p. 37.

¹¹⁹ Citado em MACHADO NETO, *Estrutura social da república das letras*, p. 126 e 132.

¹²⁰ MONACO CINTRA, *Traços da vida, personalidade e obras de Assis Cintra*, p. 18. Enterrado no Cemitério Municipal de Bragança Paulista. Mônico Cintra informa que morreu de infarto. Enganou-se. No livro do cemitério encontramos: “Francisco de Assis Cintra – 66 anos – arteriosclerose – enterro 29-6-53 –

cultural dos anos 20, em particular seus vínculos e afinidades com o modernismo. Não queremos tratar com “*consciências desencarnadas*”, como afirmou Lucien Febvre¹²¹. Buscamos, a partir do material disponível até o momento, deixar clara sua origem familiar, formação, percurso intelectual e a relação com outros homens de sua época para, mais adiante, nos aprofundarmos no conteúdo e objetivo de seu trabalho. No próximo capítulo apresentaremos parte de sua obra histórica, analisando-a e observando com quem dialogava e que outra história para o Brasil buscou construir.

sepultura 2:156 rua 5”. (Prefeitura Municipal de Bragança Paulista – Cemitério Municipal, Livro 10-A, página 89).

¹²¹ Citado em CHARTIER, *A história cultural*, p. 16.

SEGUNDO CAPÍTULO

O SENHOR DA VERDADE E OS SENHORES DA HISTÓRIA

Neste capítulo, analisaremos as bases da construção da História do Brasil que Assis Cintra pretendeu erguer. Para tanto, nos valeremos, enquanto fio condutor, do livro *No Limiar da História* (1923). Remeter-nos-emos a outros quando se fizer necessário. Tal opção pelo livro se dá pelo fato de estar inserido no período de comemoração do centenário da Independência e conter a maior parte de seus textos publicados nos jornais desde 1920. Tais ensaios são as bases utilizadas por Cintra para desconstruir a História do Brasil contada, cujos textos se repetirão em muitos de seus trabalhos, servindo de apoio para outros textos. Portanto, o livro aborda os assuntos de boa parte de sua obra.

Assis Cintra valia-se do ridículo como arma da destruição, despertando o interesse do leitor. Destinava a história ao grande público, constituído por aqueles já acostumados com as polêmicas literárias – que não prescindiam da imprensa enquanto instrumento de divulgação - e a uma classe média que se formava, oriunda do comércio e da burocracia estatal, que passava a ter assegurado o acesso aos jornais, livros e revistas.

Os suportes utilizados por Assis Cintra para a construção da História eram, via de regra, os trabalhos de outros pesquisadores, novos documentos por ele pesquisados, outros já conhecidos por historiadores que o antecederam ou contemporâneos, os quais eram reanalisados. Também se valia de depoimentos, jornais antigos¹²², memórias, biografias, autobiografias, correspondências pessoais, depoimentos orais e livros esquecidos. Com tal material pretendia despertar um desejo de mudança e libertação a serem nutridos pela revelação das mentiras e verdades da História. No seu entender, seríamos inferiores por termos uma formação calcada em modelos equivocados, trazidos do Império, tal e qual haviam sido legados para a República. Em sua concepção, os ícones da

¹²² CINTRA, *O general que vendeu o império*, p. 92, destaca que manuseou os jornais *Correio Paulistano* e *Estado de S. Paulo* desde o primeiro número. Tal explica suas repetidas referências aos jornais de época.

intelectualidade, que no passado haviam buscado desvendar o mistério de quem éramos nós, estavam equivocados. Suas mentiras deveriam ser reveladas, para que pudéssemos construir a pátria republicana sobre novos alicerces através da História. Neste ponto, ele não se diferenciava da maioria dos historiadores que, em todas as épocas, como nos lembra Pierre Nora¹²³, pretendem denunciar as mitologias mentirosas de seus predecessores, de forma a construir, no seu entendimento, a verdadeira identidade nacional. É na perspectiva do confronto, que o encontramos desejando substituir a história dos Compêndios por outra, supostamente mais verdadeira: “*O homem pode julgar que uma causa é sagrada, mas ao reconhecer que está em engano, tem o direito e o dever de mudar de idéia*”¹²⁴. Os ícones sagrados deveriam ser defenestrados de seus púlpitos para que a verdade fosse desvelada. Outra Igreja de adoração aos ícones nacionais deveria ser reerguida dos escombros daquela anterior, revelando o que a história escondia: “*Vimos então como a História mente. E são suas mentiras relativas aos nossos fastos, que pretendemos revelar*”¹²⁵.

O que nos parece é que Assis Cintra, assim como parte de sua geração, não desejava a identificação com a herança deixada por uma História a qual não mais se reconhecia como portador. Acreditava que, desmistificando o passado como recuperado pelo IHGB, poderia colocar outro em seu lugar. Como se fosse possível desmontar, com ataques diretos, uma História tão solidamente construída. Para tanto, fez recomendações ao próprio Instituto, talvez por que desejava ter chancelado suas pretensões:

“(...) pensamos que o Instituto deverá cuidar de corrigir os grandes erros históricos de que se acham eivados os fastos nacionais. Em geral, os autores, em vez de pesquisarem com cuidado e paciência a velha papelada do arquivo do Brasil e de Portugal, repetem maquinalmente o que os antecessores disseram. Isso não se chama

¹²³ NORA, *Entre a memória e a história*, p. 10.

¹²⁴ CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 44.

¹²⁵ CINTRA, *No limiar da história*, p. 125.

*escrever História e sim contar histórias. Urge que se restabeleça a verdade majestosa nas páginas da história pátria.”*¹²⁶

Com suas supostas verdades, desejava construir uma história autêntica, desvendando uma nação que se ocultava por traz das aparências.

No Brasil da década de 1920, intensificavam-se as oposições à Primeira República, definida como um sistema oligárquico, fraudulento e regionalista. Ao mesmo tempo, se reclamava a ausência de uma história republicana autêntica. Nesta perspectiva, para Cintra, a nação deveria encarar a parte negativa dos supostos laços culturais com o mundo externo e interno. Voltava-se para o trabalho de outros pesquisadores que foram malvistas por suas veementes críticas. Tal como fez Mello Moraes, pai, no século anterior e ao qual se remetia, por diversas vezes, em seus ensaios. Escrevia Mello Moraes:

*“Um povo que não sabe a sua origem, e nem o que praticaram os seus maiores, ignora tudo, não tem passado, vive do presente; e por isso é, que os nossos homens de Estado, conservaram o país como ele se acha, por que não o conhecem (...) por que os que o governam viviam da mentira, porque mentem às línguas, à imaginação, aos ouvidos, aos olhos, porque tudo mentem, e todos mentem. Um país fundado na mentira e na falsa política (...)”*¹²⁷

Encarando uma suposta história mentirosa, buscou desvencilhar a história nacional da antiga metrópole. Parece-nos que, para Assis Cintra, a verdade histórica era o caminho que nos libertaria para um futuro promissor. Portanto, seria necessário mudá-la. Se houve mentiras na história, se deveria recuperar as verdades, para que se repetissem convenientemente no futuro. Com a história dada, não seríamos nada. Parece-nos que, no entendimento de Cintra, nosso processo evolutivo rumo à civilização estaria truncado e não seríamos uma nação completa. Havia uma pedra no meio do caminho que deveria ser ultrapassada, desobstruindo a passagem rumo à evolução interna da sociedade. Dever-se-ia vencer as barreiras

¹²⁶ CINTRA, *No limiar da história*, p. 69.

¹²⁷ MORAES, *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*, p. 9.

sedimentadas pelo tempo e a repetição. Agregava ao seu trabalho o objetivo de criar outros vultos para aquele momento, enfocando um histórico republicano existente na sociedade desde a Revolta de Filipe dos Santos. Para tanto, ela exigia a escolha de novos personagens.

Com suas propostas, contribuía também para que São Paulo inserisse seus próprios personagens e eventos na História do Brasil, alinhando-os com as escolhas efetuadas pelos demais Estados, excluídos pela História construída por intermédio do IHGB no Império e ainda reforçada. Queria uma História mais crítica do que aquela feita até então, buscando responder às indagações postas pelo momento. Momento de questionamento do sentido conciliador e acomodatório da política oligárquica, sustentada por uma história que deveria representar a nação com passado já dado e consolidado pela tradição agrária exportadora.

Afirmava o modernista Mário de Andrade: *“Não se constrói um arranha-céu sobre um castelo moçárabe. Derruba-se primeiro a mole pesadíssima dos preconceitos, que já foram verdades, para depois elevar outras verdades”*¹²⁸. Para Cintra, as verdades estavam nos vultos esquecidos. Outros eram os espelhos que deveríamos encarar. Invertendo-se as posições pela revelação, a nação afloraria liberta, rumo ao futuro promissor.

*“Se pudéssemos mergulhar nossas vistas curiosas nas páginas escuras do passado de nossa pátria veríamos nobres figuras de precursores da liberdade, heróicas vítimas da tirania, admiráveis mártires do absolutismo. Esclarecidos os acontecimentos pelo sol de nossa imaginação, os quadros iriam surgindo com suas gloriosas revelações”*¹²⁹

Quais as revelações, é o que veremos adiante.

¹²⁸ Discurso de Mário de Andrade sobre o movimento modernista, publicado no jornal *A Gazeta*, de São Paulo, em 3 de fevereiro de 1922. Citado em AMARAL, *Artes plásticas na semana de 22*, p. 100.

¹²⁹ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 87.

A fundação do Brasil

Na década de 20 há um acirrado debate sobre a data do descobrimento do Brasil. Seria 22 de abril, 3 de maio ou outras proposições? A Liga Pedagógica se opõe à data do Calendário Cívico Republicano¹³⁰. Era a discussão sobre o próprio *fundatio* da nação, que deveria manter o vínculo interno com o passado como origem. Fazia parte da invenção das tradições nacionais, com seus respectivos festejos, homenageando a pátria descoberta e, por isso, inaugurada por um português, legitimando a nação no imaginário de um passado distante e glorioso. Os mitos fundadores da nacionalidade devem ter suas raízes procuradas o mais longe possível na régua do tempo. Não sendo possível localizá-los antes da chegada dos portugueses – quando chegaríamos aos espanhóis e indígenas e não a Portugal - na eternidade do passado, optou-se pela carta de Caminha ou nas construções a-históricas da natureza exuberante. Afirma Schwarcz que tais momentos inaugurais “*são bons para iluminar os artifícios do cenário, seus bastidores e jogos de luz. (...) É por isso que a carta de Caminha transforma-se rapidamente em certidão de identidade, e, retirada do bolor dos arquivos portugueses, virava, como que por passe de mágica, nossa*”¹³¹.

Cabral e o descobrimento do Brasil é o primeiro ensaio de *No Limiar da História*. Mesma entrada utilizada por João Ribeiro em seu livro *História do Brasil, Curso Superior*, Compêndio de larga utilização nas escolas da época. Ainda que Ribeiro coloque a data do descobrimento em discussão, mantinha-se a inauguração do Brasil. Como Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial*, Ribeiro tratará dos antecedentes indígenas e localizará o Brasil, geograficamente, no mundo. São os ecos da escola alemã, que reclamava a aproximação da História com a Geografia. Para invalidar a fundação,

¹³⁰ VELLOSO, *Modernismo no Rio de Janeiro*, p. 202.

¹³¹ SCHWARCZ, *De volta ao passado com as lentes focadas no presente*, p. 8.

Cintra se preocupou com o fato em si. Como ele, também Capistrano, acreditava ter sido feita “*alguma expedição clandestina ao ocidente, como parece verificado*”¹³². Ribeiro não acredita na possibilidade de haver “*propósito de descobrir o Brasil*”, mas coaduna com o uso do nome “Brasil” em documentos antigos, “*talvez desde o século XI, senão mesmo em épocas anteriores*”¹³³. É pelo nome e documentos que Cintra querará invalidar a data do “descobrimento” em 1500, ressuscitando as discussões das lendas sobre a existência da Ilha-Brasil¹³⁴. Referiu-se a livros, cartas oficiais, poesias medievais e documentos antigos da Biblioteca do Vaticano, que abriu as portas dos Arquivos da Santa Sé aos historiadores no final século XIX e que Cintra afirmava ter percorrido. Para ele, já havia um Brasil pré-existente, antes da chegada dos portugueses, com uma história oculta a ser desvendada. A região já era conhecida anteriormente. Mesmo os próprios portugueses por aqui haviam estado. Seu argumento é sustentado pela carta de Caminha, de d. Afonso, datada de 1343, em documentos do arquivo do Vaticano, da Biblioteca Nacional de Paris, além de obras escritas por Benjamin Smith, Manoel Fialho, João de Barros, João Físico, o livro Esmerado de Situ Orbis, de Duarte Pacheco e supostos documentos desaparecidos da Torre do Tombo¹³⁵.

Mais do que o fato, o que destacamos do texto é sua afirmação, logo na abertura, ao alertar ao “*historiador moderno que se entretiver no estudo demorado dos documentos antigos, nos arquivos d’além-mar*” para que busque a desmistificação da

¹³² CAPISTRANO DE ABREU, *Capítulos de história colonial*, p. 70.

¹³³ RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 41.

¹³⁴ “*Documentos importantíssimos, de incontestada idoneidade, afirmam insofismavelmente, a existência da grande terra atlântica, e, o que é mais, com o próprio nome que ainda hoje tem*” (CINTRA, *No limiar da história*, p. 5).

¹³⁵ O autor indica a localização de tais documentos e também relata o encontro de Afonso Sanches com Colombo, em 1486. Vale-se do historiador português João de Barros e seu livro *Décadas* (1550). Ao citar o *Esmeraldo de situ orbis* de Duarte Pacheco, Cintra atribui-lhe a data de 1498 quando, em verdade, a obra foi escrita entre 1505 e 1508 e conhecida por duas cópias apógrafas do séc. XVIII, da Biblioteca Pública de

“*mentira histórica que se repete, há quatro séculos*”¹³⁶. O que Cintra desejava era se diferenciar enquanto estudioso de documentos. Quer fazer a distinção entre o historiador moderno e o antigo. O primeiro, no caso, é ele próprio. Ângela de Castro Gomes nos esclarece que o “*historiador “moderno” era, assim, um escritor erudito que examinava com rigor metodológico toda uma vasta gama de fontes e a ela “dava sentido*”¹³⁷. Dizendo-se um seguidor da moderna ciência histórica, Cintra afirma que o moderno estudioso sobre o assunto deveria debruçar-se em estudo demorado dos documentos antigos, conservados nos arquivos europeus. O historiador antigo e ultrapassado, ao contrário, apenas reafirmaria o erro que se repetiria há quatrocentos anos.

Se Araripe Junior, Diretor Geral de Instrução Pública, via no livro de João Ribeiro a mobilização do trabalho de um historiador¹³⁸, Cintra questionava Ribeiro, invocando: “*Disse-me (...) que fizera a sua História do Brasil EM UM MEZ DE FÉRIAS. Não é portanto obra de averiguação... e sim de repetição*”¹³⁹. Parece-nos que seu objetivo era invalidar o trabalho de Ribeiro. Posicionava-se como um professor que também fazia pesquisas e tinha os documentos em mãos. Ele seria de fato um historiador. Assim, ofuscava o brilho da abertura do Compêndio *História do Brasil, Curso Superior*, onde João Ribeiro “*fez mais do que selecionar, simplificar e sintetizar os “fatos” estabelecidos pelo método de crítica documental, (...) como no caso do “verdadeiro” local do Descobrimento*”¹⁴⁰, valendo-se da geografia, da cartografia, consultando mapas e comparando-os com relatos.

Évora e a da Biblioteca Nacional de Lisboa. (PEREIRA, *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*, p. 21)

¹³⁶ CINTRA, *No limiar da história*, p. 5.

¹³⁷ GOMES, *História e historiadores*, p. 123.

¹³⁸ HANSEN, *Feições & fisionomia*, p. 64.

¹³⁹ CINTRA, Assis. *O Jornal*. Rio de Janeiro, p. 1, 1 abr 1922. Assis Cintra volta ao assunto em *Nossa primeira história* (1922), *Revelações Históricas para o centenário* (1923), *Historias que não vem na Historia* (1928), *Na margem da História* (1930), *O general que vendeu o Império* (1930) Neste último seu objetivo será ridicularizar Álvares Cabral/Pedro Gouveia.

Sabemos bem que Ribeiro fez mais do que encontrar documentos e apresentá-los, como era comum ao IHGB no século XIX. Ele se propôs a dar-lhes um sentido. Sentido que fosse legitimado e aceito pelos demais. Foi o que Ribeiro fez. Foi o que Cintra não fez. Cintra escolheu polemizar, em um momento propício para tal, quando se comemorava o centenário da Independência.

O segundo texto de *No Limiar da História é O grito do Ipiranga*. Questionando a fundação da liberdade pela Independência, Cintra buscará desmontar fatos e personagens que a ela correspondem. A Independência não deveria ser resgatada como um projeto de continuidade da monarquia portuguesa. Muito menos ser efetivada por um personagem como D. Pedro. Desprezado pela mãe e temido pelo pai, era - segundo Cintra - impulsivo, voluntarioso e imoral, como nos apresenta em vários ensaios do livro. Cercado de Plácido, João Pinto e Chalaça, três farristas, mulherengos e boêmios, como o Imperador¹⁴¹. Duvidava da Independência e do próprio grito de emancipação ou mesmo do desejo pelo ato. Discordava de João Ribeiro, para quem “*com a partida de D. João, o príncipe regente imediatamente tramou a ocupação do trono*”¹⁴². Cintra não aceitava plenamente a idéia de que a Independência havia sido um ato de rebeldia de D. Pedro I ao seu pai ou mesmo contra as cortes¹⁴³. Seria um plano de contingência traçado por D. João e

¹⁴⁰ HANSEN, *Feições & fisionomia*, p. 66.

¹⁴¹ Ao Chalaça, Cintra dedicou todo um livro em 1934. Para Carlota Joaquina outro no mesmo ano. As *Amantes do Imperador* foram apresentadas uma a uma em livro de 1933.

¹⁴² MELO, *Senhores da história*, p. 261.

¹⁴³ Ciro Bandeira de Melo, em seu trabalho, identifica a estratégia do IHGB. Quando se chegava ao impasse de denunciar o culpado responsável pela infelicidade de determinado evento, os historiadores do Instituto responsabilizavam as impessoais Cortes portuguesas, subterfúgio para não execrar brasileiros ou a família Bragança.

seu filho, que teve em Gonçalves Ledo¹⁴⁴ o estopim que fez o plano entrar em ação. Não haveria heroísmos, mas planos escondidos, traçados por pai e filho.

Se analisarmos todo o livro *No Limiar da História* com atenção, percebemos: o que Cintra desejou fazer foi mais do que invalidar as comemorações do centenário de Independência, mas fazer uma complicada inversão não explicitada. A Independência caberia ao Rio e a República aos paulistas e, portanto, a Independência não ocorreria em São Paulo. Este é o objetivo de fundo. Caberia a São Paulo a modernidade e a condução política da República. Ao Rio de Janeiro restaria a tradição do Império. Para tal, seria necessário desconstruir os marcos fundadores que se consolidavam. A disputa pela condução econômica, política e cultural entre o Rio de Janeiro e São Paulo se transferia para a discussão sobre o local onde se deu a Independência. A construção do fato em que o riacho Ipiranga seria o palco e o marco do processo se afirmava. O quadro *Coroação de Pedro I*, de Debret, no Rio de Janeiro, teria sido somente a consequência do que se passou em São Paulo. Cintra, ao contrário, buscava transferir para o Rio de Janeiro a Independência e para São Paulo a República, fazendo a inversão dos papéis. Opunha-se à proposição do IHGB, cujo objetivo, como já foi salientado, foi “*criar uma história, que fosse (por suposto) nacional, imperial e, de quebra, carioca*”¹⁴⁵.

¹⁴⁴ “*Jose Bonifácio é o patriarca da Independência? Diz a história oficial – sim; dizemos nós – não*”. Assim, Cintra abre o ensaio *O Patriarca da Independência* (CINTRA, *No limiar da história*, p. 52). Se houvesse patriarcado, afirma em *A Glória dum esquecido*, no mesmo livro (p. 84), este seria o fluminense Joaquim Gonçalves Ledo. Chefe da maçonaria e político. Proprietário do jornal *Reverbero Constitucional Fluminense*, peça-chave no período, onde Ledo tecia críticas às atitudes das Cortes portuguesas, apoiando a separação e defendendo a permanência de D. Pedro.

¹⁴⁵ SCHWARCZ, *De volta ao passado com as lentes focadas no presente*, p. 8.

Na avaliação de Cintra, o chamado grito do Ipiranga foi uma burla, que fez de um oportunista – no caso José Bonifácio - um grande herói¹⁴⁶. É a reafirmação do que escrevera em seu primeiro livro no campo da História: *O Homem da Independência* (1921), com o subtítulo “*história documentada de José Bonifácio, e seu pseudo-patriarcado e da política do Brasil em 1822*”. Crítica ferrenha ao “patriarcado” de José Bonifácio, busca dar tal adjetivo a Joaquim Gonçalves Ledo, um verdadeiro republicano. O livro apresenta uma quantidade de documentos sem conta. São peças pessoais e de Estado, tais como: decreto de prisão de Gonçalves Ledo, depoimentos de iminentes políticos do Império sobre a personalidade do ministro, além de cartas pessoais conservadas na Biblioteca Nacional e discursos proferidos quando deputado da Câmara. O autor também se vale de projetos de lei, relatórios e Atas de lojas maçônicas, Decretos de D. Pedro I, Mandatos, Despachos e Ofícios assinados pelo próprio José Bonifácio. Traz à luz a correspondência de Bonifácio com seus irmãos Antonio Carlos e Martin Francisco, vasculha cartas íntimas do suposto patriarca, sejam de caráter político ou amoroso, que foram compradas de Mello Moraes pela Biblioteca Nacional. Chega a publicar algumas poesias escritas por José Bonifácio. Acreditava que, com tais documentos, revelaria a verdadeira personalidade do suposto herói, demonstrando que sua figura pública e o lugar que lhe foi dado pela História, escondiam a mediocridade de seu verdadeiro caráter que encontraríamos na intimidade do personagem e daqueles que estiveram ao seu redor. Buscou desmontar os pontos nos quais a crítica positiva lhe delegava o título do patriarcado. José Bonifácio, sob o disfarce de liberal, não havia buscado acelerar nosso processo civilizatório, construindo uma nação inclusiva. Muito pelo contrário, desejava a manutenção do *status quo* da elite dominante e mesmo

¹⁴⁶ “Bonifácio era um oportunista. Ele mesmo o confessou (...): “É fado meu: quase nunca faço a tempo o que devo e quero, mas, sempre, o que de mim exigem as circunstâncias”, teria escrito ao conde de Funchal

havia deixado escravos para sua filha em testamento¹⁴⁷. O livro *O Homem da Independência*, de Cintra, foi bastante utilizado por Manoel Bomfim em sua análise sobre o fato. Em *O Brasil*, livro resultado de compilação efetuada por Carlos Maul para a Coleção Brasileira, Bomfim mostrava-se um crítico do sete de setembro e reclamava ser “*indispensável refazer a história que aí está, afeada e diminuída, onde todo o esforço tem sido para tirar luz dos negrumes que velam os verdadeiros clarões em que nosso passado se revela*”¹⁴⁸. Bomfim critica Cintra, pois considera que a figura de Bonifácio deveria ser preservada¹⁴⁹.

O que verificamos é que Cintra também fazia uso de documentos, o que preconizava a nova forma de trabalhar a história, como afirmava. Em alguns textos citava-os e/ou indicava-os. Em outros, os suprimia. Não podemos esquecer que são textos originalmente publicados em jornais, onde tais indicações eram dispensáveis. O que o diferenciava de outros pesquisadores era a forma como interpretava os documentos e que tipo de material mesclava em seus artigos. Documentos oficiais, correspondências pessoais, relatos, biografias e jornais eram seus suportes. Não os utilizava para a construção, mas para a desconstrução da historiografia. Um antilusitanismo camuflado que deslocava os mitos fundadores de D. Pedro e Bonifácio, ligações diretas com Portugal, para outros vultos. Afirmava que o imperador foi um mero oportunista, consagrado no bronze e nas páginas da História. Ao se aproximar o centenário da Independência, seria mister que se desvendasse

(CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 63).

¹⁴⁷ CINTRA, *O homem da independência*, p. 34-187.

¹⁴⁸ BOMFIM, *O Brasil*, p. 50.

¹⁴⁹ “*Então é de justiça destacar a personalidade de José Bonifácio, principal figura, já o vimos naquilo que haja de aceitável, nos sucessos de 22 (...) não vamos transformar os pulhas e canalhas dos seus adversários, do valor de José Clemente, em homem de admirar, e, menos ainda, em devotados democratas*” (BOMFIM, *O Brasil*, p. 178). Para Cintra, os causadores da Independência seriam Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, português, Presidente do Senado e da Câmara.

seu verdadeiro papel¹⁵⁰ e sua verdadeira alcunha dada por Bonifácio: *Pedro Malazartes*, título de outro ensaio do livro *No Limiar da História*.

O personagem Malasartes tem sua origem na Península Ibérica. Burlão, astuto e cínico, aparece no *Cancioneiro da Vaticana*. Seu nome vem de “malas artes”. É o mesmo personagem de Cervantes na comédia *Pedro de Urdimalas*, escrita em 1615¹⁵¹. Assim, o imperador tornava-se um misto de Malasartes e Chalaça, inadequado para o *constructo* da identidade da nação.

Por seu turno, João Ribeiro exaltava os heróis da Independência: Gonçalves Ledo, Clemente Pereira, José Bonifácio e Pedro I, apesar de ver no Imperador a possibilidade da conciliação das duas raças¹⁵², portuguesa e brasileira,

*“Ribeiro, no seu manual, orientava bem seus alunos republicanos para a Independência de 1822, inculcando neles que a via monárquica fora preparada para o herdeiro de um rei tão ridiculamente descrito que só poderia criar uma monarquia americana anárquica e incompetente.”*¹⁵³

Embora considerasse os Andradas facciosos e prepotentes¹⁵⁴, Ribeiro era parcimonioso em suas críticas. Cintra elege somente um dos três irmãos – o José – para responsabilizar por todos os malefícios do Primeiro Império. Buscando levar a Independência para o Rio de Janeiro, torna-se necessário encontrar um herói na capital do Império, dando um caráter republicano à Independência, caso não fosse possível invalidar todo o processo:

“D. Pedro e José Bonifácio foram oportunistas. A revolução seria vitoriosa, e por isso, à última hora aderiram a ela. E tiraram o melhor proveito do que Gonçalves

¹⁵⁰ CINTRA, *No limiar da história*, p. 68 e CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 120.

¹⁵¹ VELLOSO, *Modernismo no Rio de Janeiro*, p. 147.

¹⁵² RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 457, afirma: “O príncipe D. Pedro foi o órgão mais precípuo e eficaz dessa difícil conciliação; não se pode diminuir o estudado esforço, a boa vontade e até mesmo o por vezes doloroso sacrifício com que afrontou todos os trabalhos dessa ingente empresa (...) no sentimento de dignidade que lhe era próprio (...)”.

¹⁵³ MELO, *Senhores da história*, p. 238. A descrição a qual Melo se refere, dá-se na parte em letras miúdas, destinada aos professores. Ver RIBEIRO, *História do Brasil* (1953), p.329-333.

¹⁵⁴ RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 468.

*Ledo, que a preparou admiravelmente, que era o seu chefe, que por ela arriscou a própria vida.”*¹⁵⁵

Para Cintra, Gonçalves Ledo foi o causador do processo de Independência, por intermédio da maçonaria. Manoel Bomfim discordará diretamente de Cintra e responsabilizará Ledo pelo desvio do caminho republicano da maçonaria, ao aceitar a permanência de D. Pedro¹⁵⁶.

Para João Ribeiro era impossível a República ser implantada naquele momento. As condições não estavam dadas, possibilitando:

*“o poder usurpado pela monarquia, que proclamava a independência desejada em 1822, assenhoreando-se do Estado, mantendo-se ao longo do século XIX contra a vontade do “mameluco”, o verdadeiro brasileiro, que privado de seu escol foi afastado do centro das decisões nacionais. Se tais argumentos legitimavam a monarquia, para os republicanos, os mesmos argumentos consubstanciavam a usurpação/frustração nacional, pois criavam outras conjunturas e personagens heróicos como momentos da fundação da nação brasileira que se distanciavam da monarquia”*¹⁵⁷

Para Ribeiro, Bomfim e Cintra a maçonaria foi importante e a instituição era republicana. Para Cintra era republicana por causa de Ledo. Era ele o chefe da maior Loja maçônica latino-americana e teria convencido José Clemente (português e maçom) a apoiar a Independência. Para Bomfim, o movimento separatista começa em 1817. Estaria lá o marco fundacional. Escreve Bomfim:

“Gonçalves Ledo da Independência é o constante instrumento do português José Clemente; entre os urubus de 22, não há nenhum mais nocivo ao Brasil, e mais

¹⁵⁵ CINTRA, *No limiar da história*, p. 81. “Foi ele quem, enquanto José Bonifácio recebia dinheiro do governo português (...) para prestar serviços à família real, desservindo a causa separatista (...)” (CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 81).

¹⁵⁶ “Não se dirá que os textos e argumentos do Sr. Cintra bastam para despedaçar o pedestal em que assentaram o patriarca de 22, mas são elonqüentíssimos - para demonstrar que a tradição da maçonaria brasileira, mesmo no Rio de Janeiro, era nitidamente republicana, e que foi a ambição torva e a competência de Ledo que desviaram a Maçonaria dessa tradição - de República” (BOMFIM, *O Brasil*, p. 106). Cintra explicaria: “Sem a adesão [de D. Pedro], o Brasil teria sido República, quando se tornou Império, porque tudo tinha sido preparado pela Maçonaria para que em 1822 se vibrasse em todo o território nacional o grito de “Independência ou Morte”, proferido pelo Príncipe Regente” (CINTRA, *A Revolução que fez o Império*, p. XXI) ou “Convidaram-no para o movimento que, com ele seria monárquico; sem ele republicano” (CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 138)

¹⁵⁷ MELO, *Senhores da história*, p. 7.

*desagradável ao sentimento nacional do que o torvo arranizador do 'fico', a que se sacrificou a Independência”*¹⁵⁸

Ribeiro cita a maçonaria rapidamente, mas deixa claro que Clemente era português e em seu Compêndio, o que ficou, enfim, foi o salvamento da unidade brasileira, evitando seu esfacelamento, como interpretara Varnhagen¹⁵⁹.

Em Cintra, se São Paulo desejava a República, seria necessário desmistificar José Bonifácio, paulista, dando o patriarcado para Ledo, fluminense. Que o Rio de Janeiro, fluminenses e Ledo ficassem com a Independência e a tradição. A República e a modernidade caberiam a São Paulo, já que nem mesmo havia sido proferido o dito “brado”¹⁶⁰.

Se os livros escolares de História do Brasil não abandonaram, ainda hoje, a tela de Pedro Américo sobre a Independência¹⁶¹, é ela, também, o objeto das críticas de Cintra em *O Grito do Ipiranga*¹⁶², de *No Limiar da História*. Não fazia uma crítica à arte, mas denunciava como eram construídas as mentiras históricas, por intermédio da mesma. Pedro Américo, após o término de seu quadro, havia escrito *O Brado do Ipiranga: Proclamação da Independência do Brasil* (1888), um ano antes do surgimento da República, com o objetivo de explicar como construíra a tela e rebatendo as críticas da época. Para o pintor, o Brasil não se livrou do rei com a Independência, mas das Cortes. Mantinha o vínculo de continuidade ibérica e com a família Bragança. Nos testemunhos utilizados por Pedro Américo para montar seu quadro, há dois que Cintra também se remete

¹⁵⁸ BOMFIM, *O Brasil*, p. 183.

¹⁵⁹ VIEIRA, Celso. *Evolução do Pensamento Republicano Brasileiro*. In: CARDOSO, *Na margem da história da República*, p. 37.

¹⁶⁰ Sobre sua não ocorrência, ver CINTRA, *No limiar da história*, p. 70, CINTRA, *No limiar da história*, p. 21 e *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 1, 5 jan 1920.

¹⁶¹ Sobre o levantamento de uso de gravuras, ver FONSECA, *Ver para Compreender: Arte, Livro Didático e a História da Nação*.

¹⁶² CINTRA, *No limiar da história*, p. 19.

para desmontá-lo: Manoel Marcondes de Oliveira e Mello (Barão de Pindamonhangaba) e Câmara Francisco de Castro Canto e Mello.

E, mais uma vez, retornamos ao Compêndio de João Ribeiro. No Prefácio da segunda edição do livro, Araripe Júnior recomenda o uso de gravuras, em sala de aula, que retratem os principais fatos da história nacional¹⁶³. Para Ribeiro, se o quadro os retrata com fidelidade ou não, tal é de menos valor, assim como a “*falta de outro [dia] que tenha exterioridades mais significativas, os brasileiros tomaram a data de 7 de setembro como a da independência política*”¹⁶⁴. Nessas duas frases do livro de Ribeiro é que Cintra penetrará para desdobrá-las, revelando o que Ribeiro teria omitido. Para Cintra seria mister alertar para as mentiras da tela de Pedro Américo e esclarecer os verdadeiros fatos do evento. Denunciando que o Imperador teria sido vitimado por uma diarreia, ele valia-se do ridículo para o desmonte que pretendia. Como reconheceu João Ribeiro, “*Em verdade o 7 de setembro não se traduz por ato oficial algum e dele quase não há notícia completa e pertence à história anedótica do príncipe*”¹⁶⁵. Mas não bastava tão somente desprezar o fato histórico e focar seu significado, como fizera Ribeiro. Para Cintra seria necessário pintar-lhe um outro quadro.

Tornando-se um adepto do Realismo, acusava as mentiras da tela de Pedro Américo. A arte deveria exprimir a verdade e se deveria negar as representações imperfeitas. A salvação da história e, por extensão, da nação, estaria na recusa da mentira de determinados símbolos e na dissociação do sonho e da realidade. Se o pintor pode criar um cenário falso, resultado da imaginação do artista, o historiador teria a obrigação de

¹⁶³ RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 13.

¹⁶⁴ RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 457.

¹⁶⁵ MELO, *Senhores da história*, p. 263 e *História do Brasil* (1912), p. 464-465.

denunciar a farsa, desassociando a história da ficção, da literatura e romance¹⁶⁶. Não só busca desmontar o quadro, como também o livro de Pedro Américo, ao qual não se refere e não demonstra ter conhecimento. Mas é difícil que Cintra não tenha se valido do livro de Pedro Américo. O que Cintra traz para a mesa dos debates é a história já esquecida e polêmicas enterradas, às quais o próprio autor do quadro se refere. Para Pedro Américo, “*A realidade inspira, e não escraviza o pintor*”. Observemos como Assis Cintra dialoga com o livro esquecido e seu autor. Afirma Cintra: “*D. Pedro não cavalgava um feroso corcel e sim uma besta baia gateada*”¹⁶⁷. Responde Pedro Américo: “*(...) dizendo-nos os companheiros de D. Pedro (...) [que] montava um cavalo zaino tocado a escuro, e afirmando certa tradição popular que ele cavalgava então um asno baio (uma besta gateada, repete-se como coisa verídica em Pindamonhangaba), não há dúvida que o pintor, no interesse moral e artístico do seu trabalho, deverá preferir a primeira afirmativa (...)*”. Quanto à violenta diarreia intestinal, que o obrigava a apeiar-se do cavalo por diversas vezes¹⁶⁸, Pedro Américo explica: “*(...) sabendo que D. Pedro na tarde de 7 de Setembro sofria de um incômodo gástrico que o obrigou a separar-se da sua Guarda de Honra, não deveria o artista alterar desfavoravelmente os traços do Augusto moço naquele momento solene (...)*”. Afirma Cintra: “*D. Pedro não vestia um vistoso uniforme e sim uma simples e modesta fardeta de polícia*”¹⁶⁹. Responde Pedro Américo: “*Dizendo-nos um distinto escritor paulista, que a Guarda de Honra trajava no Ipiranga o pequeno uniforme, e sendo este demasiado modesto, e mesmo mesquinho para ser representado em um quadro de grande caráter, é permitido ao pintor vesti-la como aconselha o estudo dos costumes e da índole*

¹⁶⁶ VELLOSO, *Modernismo no Rio de Janeiro*, p. 195.

¹⁶⁷ CINTRA, *No limiar da história*, p. 20.

¹⁶⁸ CINTRA, *No limiar da história*, p. 21.

¹⁶⁹ CINTRA, *No limiar da história*, p. 20. O mesmo ensaio pode ser encontrado no *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 5 jan 1920.

*daquela época cerimoniosa e brilhante (...)*¹⁷⁰. O objetivo da transcrição deste debate atemporal, é demonstrar o quanto Cintra valia-se de questões próprias do século XIX - e já esquecidas – para construir a história que desejava¹⁷¹. Um realismo exagerado desmistificaria o momento fundador que se desejava perenizado como mágico na obra de arte. Cintra busca desmontar o momento chave da “*emancipação política*”¹⁷². Para Ribeiro ela se deu em São Paulo, nas margens do Ipiranga. Cintra quer dá-la ao Rio de Janeiro e deixar a primazia da República para São Paulo.

As críticas a Bonifácio não se iniciam com Cintra. Varnhagen vê tal vulto como secundário na Independência e considera a Representação de São Paulo, em 1821, e o Manifesto de 6 de agosto de 1822 como peças secundárias no processo, negando o título de Patriarca a José Bonifácio¹⁷³, assim como Cintra. Outro argumento de Cintra para a inversão que desejava fazer foi sobre a questão da prioridade da *Representação*, solicitando a permanência do Príncipe Regente e culminando com o Dia do Fico. Caberia ao Rio de Janeiro a prioridade e não a São Paulo¹⁷⁴. O primeiro documento recebido pelo Imperador, solicitando sua permanência, partiria da Câmara do Rio de Janeiro. A Representação, que se desdobra no Fico, significa a disputa regional entre Rio de Janeiro e São Paulo, auxiliando

¹⁷⁰ PEDRO AMÉRICO DE FIGUEIREDO, *O brado do Ipiranga*, p. 14-5.

¹⁷¹ Com o passar dos anos o imprevisto torna-se pura emoção: “*Sente-se que ele experimentou uma súbita e estranha emoção*” (CINTRA, *Brasil reino e Brasil império*, p. 166). No mesmo livro (p. 163) não chamará de farsa o ato e o grito “Independência ou morte!”. Isto porque o ato “*bem se vê que era mais uma cerimônia simbólica do que propriamente um ato imprevisto*”. Fontes citadas pelo autor: carta do barão de Pindamonhangaba para Mello Moraes. Ambos eram amigos e Mello Moraes foi um dos primeiros a utilizar cartas como documento. A carta está na íntegra em *Brasil-reino e Brasil-império* de Mello Moraes (MORAES, *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*, p. 433-435). Vale-se ainda do livro *De D. João VI à Independência*, de João Romeiro (genro do Barão de Pindamonhangaba) para a carta do padre Belchior.

¹⁷² RIBEIRO, *História do Brasil* (1953), p. 360.

¹⁷³ RODRIGUES, *História e historiografia*, p. 133.

¹⁷⁴ “*a prioridade pertence ao Rio de Janeiro*” (CINTRA, *No limiar da história*, p. 188). Na página 192 do mesmo livro: “*o patriarcado da independência não era de S. Paulo*”. BOMFIM, *O Brasil*, p. 166 concorda, citando Cintra.

na composição do quadro anti-revolucionário, recompondo o mito de fundação da liberdade. Se a independência não está em sete de setembro, onde estará?

As hesitações e a apatia levaram Portugal à difícil e sombria situação que obrigou o rei a transferir-se para o Brasil, sob saudações do povo e lágrimas do soberano, acompanhado por sua leviana esposa¹⁷⁵, afirma Ribeiro, opondo-se à interpretação do rei prudente e sábio, como desejava Oliveira Lima¹⁷⁶. A história estava indecisa quanto ao monarca: “*Depois do Monarca indeciso e do Monarca impetuoso, o Monarca sereno*” escrevia Tristão de Athayde¹⁷⁷. Assim não se reformaria a História do Brasil. Deveria-se fincar o punhal além da superfície e revelar a incapacidade do rei, pai de nosso primeiro imperador, que tinha em si a tara de seus antepassados devassos, representantes do bastardo duque de Bragança, de Carlota Joaquina, ninfomaniaca, e de Maria I, “a louca”, escrevia Cintra¹⁷⁸. Mais simpático à incapacidade do pai do que às loucuras do filho e desejando reafirmar a Independência no Rio, invalidando as festividades, Cintra transfere-a para outra data. O Brasil tornou-se independente, não em 7 de setembro de 1822, mas via decreto de D. João VI. Cintra retira a Independência das mãos de Pedro I e José Bonifácio, dando-a ao Decreto, corpo da liberdade. Como poderia dar ao primeiro imperador o parto da nação? Sua proposta da fundação ressurgiu setenta e nove anos depois, pelo interesse de Dalmo de Abreu Dallari por Assis Cintra:

“Existem historiadores e cronistas da história brasileira que fazem recuar a 1815 o surgimento do Estado brasileiro, pois nesse ano, formalmente, o próprio rei de Portugal decretou que o Brasil deixava de ser colônia. (...). Essa é a posição de Assis Cintra, que a expõe e justifica, fundado em elementos formais, em sua obra que tem o título muito significativo de Brasil reino e Brasil império. Afirma Assis Cintra que o Brasil já era independente de Portugal antes de 1822 (...). Observa em seguida que o

¹⁷⁵ RIBEIRO, *História do Brasil* (1953), p.323.

¹⁷⁶ LIMA, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, p. 136.

¹⁷⁷ ATHAYDE, Tristão. *Política e Letras*. In: CARDOSO: *Na margem da história da República*, p. 213.

¹⁷⁸ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 184.

*artigo primeiro dessa carta lei declara extinta a colônia portuguesa da América e proclama a fundação do Reino do Brasil, elevado à dignidade e proeminência de nação com louros e prerrogativas de uma pátria livre. E mais adiante assinala ainda o autor que a liberdade do Brasil foi comunicada a d. João VI ao rei da Inglaterra, através de carta datada de 18 de dezembro de 1815, na qual se informa a criação de uma nova e grande pátria na América: o Reino do Brasil, tendo sido feita comunicação semelhante aos demais soberanos da Europa”*¹⁷⁹

Cabe aqui uma correção. A tese de Cintra não é de 1945, como afirma Dallari, mas de 1922¹⁸⁰. Levando a fundação da nação para 1815, retira seu marco de 1822 e, portanto, invalida os festejos do centenário. Na realidade não se pode dar a prioridade desta tese de fundação da nacionalidade para Cintra. Varnhagen inaugurou a idéia de que a vinda em fuga da família real para o Brasil foi decisiva para o processo de emancipação. João Ribeiro pensava como Varnhagen mas, sendo seu crítico, omitirá isso¹⁸¹. Oliveira Lima tinha a mesma posição¹⁸². Lima quer manter os laços com a dinastia portuguesa, como Varnhagen. Cintra quer a invalidação das comemorações e foi mais objetivo, ao dar ao instrumento o corpo da libertação, via Decreto, elevando o Brasil à categoria de Reino. Mas a tese, afirma Cintra, foi de Gonçalves Ledo¹⁸³. Sobre o assunto, escrevia Manoel Bomfim, com sua crítica mordaz: “Ledo, sempre Ledo, incumbido de dar sua retórica alambicada (...)”¹⁸⁴.

Incorporações e trocas para uma história republicana

Buscando a incorporação da região sul, Cintra constrói a política do café com charque. Ribeiro, na *Introdução* de seu *Compêndio*, destaca cinco células formadoras

¹⁷⁹ DALLARI, *Sociedade, Estado e direito*, p. 452.

¹⁸⁰ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 59.

¹⁸¹ RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 460, ao afirmar: “(...) diz um dos nossos historiadores (...). Não revela qual, mas a posição é de Varnhagen. Também escreve: “(...) poderia assinalar como verdadeira data da emancipação colonial aquela em que D. João pisou o solo brasileiro, 22 de janeiro de 1808” (MELO, *Senhores da história*, p. 263).

¹⁸² LIMA, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, p. 138.

¹⁸³ CINTRA, *No limiar da história*, p. 89.

¹⁸⁴ BOMFIM, *O Brasil*, p. 216.

do tecido brasileiro, entre elas São Paulo - lugar dos bandeirantes - e Rio de Janeiro, se ligando ao extremo sul. Afirmava ter o Rio Grande do Sul pendores separatistas, sendo “*demasiadamente platino*”¹⁸⁵. Nesta visão de um país fragmentado, tornava-se importante a confecção de heróis sulistas que se adequassem aos humores da política, unindo o que estava separado, em nome da República. É o que buscará fazer Cintra, pelo livro *No Limiar da História*, ao escrever *Piratini*: eliminar a exclusão simbólica, aplainar as diferenças regionais, integrando-as na identidade nacional. Construção ideológica, onde a história deve ser comum. Sobre a Revolução Farroupilha (1835), Cintra também diverge de Ribeiro, que abusa de adjetivações pejorativas para avaliar o movimento. Em seu *Compêndio*, Ribeiro avalia o movimento como uma insanidade movida por separatistas insurgentes, levados à frente pelo caudilho Bento Gonçalves e seus aliados, aos quais classifica de asseclas sediciosos¹⁸⁶. Para ele, o separatismo seria uma afronta à liberdade que o Império fundou¹⁸⁷. A liberdade somente seria perpetuada pela manutenção da divisão política como dada, e não pela liberdade dos povos. Para Cintra, um movimento separatista, a exemplo da Farroupilha, poderia representar a liberdade, desejada pelos gaúchos em “*defesa de sua liberdade política*”¹⁸⁸ e sem separatismo. Na linha do direito à justiça e liberdade, Cintra tomará como caso exemplar a opção efetuada por Calabar durante o domínio holandês. Para Cintra, a liberdade tinha nome. Foi Calabar, em Pernambuco, “*o precursor da liberdade do Brasil (...) os Republicanos brasileiros de 1922 não lhe devem chamar traidor*”¹⁸⁹.

Mas não nos adiantemos. Para Cintra, gaúchos bravos, com fibra de aço, seriam os defensores da pátria e baluartes da fronteira. Tanto é que lutariam, logo depois, ao

¹⁸⁵ Inicialmente fala em quatro células, enumera cinco e, em seguida junta Rio, Minas e São Paulo (RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 24).

¹⁸⁶ RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 509.

¹⁸⁷ Para RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 497, “*O Império fundou principalmente a liberdade*”.

¹⁸⁸ CINTRA, *No limiar da história*, p. 16.

lado dos soldados do Império, contra Rosas. A *República do Piratini*, composta de brasileiros, pela unidade nacional contra o inimigo externo da nação, contribuiu com seus heróis Saldanha da Gama e Silveira Martins¹⁹⁰. Cintra dá atenção demasiada aos heroísmos gaúchos, buscando incluir em sua história republicana, fatos, eventos e personagens do Rio Grande do Sul. Sua construção é inteligente para o que pretendia. A Política dos Governadores exigia tal aliança. Rio Grande do Sul era o fiel da balança nas pretensões paulistas e precisava de seus próprios heróis nacionalistas republicanos. A culpa pelas desavenças com o sul, enfim, Cintra depositaria nas dívidas de José Bonifácio e os gaúchos seriam absolvidos.

Para Cintra, a República possuía raízes antigas como a *Revolução Paulista de 1842*¹⁹¹, conhecida como *Revolta dos Liberais*. Se foi com a proclamação da República, a “*forma política definitiva*”¹⁹², que João Ribeiro encerra seu livro, Assis Cintra, por seu lado, quer construir para esta, seus heróis paulistas. Como Campos Sales¹⁹³ e Prudente de Moraes¹⁹⁴, protótipo das virtudes republicanas e avalanche indômita dos ideais democráticos¹⁹⁵. Sozinhos não tiveram forças para a implantação da República que sempre desejaram¹⁹⁶. Também paulista, o democrata e republicano Sampaio Ferraz¹⁹⁷. Rodrigues

¹⁸⁹ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 88.

¹⁹⁰ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 173 e CINTRA, *No limiar da história*, p. 167.

¹⁹¹ É como a ela se referirá em CINTRA, *O general que vendeu o império*, p. 90. Se a revolução tivesse triunfado instalaria a “*Federação Brasileira*”. Não foi vitoriosa por que os mineiros do sul não aderiram como prometido, nem os gaúchos chegaram a São Paulo e mesmo os soldados paulistas fizeram “corpo mole” nos combates: “*uma revolução que não ataca fulminantemente é revolução morta*”. Está no mesmo contexto da revolta liberal de Minas Gerais, quando da troca do gabinete liberal pelo conservador e a centralização do poder político no governo imperial. O objetivo de Cintra foi destacar a atuação de Feijó, paulista, que considera como republicano histórico. Nicolau de Campos Vergueiro, Diogo Antonio Feijó, Rafael Tobias e Gabriel Rodrigues dos Santos, sendo derrotados, foram “*presos e deportados para a Corte*” (p. 90). Posteriormente anistiados.

¹⁹² RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 530.

¹⁹³ CINTRA, *O general que vendeu o império*, p. 36, 41, 51 e CINTRA, *Os escândalos da 1ª República*, p. 11.

¹⁹⁴ CINTRA, *Os escândalos da 1ª República*, p. 132.

¹⁹⁵ CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 97.

¹⁹⁶ Por isso a república foi resultado de uma quartelada. CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 89-97.

Alves, mesmo sendo aderente republicano de última hora¹⁹⁸, com Oswaldo Cruz e Pereira Passos, remodelaram uma cidade feia, de ruas imundas e estreitas, transformando-as em lindas avenidas, implantando belos parques e jardins¹⁹⁹. O Rio teria uma dívida com os paulistas. Os modelos a serem seguidos e apresentados pela história aí estavam disponíveis, para a construção que desejava paulista, assim como Ruy Barbosa, um dos protagonistas da República²⁰⁰.

Se no que toca à República, Cintra quer construir seus heróis paulistas, no que concerne à guerra contra o Paraguai, ele pretende desaparecer com um herói da história brasileira. Foi o que fez em 1920 por intermédio de seus artigos nos jornais, cuja síntese está no texto *Chico Diabo de No Limiar da História*. Constava-se que Lopez “*havia sido morto pelo cabo José Francisco de Lacerda, que chegou a pedir promoção pelo seu feito, anexando cópia do laudo cadavérico onde entendia comprovado o ato heróico*”²⁰¹. Cintra via aquela guerra como uma chacina e, em 1920, acusava o “assassinato” de Solano Lopes. Sofrendo as críticas de Mello Nogueira²⁰² que discordava da oposição que Cintra fez ao livro de João Ribeiro sobre o matador de Solano Lopes²⁰³. A polêmica entre ambos havia girado em torno da acusação de Cintra sobre o fato de Chico Diabo ser um falso herói, já

¹⁹⁷ CINTRA, *Os escândalos da 1ª República*, p. 50. Ver também *Um Benemérito da República*: “Promotor público da Corte Imperial aos 24 anos, neste posto permanecendo 6 anos, Sampaio Ferraz nele se portava com tal brilho e retidão que, apesar de se manifestar publicamente republicano, o imperador D. Pedro II, por duas vezes, recusou a sua demissão, solicitada pelo Conselho de Ministros (...) tribuno revolucionário” (CINTRA, *Na margem da história*, p. 6-8). Interessante observar que o mérito não foi do imperador, por mantê-lo no cargo apesar de republicano, como geralmente a história propunha. Chefe de polícia, reprimiu os capoeiras.

¹⁹⁸ CINTRA, *No limiar da história*, p. 53.

¹⁹⁹ CINTRA, *Histórias que não vêm na história*, p. 214.

²⁰⁰ CINTRA, *No limiar da história*, p. 53. Quanto à criação de ícones, tal se explica por que ainda na *Reforma do Ensino*, implementada por Francisco Sales, em 1931, agrupando História do Brasil e História Geral, e a Reforma Capanema, em 1942, que fez o oposto, mantinha-se obrigatório o estudo das biografias dos grandes nomes da história: “a primeira série era dedicada a uma “história biográfica e episódica” que apresentasse a narrativa da vida de grandes nomes ligados à história do Brasil e da América” (GOMES, *História e historiadores*, p. 153). Daí a utilização do livro *Alma Brasileira*, de Assis Cintra, nas escolas.

²⁰¹ MICELI, *O mito do herói nacional*, p. 96.

²⁰² NOGUEIRA, Mello. Excogitações Históricas. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 3, 9 jan 1920.

que não matou Solano Lopes. O matador seria o tenente Franklin Menna Machado, afirma. De fato, Chico Diabo, foi destronado do pedestal da História do Brasil após essa polêmica e desapareceu dos livros escolares. Em *A Última Carta de D. Luis*²⁰⁴, Cintra relembra o debate ocorrido pela imprensa, dois anos antes²⁰⁵, sobre o assunto. Reproduz carta de Mello Nogueira reconhecendo a verdade de suas afirmações. Também transcreve a carta que Nogueira recebeu de Luiz de Orleans e Bragança, filho do Conde d'Eu, afirmando que Lopez estava ferido por bala no momento derradeiro de sua morte, conforme lhe relatou o pai²⁰⁶. Na polêmica pelos jornais, Cintra valeu-se de cartas enviadas a alguns presentes no evento, e ainda vivos, que estiveram na guerra contra o Paraguai. Em 1921, Cintra entrevistara o Conde D'Eu, sobre o assunto, quando este esteve no Rio na ocasião das comemorações do centenário, após sua anistia. Um misto de historiador e repórter. Muitos dos relatos daqueles presentes foram enviados a Cintra por solicitação do historiador, que condenou veementemente a guerra, considerando que Lopes morreu como herói nobre e valente²⁰⁷. Os erros de avaliação deveriam ser creditados a João Ribeiro²⁰⁸ e Gustavo

²⁰³ CINTRA, Assis. A morte de Solano Lopes. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 2, 2 jan 1920.

²⁰⁴ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 164.

²⁰⁵ *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 2, 2 jan 1920.

²⁰⁶ “Cumpro um dever de comezinha lealdade, como sempre tenho feito, enviando-lhe cópia fiel da carta do malogrado Príncipe brasileiro, apesar de contrária ao seu modo de encarar o acontecimento histórico a que faz referência. Sem mais, queira dispor do att. Admirador, J. F. de Mello Nogueira” (CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 165).

²⁰⁷ Valeu-se também do depoimento do ajudante de ordem do mesmo general. Do arquivo de Silveira Brasil, publicado no *Jornal do Comércio*, Pelotas, 29 de maio de 1870, é o depoimento do alferes escrevente. Do *Jornal do Comércio* de 29 de maio de 1920, é o depoimento do tenente Cunha. Documentos de Guerra, publicação de 1871, vol. IV, pág. 569 é o depoimento do soldado João Soares e do major José Simeão, também do arquivo de Silveira Brasil. O depoimentos do general Câmara está em Comunicado oficial no Arquivo Militar. Depoimento ao *jornal La Nacion* (04/04/1870), carta ao conselheiro Schneider (09/03/1883) e publicado em *A Reforma* de 10/07/1883 e do depoimento do general Nascimento Pinto em carta respondida depois do pedido verbal de Cintra, em 20 de maio de 1920 e do relatório do barão Muritiba para a Assembléia Geral de 1870. Portanto demonstra mais uma vez a preocupação em documentar suas afirmações. Encontramos mais uma vez a íntegra do ensaio de 1923 em *Na Margem da História* (1930), cujo título é *Uma Mentira Histórica*. Novamente em *O Último Tiro da Guerra do Paraguai* do livro *O General que Vendeu o Império* (1936), encontramos a história reescrita e com novas informações.

²⁰⁸ CINTRA, *No limiar da história*, p. 31.

Barroso, também membro da ABL, que “*omitiu pormenores*” do fato²⁰⁹. As mesmas posições quanto à carnificina da guerra foram tomadas por Manoel Bomfim.

Se Chico Diabo foi defenestado, por que não fazer o mesmo com Tiradentes que, em seu entender, era um pseudo-herói republicano? Cintra reconhecia a dificuldade para tais intentos: “*o herói continua herói, muitíssimo mais herói...*”²¹⁰. O herói histórico, enquanto encarnação do fato Inconfidência Mineira, foi concebido para personificar o mito de fundação da República. Como nos lembra Chauí, o mito fundador

*“oferece um repertório inicial de representação da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (...) como da implantação de seu sentido (...). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente”*²¹¹

O primeiro trabalho importante a tratar do assunto *Inconfidência Mineira* foi de Southey na década de 1810. Southey - historiador e poeta inglês (1774-1843) - escreveu três volumes intitulados *História do Brasil* (1810/1817/1819), baseados em documentos portugueses e ingleses. Nunca esteve no Brasil. Ele vê Tiradentes como o mentor do movimento que objetivava instaurar a República. Sobre o inglês, reclamava Assis Cintra: “*No dia em que nossa história não se escrever mais pela compilação das mentiras de Southey (...)*”²¹². Para Varnhagen, na primeira edição de seu livro *História Geral*, Tiradentes é insignificante. Na segunda edição melhora o tratamento e retira o trecho depreciativo²¹³. Aos historiadores do IHGB de então, não interessava retratar o derramamento de sangue, com o esquartejamento de Tiradentes, ou o confronto daqueles da terra contra Portugal, cujo agravante seria a tentativa de implantação da República. Afinal, Varnhagen era historiador do Império de Pedro II. Joaquim Manoel de Macedo, em seu *Compêndio Lições de História do Brasil*,

²⁰⁹ CINTRA, *O general que vendeu o império*, p. 45.

²¹⁰ CINTRA, *No limiar da história*, p. 54.

²¹¹ CHAUI, *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, p. 10.

²¹² CINTRA, *No limiar da história*, p. 42.

²¹³ RODRIGUES, *História e historiografia*, p. 131.

adotado no *Imperial Colégio Pedro II* desde 1860, apesar de seguir o caminho de Varnhagen, vê em Tiradentes uma ação heróica²¹⁴. Mas para Macedo aquela foi uma conspiração de quase portugueses contra portugueses. Não havia brasileiros. Logo a gênese do sentimento nacionalista era de “quase portugueses”²¹⁵. Desta forma Macedo reduz a questão nacionalista e xenofóbica. Joaquim Norberto de Souza e Silva inicia a escrever, em 1860, *História da Conjuração Mineira*. Lia, conforme ia finalizando, os capítulos que escrevia, para a platéia do IHGB. Foi o primeiro trabalho monográfico sobre o assunto. Para o autor, o ideal da Inconfidência foi nobre, porém, o momento não era propício para aquelas idéias e Tiradentes era um louco. É neste trabalho que Cintra se baseia²¹⁶. A questão para Cintra era a República. Como poderia ser representada por um personagem que foi covarde, renegando suas idéias e seus atos, se humilhou e pediu clemência aos déspotas que o condenaram? Preso como um revolucionário, morreu como um frade e comprometeu a Conjuração Mineira, da qual era um simples portador de recados²¹⁷.

A versão definitiva e acabada do herói é de Lúcio dos Santos em *A Inconfidência Mineira* (1927). Este autor dá destaque ao papel de Tiradentes, dando continuidade à *História da Inconfidência* de Diogo Pereira de Vasconcelos no livro *História Antiga de Minas*, escrito na década de 10. Ambos eram do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e a República já era uma realidade. Entre idas e vindas, afirma Bandeira de Melo:

*“Mas, como não há pátria e nação sem heróis, sobretudo em livros escolares segundo os modelos europeus, a Inconfidência, fora o defeito de ser republicana, oferecia um herói, um herói que pagou com seu sangue uma tentativa libertária da pátria.”*²¹⁸

²¹⁴ MELO, *Senhores da história*, p. 176-7. Macedo demonstra certa simpatia por Tiradentes e faz dele personagem de um de seus romances.

²¹⁵ Para o também romancista, não se tratava de “uma empresa de literatos e filósofos”, mas “uma conspiração de quase portugueses contra portugueses”, como grifa MELO, *Senhores da história*, p. 209.

²¹⁶ CINTRA, *No limiar da história*, p. 182. Citando Joaquim Norberto, do *Instituto Histórico Mineiro* e documentos outros. Ver também CINTRA, Assis. O processo de Tiradentes. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 2, 13 mai 1920.

²¹⁷ CINTRA, *No limiar da história*, p. 127.

²¹⁸ MELO, *Senhores da história*, p. 196.

Cintra está exatamente no momento de conclusão das discussões sobre o assunto. Implantada a República, faltava seu herói. Os Institutos Históricos já aceitavam a idéia. Assim as posições se invertem. Caberia a alguns republicanos discordarem da idéia quanto a Tiradentes tornar-se tal representante, já que a construção final dava ao movimento uma visão conservadora e católica, além de remendar o tecido da história nacional do Império, mantendo-a. Nesta inversão, discursava um dos membros do Instituto, no púlpito do auditório do IHGB, reafirmando o breve discurso do Conde Afonso Celso, seu *Presidente Perpétuo*. O orador, inusitadamente, baseia-se em Varnhagen:

*“A memória de Tiradentes, apesar de tentativas iconoclastas, quase sacrílegas, mas tão temerárias quanto inócuas, para detrá-la, refulge, cada vez mais com o correr do tempo (...) Herói também, dos mais dignos de consagração épica, revelou-se ao ser suplicado - conforme a narrativa de Varnhagen. Ouviu a leitura da sentença de morte, com toda a serenidade, enquanto os companheiros se acobardavam e humilhavam; cheio de abnegação, pediu perdão aos outros por havê-los comprometido e chegou a dizer que estimava pagar sozinho as culpas de todos. Caminhou firme e impávido para o patíbulo. O carrasco, ao vestir-lhe a alva, pediu perdão do que ia fazer. ‘Oh! Meu amigo – exclamou Tiradentes – deixe-me beijar-te as mãos e os pés, também o nosso redentor morreu por nós.’ (...) Por tudo isso, o Instituto tem contribuído para a glorificação de Tiradentes”*²¹⁹

Na oposição, Manoel Bomfim nos diz em *A História da República* que ela construiu seu precursor na falta de outro²²⁰. Para Antonio Torres, Tiradentes foi somente um sonhador²²¹. Capistrano de Abreu não via importância na Inconfidência. Para ele a importância estava na Guerra dos Mascates e dos Emboabas²²².

²¹⁹ CELSO, Arthur Pinto da. *Alocução do sr. Conde de Afonso Celso, presidente perpétuo, sobre a glorificação de Tiradentes*. Sessão especial comemorativa do Ministério de José Bonifácio. Rio de Janeiro: RIHGB, 1922, p. 393-394.

²²⁰ “Foi nos esconderijos de tais histórias que desapareceram os grandes mártires e verdadeiros precursores da independência do Brasil (...) E assim se explica que hajam distinguido o pobre homem de S. João Del Rei [(na verdade, São José del Rei)] para nele consagrar a aurora da nacionalidade. Era preciso, para esconder ao Brasil a glória dos seus verdadeiros libertadores, se, por acaso, alguma liberdade resultou da crise de 22” (BOMFIM, *O Brasil*, p. 70). Na página seguinte, Bomfim analisa a História da República: “(...) nada fez para louvar os seus feitos (...)” por isso foi buscar em Tiradentes o mártir. Assim ficou “mantido o critério histórico de sempre”.

²²¹ TORRES, *Verdades indiscretas*, p. 239.

²²² MELO, *Senhores da história*, p. 195.

Diz Cintra que Tiradentes era “*o mais humilde, o mais cristão, o mais piedoso dos conspiradores não teve ninguém que implorasse por ele*”²²³ e por isso foi morto. Portanto, não poderia ser herói. A posição social é que faz o chefe e Tiradentes seria mero instrumento do republicanismo²²⁴. Ter sido Tiradentes um homem avançado de seu tempo, com um projeto republicano e carregado por uma interpretação teológica cristã, beijando os pés e perdoando seu carrasco era a história santa, que vingava em uma nação católica. Como Varnhagen, Cintra desclassificava Tiradentes pelo seu aspecto. Para Cintra não importava a cor do personagem – como em Calabar –, mas sua posição social. O escol da sociedade. Tiradentes era pobre, fracassado profissionalmente, desprezado pela elite e feio. O uso que Cintra faz dos documentos oficiais do processo da Inconfidência não extrai o herói republicano em Tiradentes, mas o covarde que negou três vezes sua participação²²⁵. Todavia o mito surge à revelia das evidências documentais. Goulart de Andrade, ao rebater os tópicos de Cintra, pelos jornais, afirmava que Tiradentes não seria covarde por se negar a ter participado da Inconfidência. Seu objetivo seria salvar-se e livrar seus companheiros²²⁶. Ribeiro, com um olhar mais realista, afirmava que

*“a própria História é uma contínua substituição de idéias e de fatos. Ao grado do presente, todo o passado se transforma. (...) Hoje elevamos estátuas a Tiradentes, porque o nosso ideal determinou esse culto (...) o presente modela e esculpe o seu passado, levanta dos túmulos os seus heróis (...)”*²²⁷

²²³ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 92.

²²⁴ “(...) instrumento do republicanismo (...) os políticos divisaram na inconfidência mineira um facho de luz e em Tiradentes, um semideus nacional. Daí resolveram cultivar a idéia republicana do miliciano mineiro (...)” (CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 5).

²²⁵ “Portanto, renegou suas idéias e seus atos. Não foi uma covardia? Foi um ato heróico e glorioso?” (CINTRA, *No limiar da história*, p. 127-9).

²²⁶ Ver as posições de Cintra in: *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 2, 13 mai 1920 e de Goulart de Andrade em *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 1, 6 jun 1920.

²²⁷ Discurso de João Ribeiro em 10 de abril de 1915. Revista do Instituto Histórico. Tomo LXXVIII – (1915) parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. Pp. 617-18. Citado por HANSEN, *Feições & fisionomia*, p. 72.

Consciente de que a História é fruto do presente e que se haveria de ter o olhar sobre o passado, de acordo com as exigências do tempo, foi mais feliz que Assis Cintra, para quem os documentos falariam mais alto. Ou Goulart de Andrade, cuja suposta interpretação filosófica, ainda se prendia na verdade dos fatos.

A pesquisa de Cintra resultaria em um livro deveras criticado: “*Tiradentes perante a História*” é um livro assim: -documentos amontoados e não digeridos, que permanecem intactos”, criticava a *Revista do Brasil*²²⁸. Entretanto, para Cintra, os conjurados foram covardes e isentos de dignidade e honra. Nenhum teve a coragem e o desassombro do patriota Filipe dos Santos. Aquela, sim, teria sido uma revolta republicana²²⁹. Filipe dos Santos deixou claro que lutava pela República. Apesar de filólogo, Cintra parece se esquecer que, se havia alguma idéia de república em 1720, quando da revolta de Filipe dos Santos, seu sentido era outro. Espaço de convivência pública e coletiva. Cintra, portanto, se esforça para criar um outro herói republicano. Feu de Carvalho, criticando Cintra, afirmava que o conde de Assumar deveria, também, ser muito republicano, já que solicitara ao rei providências na República de Minas²³⁰. Mas, para Cintra, deveria-se dar aos mineiros o seu herói. Não Tiradentes, mas Filipe dos Santos. Foi tão herói que teria sido esquartejado vivo. Era esta dramaticidade que faltaria ao herói e que Cintra encontraria em *Historia Antiga e Historia Média de Minas*, de Diogo de Vasconcelos e *Efemérides Mineiras*, de Xavier da Veiga, além de uma quantidade incrível de documentos citados, com suas respectivas localizações, com o objetivo de desqualificar Feu de Carvalho. Após o duelo, pelos jornais, com o diretor do Arquivo Público Mineiro, onde

²²⁸ RBR, n. 78, p. 159-160, jun 1922.

²²⁹ “Não foi Tiradentes o protomártir de nossa emancipação política: antes dele há as figuras brilhantes de Filipe dos Santos, Bernardo Vieira de Mello e João Borba, o mártir de 1642” (CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 12).

os floretes foram trocados por documentos e onde Carvalho afirmou ser mentiroso o esquartejamento, de Filipe dos Santos, por cavalos, Cintra manteve o mesmo constructo heróico. A polêmica entre ambos se deu pelo jornal Minas Gerais entre 23 de agosto de 1920 e 13 de fevereiro de 1921, onde Teófilo Feu de Carvalho duvidava da documentação apresentada por Cintra, especialmente um Ofício, assinado pelo conde de Assumar: “A primeira parte deste famoso ofício de 2 de agosto de 1720 é da autoria do sr. Cintra ou de alguém por ele.”²³¹. Na réplica, Assis Cintra apresentou outras alternativas para a verificação da existência do documento:

“Infelizmente não podemos por aos olhos do diretor do Arquivo Público Mineiro um documento que se encontra na Torre do Tombo. Mas sossegue. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de manuscritos (1, 8, 2, 6) há um <<Discurso Histórico e Político da Sublevação de Minas Gerais no ano de 1720>>, por uma testemunha ocular dos acontecimentos. Esse documento diz a mesma coisa que o citado por nós no artigo do <<Correio da Manhã>>. (...) Mas a própria carta de d. Pedro de Almeida ao vice-rei, cuja cópia se acha no Arquivo Público Mineiro (livro 4º, 1707-1721), diz a mesma coisa que a dirigida ao rei em 3 de agosto, apontada como apócrifa pela sabedoria do dr. Carvalho”²³²

Para outras discordâncias, da parte de Teófilo Feu de Carvalho, Cintra indicou documentos do Arquivo Público de São Paulo e do próprio Arquivo Público Mineiro, Cartas de Sesmarias e apoiou-se nos livros de Diogo de Vasconcelos, Teixeira Duarte, Xavier da Veiga e outros. O texto que originou a polêmica, publicado no *Correio da Manhã* em 16 de julho de 1920, está de volta na íntegra como *O Esquartejado de 1720*, do livro *No Limiar da*

²³⁰ CARVALHO, Teófilo Feu de. *Questões históricas*. RAPM, p. 421. O debate foi originalmente publicado no jornal *Minas Gerais*, de 23, 24 e 27 de agosto de 1920.

²³¹ Vale a pena registrar o quão rico, do ponto de vista historiográfico, foi o debate pelos jornais e republicado na RAPM, p. 415-450. Na réplica, Feu de Carvalho ridiculariza as referências de Assis Cintra a documentos encontrados nos arquivos europeus, mas não afirma que os procurou onde foi indicado e se existem ou não. Mas duvida: “Estará na Torre do Tombo? Cite o documento em que se firmou. (...) Fica emprasado o nobre historiador e literato sr. Professor Cintra, para publicar a certidão autenticada, com firmas reconhecidas, do ofício de 2 de agosto de 1720, que diz existir no Arquivo do Rio. (...) Se não apresentar certidão autenticada, em condições aceitáveis – confirma ter adulterado e portanto faltado à verdade.” (CARVALHO, *O esquartejado de 1720*. RAPM, p. 436). O “confirmar ter adulterado” foi, afirmou Cintra, ter atualizado palavras em desuso.

²³² CINTRA, Assis. *Sobre Felipe dos Santos*, RAPM, p. 433.

História. Cintra afirma que Filipe dos Santos seria mineiro e não português²³³. Este parece ser um dos problemas para Filipe dos Santos ser escolhido pela historiografia como o herói republicano mineiro.

A construção do heroísmo de Tiradentes perpassou os séculos XIX e XX e acabou por se impor. Entre idas e vindas, construções e desmontes, dúvidas e incertezas, história e romance, o republicanismo de Tiradentes foi acolhido pelas comemorações oficiais. Como afirma Ciro Bandeira de Melo, também “*os historiadores do Império, sem o desejarem, ajudaram a fixar as imagens da Inconfidência fundando o debate que delineou um dos grandes emblemas da República*”²³⁴.

A Igreja não lhe escapou. Em ensaio onde discorre sobre Calabar, Cintra já reserva algumas linhas para Anchieta: “*(...) o santo, o evangelizador das selvas, não enforcou Jaques Le Balleur, condenado pelo único crime de ser protestante?*”²³⁵. De acordo com Cintra, isto o impossibilitaria de ser canonizado. O santo nacional português reafirmaria as raízes católicas e portuguesas fundadoras. João Ribeiro, em seu *Compêndio*, reafirmava esse desejo e enaltecia os jesuítas como grandes educadores e Anchieta por seus milagres e ação pacificadora.

Apesar de sua aproximação com os maçons, Cintra não era anticlerical. Entre os heróis que escolheu, existem católicos: padre Roma e Feijó. O valor destes dois últimos está no fato de que seriam republicanos. Mas Cintra não era maçom²³⁶. Sê-lo até

²³³ “*Dizem que Felipe dos Santos não era mineiro. Já elucidamos este caso em 11 artigos que escrevemos há tempo, sobre o levante de Vila Rica (...)*”. (CINTRA, *No limiar da história*, p. 119). Os referidos artigos não foram localizados.

²³⁴ MELO, *Senhores da história*, p. 203.

²³⁵ CINTRA, *No limiar da história*, p. 46. João de Bole ou Jean Boles, o francês que teria traído Villegagnon, abrindo as portas do forte para as tropas portuguesas. Não percamos de vista que, nos anos 10, Cintra foi professor em um colégio protestante.

²³⁶ “*Historiadores descompromissados e desapaixonados, na sua maioria não maçons (já que o fato de pertencer à Sublime Ordem poderia inquiná-los de suspeitos), como Osvaldo Orico, Assis Cintra, Aníbal*

explicaria facilmente suas posições e a escolha dos heróis, supostamente maçons, que desejava inserir na História da República que construía: Rui Barbosa de Oliveira, Julio Prestes, Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Caxias, cônego Januário da Cunha Barbosa, Deodoro da Fonseca, padre Diogo Antonio Feijó, Prudente José de Moraes Barros, Nilo Peçanha, conselheiro José Clemente Pereira, conselheiro Gaspar Silveira Martins, Barão de Rio Branco, Benjamin Constant, Bernardino de Campos, Campos Sales, Floriano Peixoto, padre Roma, Rodrigues Alves e Teófilo Otoni²³⁷. Ainda, Bernardo Vieira de Melo²³⁸, Calabar, Filipe dos Santos (Vila Rica, 1720), o jornalista Sampaio Ferraz, Assis Brasil e outros. Brasileiros, supostos maçons e republicanos históricos, que se contrapunham ao poder estabelecido, ao lado de portugueses, aos quais se poderia atribuir uma “alma brasileira” e que representariam nossa capacidade de rompimento com o passado.

A civilização, a raça e o herói

Se há de se remodelar a História para o sul, o mesmo dever ser feito para o nordeste. Esta será a função dada a Calabar, suposto membro do escol da sociedade. Das suas visitas aos arquivos de Amsterdã, Cintra retornou entusiasmado pelos feitos holandeses no Brasil. É por intermédio do texto *Calabar, o Patriota*, do livro *No Limiar da História*, que esclareceremos a República que Cintra desejava construir. A pecha de “traidor” para Calabar foi necessária ao Brasil Império para explicar a aceitação da presença e acolhimento dos holandeses pela população.

Gama e outros, já denunciaram, praticamente sem resultado, o dolo histórico.” (FAGUNDES, Subsídios para uma biografia de Joaquim Gonçalves Ledo, p. 15).

²³⁷ ASLAN. *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*. Ver também: CASTELANI, José. *Os maçons que fizeram a história do Brasil*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1955. Padre Roma chamava-se José Inácio Ribeiro de Abreu Lima. Diogo Feijó se opunha ao celibato exigido pelo Vaticano e era crítico do Papa.

²³⁸ Guerra dos Mascates, Pernambuco, 1710. Vieira de Melo, um dos líderes do movimento propôs ao governo autônomo a implantação de uma republica nos moldes de Veneza.

Para Cintra o que era invasão ou expulsão virava uma organização do Brasil holandês²³⁹. Via, na presença dos holandeses, a possibilidade de construção de uma nação onde a liberdade de consciência e os ideais do livre arbítrio poderiam ter-se realizado. O progresso e a liberdade de consciência e ação seriam os exemplos holandeses. A propriedade individual seria respeitada e os poderosos não estariam a salvo da justiça. O ensino seria obrigatório, onde estudariam brancos, negros e índios. Era “*uma verdadeira organização republicana*”. Era o que desejava Calabar²⁴⁰. Cintra, mais uma vez, levantava a eterna polêmica sobre qual teria sido a melhor colonização, portuguesa ou holandesa, e opta pela segunda. Acusa a avaliação negativa, a respeito de Calabar, feita pelo frei Manoel Calado, que odiava os calvinistas. Da mesma forma como a de Duarte Coelho, português, donatário da capitania de Pernambuco, levando Varnhagen e Viriato Correia ao engano ou má fé²⁴¹. Parece-nos que o problema para Cintra não é a cor, mas a posição social do suposto herói, que deveria fazer parte do escol condutor da sociedade. Assim era Calabar: educado pelos jesuítas e proprietário de três engenhos de açúcar, o mulato de Porto Calvo negou-se a ser fidalgo, mestre-de-campo e o hábito de Cristo, oferecido pelos portugueses²⁴².

A defesa do mulato, feita por Cintra, resultou em polêmica com Manoel Bomfim, como veremos. Ressaltemos, desde já, a oposição de Bomfim ao papel do chamado escol da sociedade, elite letrada, capaz de governar um país mestiço, ao escrever

²³⁹ CINTRA, *No limiar da história*, p. 42, CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 15 e CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 42 e 87.

²⁴⁰ CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 28.

²⁴¹ CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 15, CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 91, CINTRA, *No limiar da história*, p. 41 e CORREIA, Viriato. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p 2, 6 jun de 1920 em oposição a Cintra. Sobre Varnhagen, ver CINTRA, *No limiar da história*, p. 41. Critica Manoel Bomfim: “*Um Varnhagen, apenas superado, em capacidade de deturpação, pelo inesquecível escrevedor da Fundação do Império; comparável em descritério aos Moreira Azevedo, Fernandos Pinheiro. Não havia para esses, outra*

sobre os argumentos de Cintra: “(...) *perdoando os implicados* [do movimento revolucionário que se preparava em 1821] *“o escol da sociedade carioca” diz-nos o Sr. Assis Cintra, na fé das informações que pode reunir.*”²⁴³. Para Bomfim não havia o perdão benevolente de um escol da sociedade, mas, tendo a elite alcançado o poder após a Independência e realizada a revolução que possibilitou sua ascensão, ela passou a temer ser vítima da própria, ao mesmo tempo que se orgulhava do que fez²⁴⁴.

A questão da origem racial de Calabar, voltando aos acontecimentos de Pernambuco, tem uma importância maior do que os pontos de vista factuais. Traz implícito os resquícios das propostas racialistas que permearam as polêmicas levantadas pelos “homens de ciência”, principalmente oriundos da *Escola de Recife*, chamados de “geração de 1870”²⁴⁵. Suas propostas permearam as discussões sobre a brasilidade, entre os últimos quinze anos do século XIX, com repercussões até os primeiros anos do século XX e que, de certa forma, se estenderam aos anos 30²⁴⁶. A geração de 1870 buscava uma definição da brasilidade por intermédio da ciência, através das premissas teóricas do positivismo de Augusto Comte, do darwinismo social e do evolucionismo de Spencer, Hippolite Taine (1828-1893), Renan e das teorias mesológicas de Henry Buckle (1821-1862).

As leis de progresso orgânico, o determinismo do meio e da raça, com ênfase na hereditariedade biológica, serão os instrumentos analíticos que a geração de 1870 vai buscar nas premissas teóricas dos autores europeus. A exemplo de Gobineau, Renan, Le Bon, Lapouge e Gumplowicz, para quem os princípios da evolução e da seleção natural se

orientação histórica, senão os degraus do trono (...) Varnhagen em destaque especial, como modelo: é o sistematizador dessa história – para o Império e contra o Brasil” (BOMFIM, *O Brasil*, p. 64).

²⁴² CINTRA: *Mentiras históricas*, p. 38-9.

²⁴³ BOMFIM, *O Brasil*, p. 105.

²⁴⁴ BOMFIM, *O Brasil*, p. 105.

²⁴⁵ Grupo ao qual pertenciam Tobias Barreto, Silvio Romero, Araripe Jr. e Capistrano de Abreu.

²⁴⁶ DUTRA, *Rebeldes literários da República*, p. 15.

aplicariam na política, na história e nos estudos da sociedade. A questão que orientou tal debate no Brasil foi a possibilidade de vencermos nossa condição mestiça para aceder à civilização.

O que queremos salientar nas discussões sobre Domingos Fernandes Calabar²⁴⁷, sua traição ou heroísmo, é o objetivo de Cintra em contestar sua suposta incapacidade racial. Apesar de não se tratar de uma discussão em bases científicas, tal debate entre Cintra e Bomfim revela ainda um antagonismo a ser resolvido e apaziguado. Para Bomfim, o herói não seria o mulato Calabar, como desejava Assis Cintra, mas Matias de Albuquerque, que prendera o fabuloso mameluco Calabar, que passara para o lado dos holandeses devido ao que chamou de estúpida e grosseira soberbia dos europeus, que irritavam a muitos brasileiros²⁴⁸. Ao contrário de Cintra, percebe-se que a grande questão de Bomfim é o europeu, seja ele português ou holandês. Para Bomfim, seu Mathias de Albuquerque “*era um capitão nascido no Brasil, feito no espírito da nova pátria*”²⁴⁹. Apesar de chamar Calabar de fabuloso, o que demonstra que o lado escolhido não importava, Bomfim não considerou que também Calabar poderia ser um espírito da nova pátria. Foi o que Cintra considerou. Para Cintra, o problema era mais a origem social do que a cor. E Calabar era do escol. Em comum, Bomfim e Cintra faziam a crítica a Varnhagen. Para Bomfim, o historiador do império não passava de um mercenário, um servidor de Portugal. Bomfim criticou severamente as discussões da desigualdade das raças, que seria fruto da manipulação de nações salteadoras e parasitárias.

²⁴⁷ Educado numa escola dos padres jesuítas, possuía três engenhos de açúcar na região. Portugal e Holanda geralmente gozavam de um bom relacionamento por causa do seu inimigo comum, a Espanha. Na época do reino unido ibérico (1580-1640), a invasão flamenga fazia parte da guerra que, há oitenta anos, a Holanda travava contra o domínio espanhol sobre os Países Baixos (1568-1648). A Espanha continuava tentando recapturar as províncias perdidas e acabar com a reforma religiosa, com o dinheiro proveniente do açúcar. O domínio holandês do Nordeste durou de 1630 a 1654.

²⁴⁸ BOMFIM, *O Brasil*, p. 33.

Para João Ribeiro, a raça miscigenada da América latina era incapaz do self-government²⁵⁰:

*“Quaisquer que fossem, porém, os movimentos da historia, já no século XVII se havia formado no Brasil a raça nacional mameluca em maior ou menor grau de cruzamento, e, com essa criação étnica, desaparece, por inexplicável, a lealdade, e começam os perjúrios [(entre as duas raças: brasileiros e lusos)] (...) Como quer que seja, com a raça nova formava-se o que se poderia dizer a base da revolução. O que sucedeu aqui sucedeu por toda a América latina, onde os mestiços acabaram prevalecendo sobre os elementos não puros, mas mais homogêneos, dos brancos. (...) As raças miscigenadas no seu todo, porém, quais no-las representa a América latina não parecem nesse estado possuir a capacidade do self-government. Em balde adaptam as idéias da civilização a seu organismo, falta-lhes o sentimento que aquelas pressupõem e as virtudes e qualidades morais que, ao contrário das teorias, só a educação secular da historia consegue a custo verter no espírito humano.”*²⁵¹

A ambigüidade de Ribeiro, valorizando e desqualificando a origem mestiça do povo brasileiro, dá a entender que a incapacidade de se auto-governar não se devia à questão racial, mas educacional. É o que aponta Patrícia Hansen, que afirma:

*“(...) acredito que tenha conseguido destacar o sentido “moral” daquela pedagogia dirigida a formação do cidadão. Dado o estado de desmoralização em que o país se encontrava, tratava-se de formar um escol preparado para “subjugar” e “dirigir” o povo imaturo representado pelo mameluco, cuja “psicologia” era vista pelo autor como responsável por aquele estado de coisas”*²⁵²

Já para Silvio Romero, o mulato faria parte de uma mestiçagem nova e instável, enquanto etapa de degradação do sangue branco, cruzamento depurador da raça pela seleção natural: *“Na guerra holandesa venceu definitivamente o elemento ibérico, representante da civilização latina”*²⁵³. O IHGB, em 1921, discordava. A expulsão dos holandeses seria uma glória que pertenceria só e exclusivamente aos brasileiros e seu ardor

²⁴⁹ BOMFIM, *O Brasil*, p. 33.

²⁵⁰ HANSEN, *Feições & fisionomia*, p. 127 e RIBEIRO, *História do Brasil* (1953), p. 306.

²⁵¹ RIBEIRO, *História do Brasil* (1953), p. 305-306.

²⁵² HANSEN, *Feições & fisionomia*, p. 127.

²⁵³ ROMERO, *História da literatura brasileira*, p. 22 e 70.

patriótico. Os portugueses já poderiam ser nossos inimigos²⁵⁴. É que a história do final do século XIX e início do XX quer fazer uma relação direta da luta com, ou contra, os holandeses com o momento do surgimento do sentimento nacionalista. A defesa do nascimento da pátria na luta holandesa está em Joaquim Manoel de Macedo e Manoel Bomfim, mas não em João Ribeiro, para quem a luta foi meramente comercial e regional, pelo domínio da produção e comércio do açúcar. Na busca pelo espírito nacional, holandeses e espanhóis em nada teriam contribuído. Foram acontecimentos e fatos efêmeros. Cintra concorda com Ribeiro quanto à dominação holandesa ser melhor que a portuguesa por ter um sistema econômico e social mais liberal e dinâmico. Mas em Ribeiro, Calabar não é tão heróico assim. Para ele, foram os portugueses que criaram essa aura de guerreiro que fez com que a balança das lutas se tornasse favorável aos holandeses por causa da passagem de Calabar para aquele lado. Ribeiro quer ali mamelucos, negros e portugueses, mas não mulatos e, já no primeiro capítulo de seu Compêndio, faz um estudo sobre a etnologia brasileira e do povo que resultaria da mistura, para chegar à Independência com a afirmação de que “*as tentativas de emancipação deviam apoiar-se na raça mestiça já formada*”²⁵⁵. Para ambos, Nassau representou exemplo de tolerância religiosa, liberdade política, de pensamento e justiça.

Em Cintra os holandeses perderam as lutas pelo retorno de Nassau para a Holanda e pela perda de Calabar. Para Ribeiro, foi pela retirada de Nassau. Contrapunha-se a Joaquim Manoel de Macedo, senhor da história do Império para quem, no século XVII,

²⁵⁴ “A expulsão dos holandeses é uma glória que pertence só e exclusivamente aos brasileiros, por que, enquanto estes, na fé do seu ardor patriótico, com a bravura e abnegação dos grandes heróis, sem distinção de classes, se confundiam nas fileiras dos combatentes, como simples soldados, para enfrentarem o inimigo, o Governo português, pela sua fraqueza e pusilanimidade, negava auxílio aos destemidos batalhadores da causa nacional” (FIGUEIREDO, Elpidio. *Um erro na história do Brasil*. Rio de Janeiro: RIHGB, 1921, p. 229).

²⁵⁵ RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 388, 54-68.

não existia nacionalismo algum. Como explicar brasileiros lutando contra brasileiros ou contra portugueses, nossos “irmãos”? O IHGB do Império não desejava construir a história antilusitana. Seriam todos portugueses e não existiria Brasil²⁵⁶. Calabar se tornava um traidor para o IHGB. Já para Cintra e Bomfim ali existiria um sentimento patriota nascente. Para Cintra, quem ficou ao lado dos portugueses queria o atraso, porém imposto pela Coroa espanhola. Aliviou o peso português. Calabar queria a liberdade e a civilização, por isso aliou-se aos competentes holandeses. Mais ainda, não poderia ser um nativismo pernambucano, mas sim um nacionalismo brasileiro. Já para Ribeiro, os contendores locais se dividiram entre holandeses e portugueses porque não havia o sentimento de pátria. Na historiografia da época do Império, Macedo e Varnhagen defendiam o sentimento patriótico, em nome das raças. As três raças se uniram para lutar contra o inimigo comum holandês. Seria a luta pela reconquista de parte da pátria perdida. Exceto pelo equívoco de Calabar que, arrependido, se entregou. Cintra diz que ele não se arrependeu, mas entregou-se por ser bravo e para preservar seus companheiros vivos.

Cintra, assim como Ribeiro, via o governo holandês como liberal. Macedo, por sua vez, achava o seu governo repressor, enquanto que para Capistrano “*a invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa*”²⁵⁷. É estranho, já que dedicou duas dezenas de páginas na descrição do episódio. Nelas, Calabar tem seu perfil traçado como simples contrabandista, movido pela ambição: “*Mulatos, gente indócil e rixenta*”²⁵⁸, escrevia Capistrano. mestiços, gente imprevidente e despreocupada com o futuro, avaliava Afonso Celso²⁵⁹. Cintra quer no mulato o representante da superioridade da

²⁵⁶ MELO, *Senhores da história*, p. 163.

²⁵⁷ CAPISTRANO DE ABREU, *Capítulos de história colonial*, p. 176.

²⁵⁸ CAPISTRANO DE ABREU, *Capítulos de história colonial*, p. 154.

²⁵⁹ CHAUI, *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, p. 23.

raça: “*dum mulato brasileiro dependeram então a vida de centenas de brancos civilizados da Holanda! Não é edificante?!?*”²⁶⁰. Afirmação dúbia e irônica demonstra também um sentimento de inferioridade.

O assunto da raça retorna em *A fábula dos Arias* no livro *Mentiras Históricas*²⁶¹ de Assis Cintra. Apóia-se em G. Sergi, pesquisador europeu, para quem a origem da civilização européia seria encontrada na África e não na Ásia, ao contrário do que afirmara César Cantu. A teoria do antropólogo G. Sergi²⁶², buscava destruir as afirmações sobre as migrações arianas como origem da civilização européia. A Europa, segundo Cintra, havia sido tão selvagem quanto a América. Ainda que uma parte dos europeus fosse descendente dos árias, acusava-os de grosseiros, cruéis, amantes da guerra e da destruição. Como poderiam ter ascendência nobre, de língua riquíssima e independente se apresentava radicais hamíticos oriundos dos supostos incivilizados africanos?²⁶³ Acreditava-se que, de língua única e rara, parte da civilização européia era proveniente da Ásia, de preferência de um local próximo à Grécia. A Europa buscava sua ancestralidade na terra dos filósofos. Cintra questionava a razão de um povo que se desejava tão civilizado, como os árias, instalarem-se exatamente nas florestas virgens da Germânia. Local de selvagens, uma floresta não seria apropriada a árias brancos. Contrapunha-se ao purismo da raça ariana e à teoria racialista. Para Cintra, os europeus ou os arianos não eram superiores, já que também mestiços e selvagens²⁶⁴. Demolia, assim, o estigma da mestiçagem, sem os instrumentos analíticos de Gilberto Freyre. O Brasil não estaria condenado sociológica e biologicamente.

²⁶⁰ CINTRA, *No limiar da história*, p. 50.

²⁶¹ CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 156 e *Um Erro de César Cantu*. Correio Paulistano. São Paulo, p. 1, 7 de jan 1920.

²⁶² Sergi, G. *A evolução humana: individual e social*. Lisboa: Clássica, 1906.

²⁶³ Os radicais hamíticos, aos quais se refere Assis Cintra, são oriundos das várias línguas do norte da África, descendentes da família lingüística *Ham* africana.

²⁶⁴ CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 161-2.

A civilização européia teria sido originária da África, afirma. Ponto para os brasileiros. Moquear, cumbuca, batuque e cafuné, palavras de origem africana, não nos impediriam de sermos civilizados.

Assim, de um lado, encontramos Ribeiro querendo a junção das raças, que originaram os mamelucos. Para Ribeiro, a mestiçagem dera origem ao espírito republicano, que vai alimentar a luta pela abolição e contra o Império. A nova raça, liberal e cosmopolita, teria distanciado os brasileiros dos portugueses, resultando na revolução política, que implantou a República. Com suas *“feições e fisionomia própria, o Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros, enfim, das suas raças, na sua vida interior e nos seus sistemas de trabalho que podemos a todo instante verificar”*²⁶⁵. Cintra insistia na mistura do branco com o negro já na Europa, como faria Gilberto Freyre. Freyre achava que o português era o mais extra-europeu e mais africano e, portanto, com maior capacidade de adaptar-se facilmente a climas diferentes devido ao sangue negro²⁶⁶. A raça branca, não só da península ibérica, mas de toda a Europa, já vinha misturada. O mulato não seria um entrave. Heranças culturais e étnicas diversas passavam a constituir, também, o caráter europeu. Cintra contrapõe-se a Gobineau, Le Bon e Taine. O que aproveita dos três é a junção da idéia de nação/civilização/raça. E se do mulato Calabar dependeram os brancos holandeses, estaríamos em pé de igualdade com os europeus.

Quanto aos índios, parece que a historiografia necessitaria de uma civilização indígena dita adiantada, que nos levaria ao domínio da natureza, com um passado grandioso. Para tornar esse passado possível, segundo Cintra, seria *“preciso convir,*

²⁶⁵ RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 22.

²⁶⁶ FREYRE, *Casa Grande & senzala*, p. 77.

com o sábio Poussin, que muitas selvagerias tem detrás de si um longo passado que pode ocultar uma civilização extinta.”²⁶⁷. Desde 1841, anunciava-se que expedições do IHGB haviam encontrado, nos sertões baianos, ruínas de uma antiga civilização autóctone²⁶⁸. Expedições, financiadas pelo Instituto, tinham o intuito de comprovar que os indígenas brasileiros eram descendentes de uma grande civilização decaída²⁶⁹. No Brasil, o precursor da idéia foi Karl Friedrich Philipp Von Martius²⁷⁰, para quem os índios Tupis deveriam ser estudados profundamente e a língua ganhar dicionários. Assim fez Capistrano de Abreu. Os índios estão presentes, como empecilhos à civilização, no livro de Varnhagen e em João Ribeiro, mas não assumem papel relevante nas propostas de Cintra. Os índios sempre ocuparam papel secundário na História do Brasil. Tal poderia passar como algo corriqueiro, não fosse Cintra paulista. Os paulistas nutriram simpatia pelos índios. Tal papel secundário pode-se explicar pela afirmação de Tânia de Luca, para quem o indígena

*“absorveu muito menos a atenção dos articulistas da Revista do Brasil, possivelmente pelo fato não só dele representar uma porcentagem relativamente pouco significativa da população, como também de estar confinado ao interior longínquo e de difícil acesso. Por vezes, elogiava-se sua adaptabilidade ao meio, manifesta na permanência, mesmo nos cruzamentos com brancos, de seus caracteres”*²⁷¹

Mesmo porque os modernistas paulistas faziam, no início do movimento, ferrenha oposição aos românticos do passado, cujo principal ícone era a figura do índio.

Mas sempre houve um certo fascínio esperançoso. Varnhagen, para quem *“O Brasil era filho da civilização européia, era filho de Portugal (...) o sangue que corria nas veias do povo brasileiro era o europeu”*, estudou os indígenas profundamente. Para ele,

²⁶⁷ CINTRA, Assis. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 1, 7 jan 1920.

²⁶⁸ No texto *A Cidade Misteriosa*, CINTRA, *Histórias que não vêm na história*, p. 183, diz que em 1900, no jornal de Rui Barbosa, já se falava de uma cidade misteriosa existente na Bahia. Traz o desenho das ruínas e fala das explorações do IHGB em 1841.

²⁶⁹ MELO, *Senhores da história*, p. 46.

²⁷⁰ VON MARTIUS, *Dissertação: de como se deve escrever a História do Brasil*.

²⁷¹ LUCA, *A revista do Brasil*, p. 173.

se conhecendo a língua poética dos aborígenes, estes poderiam ser rapidamente aculturados²⁷². Isto porque índios da América espanhola tiveram civilizações importantes (Astecas, Incas e Maias), que construíram monumentos. Os autóctones brasileiros, em um passado longínquo, provavelmente, também poderiam ter tido sua civilização ainda desconhecida e encoberta pelas florestas inexploradas. Tais suposições ganhavam fórum científico nos anos 20²⁷³. A idéia é que seríamos um povo novo, resultado da miscigenação, com zonas despovoadas e desconhecidas onde encontraríamos os elos perdidos da civilização ancestral autóctone. Éramos resultado de europeus, africanos e silvícolas, em uma teoria hegeliana de povos sucessivos e progresso contínuo e necessário. Os homens não se apresentavam no mesmo estado de desenvolvimento social e econômico. Haveria os mais adiantados, os decaídos e outros na infância. Tomaríamos o bastão da civilização, na corrida rumo ao futuro. Afirmava Cintra que as “civilizações são como os homens; nascem, vivem, crescem e morrem. Civilizações sucedem-se a civilizações, e detrás de cada selvageria muitas vezes se esconde uma (...) civilização morta²⁷⁴. O que podemos concluir é que Cintra acreditava em um processo civilizatório universal em constante miscigenação, negando a composição étnica como causa dos problemas nacionais. Descartava a civilização enquanto atributo exclusivo do homem branco. Nosso problema seria político e não racial.

Quando Pedro I também é Macunaíma

Cintra desejava uma história para a República e da República. A instalação da República foi o ponto onde João Ribeiro havia parado em seu Compêndio. No

²⁷² OLIVEIRA, *Os índios bravos e o sr. Visconde*, p. 40.

²⁷³ Victor Viana havia publicado *A Geografia do Brasil* em 1918 (RBR, n. 29, p. 324, mai 1918). Mario Mello, na Revista do Brasil, escreveu ensaio sobre o mesmo assunto: *Civilizações Perdidas*, in: RBR, n. 110, p. 184, fev. 1925.

²⁷⁴ CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 101.

último capítulo, intitulado *A abolição e a República*, afirmou: “*A República é a forma política definitiva*”²⁷⁵. Nas pistas sobre a trajetória de vida de ambos, com semelhanças e divergências, o que percebemos, enfim, é que Cintra desejava assumir o lugar ocupado por Ribeiro, tornando-se venerado pela intelectualidade, ao desvendar as verdades da história política, historicizando o que havia sido descartado como inútil e estarecendo o público leitor. Construindo uma história política, com históricos republicanos, incluindo personagens paulistas e gaúchos e abrindo outra porta para entrada de Minas Gerais e Pernambuco, buscava desenhar uma história mais republicana, verdadeira e nacional. Com isso, Cintra desdobrava as possibilidades positivistas da nação em um negativismo²⁷⁶ que deveria romper definitivamente com um passado eivado de erros. Seríamos frutos de outros heróis, da anti-história e da anticultura. Brancos ou mulatos, mas sempre republicanos, seríamos um povo heróico com uma verdadeira história ainda por ser revelada.

De uma anti-história e da anticultura, seria gerado um outro herói. Um anti-herói que abarcava todas as respostas das questões constitutivas do povo brasileiro. Um anti-herói que tem sua síntese literária em *Macunaíma* (1926), de Mário de Andrade. O herói sem nenhum caráter carregava todas as discussões que já se havia feito e se fazia sobre a personalidade brasileira e o caráter nacional. O herói maculado era a síntese de todos esses caracteres e a representação de determinados grupos que não desejavam mais a pureza dos heróis na literatura ou na história. Macunaíma era a síntese. Sem caráter por possuir todos. Era o caboclo, o bandeirante de Rocha Pombo - e posteriormente de Sergio Buarque -, o mulato Calabar e o Pedro I lascivo de Assis Cintra, o Jeca de Monteiro Lobato, o negro de

²⁷⁵ RIBEIRO, *História do Brasil* (1912), p. 526. “Frase que sumiu após a 5ª edição, substituída pela seqüência de governantes republicanos e as suas indefectíveis obras.” (MELO, *Senhores da história*, p. 7).

²⁷⁶ Matéria na *Revista do Brasil* acusa, em Cintra, “a estreiteza do negativismo” ([sem autor]. RBR, n. 78, p. 169-160, jun 1922).

Gilberto Freyre, o sertanejo de Euclides da Cunha, o ária de Varnhagen, o português ibérico e o mestiço de Silvio Romero, o índio de José de Alencar, o proletário do PCB, o homem urbano e político, o preguiçoso, o parasita ou o mameluco de Manoel Bomfim e João Ribeiro. Era, antes de tudo, um forte ou o resultado da degeneração da mistura de raças. Era o metropolitano e o rural, era o homem do litoral e do sertão. Era aquele que já nascera doente e aquele que poderia ser tratado. Carregava o fardo pesado das raças e das classes. Era, finalmente, diferente do homem brasileiro que se queria europeu e do mestiço que se tornaria branco um dia. Se o herói pitoresco da literatura não havia sido construído para o lugar do herói nacional, a sociedade representaria nele a necessidade de sua própria continuidade enquanto grupo diferente dos demais e com características próprias. A unidade na diversidade. A organização descoberta na própria desordem.

O que fez Cintra, mesclando certo realismo-naturalista com a História, foi retomar temas e objetos históricos consagrados e inquiri-los por outro viés, a partir da consideração de que a história se produz no interior de relações de dominação *“com o fito evidente de incensar os ídolos políticos, os poderosos do dia”*²⁷⁷. Ao questionar, buscou outros olhares, outras leituras e outros significados, invertendo o tradicional lugar de observação dos eventos históricos. O que Cintra reforçava, em seu ensejo de mudar a História, eram os elementos que seriam utilizados na década de 30 para reconstruí-la em outros patamares, quando as falhas de nossa formação cultural deficiente se tornarão os pontos positivos para explicar uma sociedade antropofágica, que construía cidades desorganizadas, geraram homens cordiais e cuja senzala adentrou pelos quartos da casa-grande. Tudo que carregávamos de supostamente negativo seria transformado no que teríamos de melhor.

Os livros didáticos

Em *Alma Brasileira*, Assis Cintra foi, sem dúvida alguma, um historiador de fato. Portanto, não poderíamos concluir este Capítulo sem observarmos sucintamente os manuais didático e cívico escritos por ele e identificarmos como, de maneira subliminar, encontramos as histórias que não vinham na história, presentes nos livros didáticos adotados em escolas. Mas, por que um historiador que se opunha a uma história dita “oficial”, até certo ponto, a absorveria? Se suas histórias marginais encontravam mercado receptivo, os livros didáticos teriam um público ainda maior. Enquanto professor da Escola Normal de São Paulo encontrou lacunas pelas quais os livros didáticos preenchiam as necessidades de um mercado editorial ascendente. Cintra escreveu dois livros de moral e civismo.

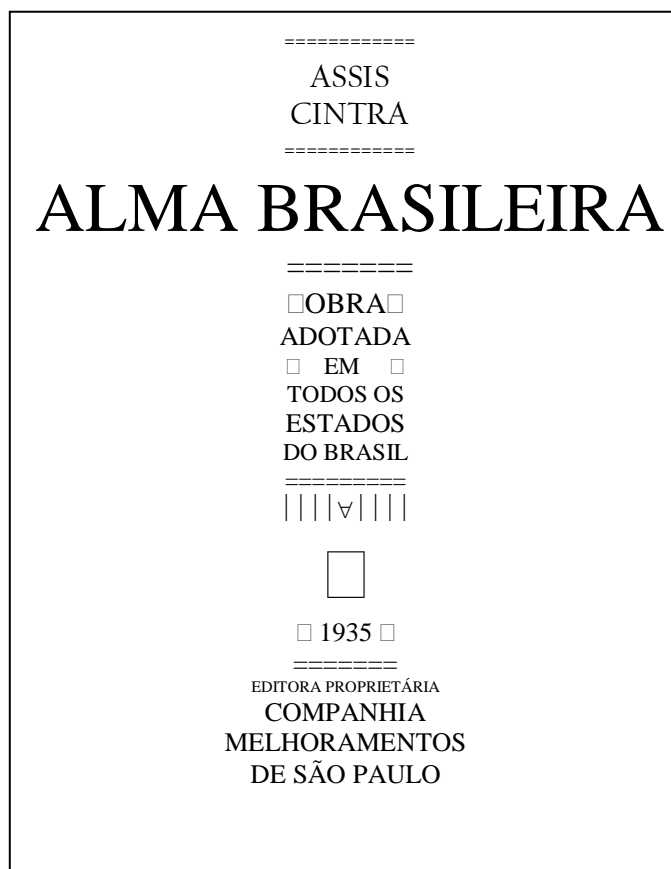
O primeiro, *Pequenas Histórias*, lançado em 1923, tal e qual os manuais infantis franceses, foi “obra aprovada pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado de S. Paulo” e “adotada na <<Escola Modelo>> e Grupos Escolares do mesmo Estado”²⁷⁸. É o que informa a segunda edição “melhorada”, de 1924, a qual examinamos. Credita como co-autoras do livro as professoras Iole Motta, Edith e Esther Monteiro. Informa, também, que metade da primeira edição, ainda não aprovada pela *Diretoria de Instrução Pública* de Minas Gerais, foi destinada àquele Estado. A *Escola Modelo* foi o anexo da *Escola Normal de São Paulo*, onde as normalistas aplicavam seus aprendizados. No livro dedicado às suas alunas daquela Escola, as pequenas histórias buscavam despertar o sentimento de amor à bandeira, o coleguismo, a bondade, o interesse pelo trabalho e estudo, a consciência, a piedade, o amor, a liberdade, a preocupação com a natureza e a caridade. O manual de

²⁷⁷ CINTRA. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 2, 14 jan 1920.

²⁷⁸ CINTRA, *Pequenas histórias*, p. 9.

civismo, destinado ao Primário, condenava a mentira, a ambição, a perversidade, a gulodice, a ignorância, o descuido e a desobediência. Orgulho teve duas abordagens. Cada um dos temas era tratado em histórias curtas onde havia um sentido moral a ser percebido ao final da narrativa. Por exemplo, na primeira historieta, com o título *O Retrato da Pátria*, dizia Pedrinho, sentado ao colo do pai: “- *Que cores esquisitas tem a nossa bandeira...*”. O pai lhe explicaria as matas verdes, o amarelo das riquezas, o azul do céu e o branco da paz, fazendo-o compreender o pendão, para amá-lo.

O livro *Alma Brasileira* (1922), também manual de civismo, tem uma abordagem mais histórica. Examinamos as edições de 1935 (sexta edição) e 1938 (oitava edição), esta bastante reformulada, adaptando-se ao novo Calendário Cívico do governo de Vargas. Apesar de não localizarmos a primeira edição, nos parece que a sexta, de 1935, estaria mais próxima daquela. Portanto, nos ateremos a ela. O objetivo do livro é despertar o pendor cívico, o amor à pátria e enaltecer a República. A capa já nos traz o primeiro fundamento de nossa alma, a cruz cristã. Talvez por interferência do Editor. Esquemáticamente o desenho seria o seguinte:



O livro explica cada um dos feriados instituídos pelo Decreto de 15 de novembro de 1890. As festividades são próprias de países civilizados²⁷⁹, segundo o autor. Vejamos alguns dos feriados. O 15 de novembro é a data da derrubada da Monarquia, quando gente humilde, sofredora e inflamada cansou de sofrer. É a data da “*democratização do Brasil*”²⁸⁰. A descoberta da América deu “*seiva nova para o Velho Mundo desamparado e corrompido*”²⁸¹. O 21 de abril, é a data em que se comemora “*os precursores da Independência, resumidos em Tiradentes*”. Apesar de citá-lo, é apresentado como “*humilde*

²⁷⁹ CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 5.

²⁸⁰ CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 7.

*e bondoso, que serviu de exemplo para que não se pensasse em Liberdade e República*²⁸². Mas não foi a única vítima dos tiranos. De acordo com o que narra Assis Cintra, antes e depois dele, houve Borba (São Paulo, 1641), que quis criar o reino do Brasil, morrendo de frio e fome nas masmorras da Metrópole; Beckman (Maranhão, 1685), brasileiro enforcado por combater a prepotência metropolitana; Bernardo Vieira de Mello (Recife, 1711), falecido em Lisboa, acorrentado na laje fria e úmida, com as vísceras queimadas pelo envenenamento: “*Não foi uma guerra de mascates, foi um Levante Republicano*”²⁸³; o arrojado Filipe dos Santos, amarrado às caudas de cavalos; Padre Roma (Bahia, 1817), lutando contra a pátria escravizada, gritará “*República*” antes de seu fuzilamento. Estes precursores de nossa Independência levaram ao sete de setembro, quando Pedro I fez “*causa comum contra sua própria pátria, Portugal*”²⁸⁴. Tudo teria começado com a fuga, de Lisboa, da família real. O processo foi acelerado pelo decreto de 1815²⁸⁵, culminando com o 7 de abril de 1831, data definitiva da queda do domínio estrangeiro sobre o Brasil, quando o povo brasileiro já não se conformava em ser governado por um príncipe estrangeiro²⁸⁶. Outros heróis, também ignorados, encontraríamos na *Confederação do Equador* (1824), em Bento Gonçalves na *República do Piratini* (1835), João Tibiriçá na *Convenção Republicana de Itu* (1870), entre outros²⁸⁷.

A Primeira Parte do livro é dedicada às *Festas Nacionais*. A Segunda cuida dos *Chefes de Estado*, desde D. João VI até Afonso Pena, destacando como título dos

²⁸¹ CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 6.

²⁸² CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 23.

²⁸³ CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 8.

²⁸⁴ CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 9.

²⁸⁵ CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 35.

²⁸⁶ CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 60.

²⁸⁷ CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 43. Outros republicanos escolhidos são Benjamin Constant, Assis Brasil, Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Silva Jardim, Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Campos Sales, ,

textos, alguma frase de efeito que supostamente teriam dito²⁸⁸. Faz um histórico evolucionista desde a família, como célula mater da nação, exaltando a paz e condenando a Primeira Grande Guerra, da qual destacamos um trecho:

*“É porque o mundo não é somente formado de gente boa. Há homens, até, que vestem casacas, usam luvas, pisam mármore com sapatos de verniz, tem cartola e residem em palácios suntuosos, mas... possuem os mesmos sentimentos maus, a mesma alma perversa e cruel do homem das florestas que lutava corpo a corpo com as feras e com os semelhantes”*²⁸⁹

Cintra avalia que civilização é sinônimo de paz e a culpa da guerra recairia, em suas palavras, nos poderosos potentados que a provocavam. Assim, como o vinte e quatro de fevereiro, dia da Constituição da República, comemorava-se o fim das classes privilegiadas (nobreza e clero), quando *“O povo era para trabalhar e guerrear em favor dos privilegiados”*²⁹⁰. Sobre o dia do “descobrimento” do Brasil, como fez João Ribeiro em seu manual, discute a questão das datas: 21 de abril ou 3 de maio. Conclui que o Império preservou a data em nome da Igreja, já que era a data da Santa Cruz: *“Essa comemoração não representa, portanto, o dia exato da descoberta do Brasil, mas o dia da Cruz”*²⁹¹. O 13 de maio seria a comemoração da liberdade de uma raça oprimida pela ambição criminosa de gente que se dizia civilizada²⁹². Para Cintra, Isabel não foi ativa, mas reativa. Gonçalves Ledo aparecerá combatendo as idéias de Carlota Joaquina, que não desejava a Colônia elevada a Reino.

Francisco Glicério, Américo de Campos, Cerqueira César, Martin Junior, Bernardino de Campos, Julio de Castilhos, Pinheiro Machado entre outros.

²⁸⁸ D. Pedro I, Marquês de Caravelas, Lima e Silva, Feijó, Pedro II, Deodoro (1889-91), Floriano (1891-94), Prudente de Moraes (1894-98), Campos Sales (1892-1902) e Rodrigues Alves (1902-06 e 1918), além de Afonso Pena (1906-09). Na edição de 1938, Cintra adenda Nilo Peçanha (1909-10), Hermes da Fonseca (1910-14) e Delfim Moreira (1918). Estes dois últimos não trazem a data de posse, como se fossem os últimos presidentes eleitos antes de 1930. Falta, ainda, Venceslau Brás (1914-18), mineiro, que Cintra simplesmente ignora.

²⁸⁹ CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 18.

²⁹⁰ CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 19.

²⁹¹ CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 27.

²⁹² CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 30.

Se no livro encontramos José Bonifácio, a tela de Pedro Américo, Tiradentes e certa simpatia por Pedro II, destacamos os pontos que adenda, dentro dos textos dedicados a tais supostos heróis. Outros tantos enalteceriam a República, mas eram desconhecidos. Afinal, “*Quantos heróis não passaram nos campos de batalha completamente ignorados?*”. É que “*A República era uma aspiração antiga em nossa pátria*”²⁹³, escrevia. Produzindo material para um público diversificado, o “*endiabrado iconoclasta*” estaria sempre presente, ainda que não se mostrasse inteiramente. O também chamado “*bolchevista da História*” mostrava-se um republicano radical. As supostas possíveis verdades que acreditava alcançar e revelar por intermédio de documentos, também construía mitos e podiam ser encaradas como mentiras de um “fabricante de documentos”.

Foi isso que neste capítulo buscamos enfocar por intermédio de alguns aspectos da obra histórica de Assis Cintra, sejam eles convergentes ou divergentes com a História do Brasil contada e construída até aquele momento. Observamos a História tal como vista por Assis Cintra, com acontecimentos e heróis que desejava inserir na história republicana. Enfim, o que buscou edificar com suas propostas de interpretação da História. No capítulo seguinte, analisaremos a recepção de sua obra e a crítica a seu legado para a historiografia.

²⁹³ CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 41-42.

TERCEIRO CAPÍTULO

O REFORMADOR DA HISTÓRIA E A EXCLUSÃO DA HISTORIOGRAFIA

Em 1965, por intermédio do Ofício número 769/65, a Câmara Municipal de Bragança Paulista dava início a um processo para homenagear o historiador Assis Cintra, batizando uma das ruas da cidade com seu nome. Outras também existem em Guaratinguetá e Santo André, todas cidades no Estado de São Paulo. Esta homenagem póstuma fica resumida a uma região restrita, onde houve alguma proximidade com o historiador e estão presentes os membros de sua família. Homenagens deste tipo resgatam e mantêm a memória, ligando o presente ao passado e estabelecendo uma continuidade com o que não se quer perdido e esquecido no tempo. Isto nos lembra que a legitimidade do intelectual é alcançada por meio de repetições rituais que consagram as tradições inventadas, estabelecendo uma relação de continuidade com o passado, a partir de um ponto de referência²⁹⁴. Para tanto, são necessárias homenagens póstumas, formação de grêmios, cultos a serem legitimados, republicações de obras, monumentos e demais elementos característicos da invenção das tradições. Regina Abreu afirma que o culto a uma grande personalidade, após ter sido definida como tal, depende da conquista do imaginário social, ou seja, de sua aceitação e eficácia, além da existência de uma “comunidade de sentido (Baczko)”. Não existindo esse terreno comum, seja por intermédio do imaginário ou nas ações coletivas, a relação de significado não se estabelece e o símbolo cai no vazio ou no ridículo²⁹⁵. Homenagens isoladas, por si só, não são suficientes para construir significados. É necessário atribuir um sentido ao homenageado para se estabelecer a relação significante/significado.

As homenagens a Assis Cintra não são sistemáticas, mas isoladas. Não se concatenam. Em 1995, a *Associação de Escritores de Bragança Paulista* (ASES) prestou uma homenagem a seus literatos incluindo, entre eles, Assis Cintra²⁹⁶. Com o mesmo intuito de resgate da memória, em 1981, escrevia Ernesto Leme, professor, advogado, deputado, reitor da Universidade de São Paulo - USP -, secretário de estado e diplomata:

²⁹⁴ HOBBSAWN, *A invenção das tradições*.

²⁹⁵ ABREU, *O enigma de Os Sertões*, p. 316-317.

²⁹⁶ PEREIRA, *Francisco de Assis Cintra*, 121-134.

“Os filhos de Bragança tem brilhado nas mais elevadas posições (...). No campo do jornalismo o primeiro lugar cabe a Casper Líbero; no campo da História, a Francisco de Assis Cintra, que também dedicou à lingüística, sendo seu primeiro livro, *Questões de Português*, honrado com o prefácio de Rui Barbosa (...)”²⁹⁷

Apesar do parentesco e amizade próxima, devemos considerar a importância do autor do livro e, portanto, a seriedade de suas palavras. Soma-se às homenagens e lembranças, o percurso editorial e jornalístico de Assis Cintra. Publicou dezenas de obras, teve certo destaque em importantes jornais, criou polêmicas com intelectuais conhecidos, relacionou-se com modernistas e esteve próximo de políticos importantes. Mas isso não foi o suficiente para que a posteridade o incluísse no rol da intelectualidade dos anos 20. O mesmo ocorreu com dezenas de outros. Não foi o único. Mas é curiosa tal relação entre seu sucesso e ostracismo. Seu nome não consta da historiografia brasileira. Ao mesmo tempo, ausente e presente, não publicou nenhum livro que tenha ganhado o interesse da posteridade. Não deixou uma obra síntese, mas textos fragmentários reunidos em livros. Entretanto, o encontramos em diversas publicações, tais como: *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, por intermédio de alguma frase dita por Carlota Joaquina; *Os Subversivos da República* de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, com suposta fala de Bernardino de Campos; *Sociedade, Estado e direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI* de Dalmo de Abreu Dallari, abordando a verdadeira data da Independência política brasileira; *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação* de Tânia Regina de Luca, onde Cintra está entre aqueles que desejavam construir a genuína língua brasileira; *Historiadores do Brasil*, de Francisco Iglesias, citado rapidamente quando trata de Manoel Bomfim ou merecendo as críticas de José Honório Rodrigues. Seus livros, citados por Wilson Martins, estão nas notas de rodapé da coleção *História do Brasil: século XX*, de Pedro Calmon, em *Getúlio Vargas e seu tempo*, de Fernando Jorge e *História do Brasil*, de Helio Vianna²⁹⁸.

²⁹⁷ LEME, *A casa de Bragança*, p. 27.

²⁹⁸ FREYRE, *Casa Grande & senzala*, p. 654; JANOTTI, *Os subversivos da república*, p. 39; DALLARI, *Sociedade, Estado e direito*, p. 441; LUCA, *Revista do Brasil*, p. 96; IGLESIAS, *Historiadores do Brasil*, p.

Chama-nos a atenção este curioso lugar, limiar da memória e do esquecimento. A análise do material que produziu nos leva a trabalhar com a hipótese de que Assis Cintra pretendia construir uma nova interpretação para a História do Brasil, que não se completou, lhe relegando um lugar marginal. Para ele, sempre tivemos aqueles que lutaram pela implantação da República e que a História do Brasil deveria mostrar. Construindo uma nova história para o Brasil e, ao mesmo tempo, denunciando o ridículo que se escondia nas verdades de uma história marginalizada e não contada, desejava reorganizar nosso passado, recorrendo a supostos heróis republicanos, geralmente colocados na condição de “perdedores”, excluídos e esquecidos. Seu trabalho, com o material histórico e a obra histórica que elaborou, se confronta com o que havia de melhor na produção historiográfica brasileira até os anos 20²⁹⁹.

155, RODRIGUES, *História e historiografia*, p. 133, MARTINS, *História da inteligência brasileira*, p. 203, CALMON, *História do Brasil*.

²⁹⁹ Apesar de não pensarmos ser esta a questão principal, não queremos deixar de pontuar a relação entre o esquecimento e as opções políticas. É fato que, em 1930, Cintra manteve-se próximo ao PRP e perdeu seu emprego no Ministério da Agricultura, após a implantação do governo de Getúlio Vargas. Algo semelhante se passou com Del Picchia. O poeta modernista, além de membro ativo, foi importante instrumento de divulgação das idéias da Semana de 22, por intermédio de suas colunas no jornal *Correio da Manhã*. Ainda assim, ganhou um lugar secundário no movimento. A aproximação de Del Picchia com Plínio Salgado e sua simpatia ao Integralismo, são fortes razões para o lugar secundário que coube ao poeta, além das próprias divergências internas do Movimento Modernista, a partir de 1924, quando incorporará uma visão mais política e nacionalista. Também nos alinhamos com a idéia de VISCARDI, *O teatro das oligarquias*, p. 11, quanto à avaliação do período, também chamado de república do café-com-leite: “Sugerimos a hipótese, a ser comprovada em eventuais pesquisas futuras, acerca do período pós 30, de que a expressão tenha sido divulgada pelo regime Vargas, com o fim de desqualificar a República Velha, em função da ruptura pretendida por seu governo, em relação aos eixos básicos do regime regresso”.

A modernização da História

Desde o início do século XX já se buscava modernizar a história, em oposição ao modelo de Varnhagen. Tal objetivo se explica pelo fato de os chamados “homens de ciência” começarem, desde o final do século XIX, a se congregarem em institutos de pesquisa e atuar em locais como o IHGB³⁰⁰, Museu Nacional, a Academia de Medicina, além das faculdades de direito:

“Sob o manto da ciência, começava a aparecer um tipo especializado de profissional. Mais do que um grupo homogêneo, esses intelectuais guardavam certa identidade que os unia. (...) A crença numa nova ordem científica era basicamente a crença nos pressupostos evolucionistas da ascensão dos povos, pelo progresso, aos valores da civilização”³⁰¹

Nesta perspectiva, o Império, as tradições escravista e colonial eram empecilhos para a modernidade e obstruíam o desenvolvimento. Por outro lado, a abolição e a República nos libertariam do atraso. Havia uma oposição entre o romantismo dos intelectuais do Império e o cientificismo proposto pelos intelectuais republicanos.

Por outro lado, a geração de 22 estava às voltas com o tenentismo, o comunismo e a revolução estética. Excluía o discurso da ciência ao definir a brasilidade. Dessa forma, a hierarquia de raças, a incapacidade civilizacional brasileira e a Europa como modelo e exemplo eram questões que passavam a ser rejeitadas. A Primeira Grande Guerra contribuiu para tal, revelando que a solução não estava lá fora. Passava-se a acreditar que só poderíamos alcançar a dimensão do universal passando pelo singular³⁰². Em inícios dos anos 20, alguns dos membros da geração científica conquistarão seus lugares como membros da Academia Brasileira de Letras (ABL) e sofrerão os ataques da “*vanguarda paulista-modernista, que situa a ABL como a representação máxima do “atraso” cultural do Rio de Janeiro, et pour cause, do Brasil*”³⁰³. É nessa Instituição que encontramos Capistrano de Abreu (1853-1927), Oliveira Lima (1865-1928), Pandiá Calógeras (1870-

³⁰⁰ Apesar de fundado ao final da primeira metade do século XIX e, portanto, ser o construtor da história nacional que se queria superar na virada do século, Regina Abreu, ao incluir o IHGB, certamente se refere aos membros comuns às duas casas, quais sejam o IHGB e a ABL, os quais veremos adiante.

³⁰¹ ABREU, *O enigma de Os Sertões*, p. 82-83.

³⁰² MORAES, *A brasilidade modernista*, p. 122.

³⁰³ GOMES, *História e historiadores*, p. 30. A autora analisará como, a partir dos anos 40, a construção dos vultos de nossa história intelectual está associada ao perfil da própria ABL e ao papel simbólico que a instituição deveria representar.

1934) e João Ribeiro (1860-1934) entre outros. Estes homens se tornaram referências maiores de nossa historiografia científica. Para compreendermos o limiar, lugar que coube a Assis Cintra, parece-nos necessário observarmos qual o seu legado historiográfico.

O grande expoente, no Brasil, da moderna história-ciência, na linha das Escolas Históricas francesas do século XIX, seria o cearense Capistrano de Abreu (1853-1927). Como já visto no segundo capítulo, o verdadeiro historiador moderno deveria dar um tratamento científico à história, o qual pressupunha o da crítica documental, a busca de uma verdade histórica objetiva e a posição de neutralidade face aos fatos narrados³⁰⁴. A utilização do método crítico asseguraria à história um caráter científico/documental, possibilitando alcançar um passado, positivado pela prova documental. Considerado um pioneiro da pesquisa documental, Capistrano verificou fontes, abandonou efemérides e heróis, se preocupando com a relação entre o homem e o meio geográfico: daí seu interesse pela história do povoamento. Escreveu *Capítulos de História Colonial* (1907), salientando a conquista do sertão. Nas palavras de Iglesias: “*É seu melhor livro, o mais orgânico, trabalhado, original e fecundo. Síntese poderosa, foge ao esquema tradicional de uma história só política e administrativa para fazer uma história também social e econômica*”³⁰⁵. A “nova” história científica de Capistrano buscava a explicação da singularidade brasileira associando fenômenos físicos e sociais. A história e a geografia faziam parte de uma mesma totalidade. A história nacional era a história do descobrimento, desbravamento e povoamento³⁰⁶. Uma antropogeografia, junção da geografia e história, onde ambas não seriam mais um apanhado de números, nomes e fatos, mas

*“uma relação bilateral de influências entre natureza e sociedade (...) A história do Brasil era produto de fenômenos físicos e sociais: o homem sendo limitado e ao mesmo tempo limitando a natureza, o que impedia qualquer noção determinista de futuro ou idéia de passado “mítico” não comprovável por documentação confiável”*³⁰⁷

³⁰⁴ Nos lembra REIS, *A História entre a filosofia e a ciência*, p. 13, que nesta concepção “os fatos existem objetivamente, em si, brutos, e não poderiam ser recortados e construídos, mas sim apanhados em sua integridade”.

³⁰⁵ IGLESIAS, *Historiadores do Brasil*, p. 121.

³⁰⁶ GOMES, *História e historiadores*, p. 98.

³⁰⁷ GOMES, *História e historiadores*, p. 97.

Segundo Ângela de Castro Gomes, Capistrano e a chamada geração de 1870 fizeram uma readequação das teorias de Friedrich Ratzel e Buckle. Haveria uma tensão do homem com o meio ao invés de um condicionamento pelo meio. Ratzel e Buckle advogavam a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação seria condicionado pelo meio. Pelo clima e solo se identificaria a nação³⁰⁸. Capistrano buscava dar um sentido interdisciplinar à ciência social no Brasil³⁰⁹. Desejando afastar-se da literatura, a história – nos moldes de Capistrano de Abreu - buscava outros caminhos nos quais enfoques sociológicos e geográficos também se agregavam, buscando ser ciência.

Ainda que com uma história de caráter mais político, com enfoque em personagens históricos e acontecimentos, Oliveira Lima (1867-1928) buscava seguir os caminhos traçados por Capistrano. Pernambucano, escreveu *D. João VI no Brasil* (1909), sua obra mais importante, retratando a chegada de D. João até o retorno para Portugal. Enfocou a vida da Corte, buscando explicar os momentos de fraqueza daqueles personagens, com a apresentação de documentos. A família real não havia fugido da metrópole, mas havia um plano de contingência já traçado. D. João, “*desprovido das qualidades excepcionais de qualquer herói político, teve o mérito (...) de enfrentar as circunstâncias que se lhe apresentaram*”³¹⁰ e fundar as bases da nacionalidade brasileira. É a mesma linha seguida em *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Buscava desviar-se dos fatos políticos e militares, porém sua preocupação em reafirmar a importância da família imperial o reaproximava do enfoque de personagens. Apesar do cargo de diplomata que lhe possibilitou o levantamento de vários documentos históricos, não eram somente esses que o fascinavam. Afirmava:

*“O simples pesquisador pode corrigir datas errôneas e estabelecer a exatidão dos fatos, mas não deixa vestígio sobre a alma, insensível ao que não traduz o conteúdo moral. O poeta por seu lado, deve sofrer sua imaginação e adaptá-la as realidades sob pena de ver sacrificada a Verdade ao Belo. O sopro poético é, no entanto, indispensável para animar a história – o que penso ser melhor compreendido entre os historiadores de há um século, ou mesmo de há alguns séculos, do que pelos dos nossos dias, aos quais a fidelidade documental se afigura a condição fundamental senão por vezes exclusiva”*³¹¹

Sobre Oliveira Lima, escreveu Gilberto Freyre, em 1944, no *Prefácio* da primeira edição brasileira de *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*:

³⁰⁸ SCHWARCZ, *O espetáculo das raças*, p. 58.

³⁰⁹ IGLESIAS, *Historiadores do Brasil*, p. 120-1.

³¹⁰ GOMES, *História e historiadores*, p. 114.

³¹¹ LIMA, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, p. 248.

“O próprio autor, aliás, nos adverte contra a tendência dos historiadores brasileiros mais antigos no sentido de se ocuparem exclusiva ou principalmente dos fatos políticos e militares. Tendência - seja observado de passagem - que encontraria no próprio Oliveira Lima, em Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alfredo de Carvalho, Nina Rodrigues, Manoel Bomfim, João Ribeiro - e não apenas em Capistrano de Abreu, destacado pelo autor de *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne* como historiador particularmente inclinado ao estudo da história brasileira como história social e não apenas política - um grupo de dissidentes prestigiosos”³¹²

O mesmo Freyre destaca a filosofia de Lima como um otimismo “robusto e sincero”, apesar de um certo saudosismo pela monarquia. Ainda assim, mesmo que de forma ambígua, Oliveira Lima buscava desfazer os laços ibéricos:

“Os verdadeiros naturais do Brasil são os índios (...) Os portugueses, misturando-se com os índios, produziram uma raça igualmente valente e fundamentalmente empreendedora (...) O Brasil é, pois, a obra nacional - geográfica tanto quanto política - dos seus próprios filhos.”³¹³

Era o caminho deixado por Capistrano ao focar as especificidades nacionais, vendo no Brasil já um outro povo. Não haveria, pura e simplesmente, uma relação de continuidade com Portugal. Pelo mesmo caminho trilhou João Ribeiro (1860-1934).

Ribeiro, como Capistrano, era um entusiasta da cultura alemã. Como nos lembra Melo, “Ribeiro escreveu seu texto fundando-se nas tendências historiográficas em voga na segunda metade do séc. XIX, o historicismo alemão, e nos estudos antropológicos dominantes no Brasil, nas novas abordagens e novos temas que se abriam ao tratamento da História do Brasil”³¹⁴. Escreveu o didático *História do Brasil - Curso Superior* (1900), buscando encarar a história como um processo de desenvolvimento social e seguir as diretrizes traçadas por Von Martius em seu célebre texto *Dissertação: de como se deve escrever a História do Brasil*. Ribeiro, no *Prefácio* de seu *Compêndio*, escreveu que, no Brasil, sempre houve duas correntes liberais separadas, a dos mamelucos e outra da sociedade colonial portuguesa. A segunda tenderia a desaparecer pela progressão das raças nacionais³¹⁵. Para ele, o historiador é que faz o passado movido por conteúdos éticos da atualidade. A verdade, contida e conservada nos documentos, deveria ser vista pela ótica do presente. O historiador, segundo Ribeiro, não é imparcial, mas não deve mentir ou deturpar, daí a necessidade do apego e valorização dos documentos comprobatórios dos fatos, os quais deveriam ser submetidos a um tratamento metódico. Deveria, no entanto, compreender a própria época que estudou, pela perspectiva do presente, para

³¹² FREYRE, Gilberto. *Prefácio à edição brasileira*. In: LIMA, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, p. 10.

³¹³ LIMA, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, p. 235.

³¹⁴ MELO, *Senhores da história*, p. 6.

³¹⁵ RIBEIRO, *História do Brasil* (1953), p. 23.

compreender o “*caráter de um povo*” ou “*esclarecer-nos a sua vocação e seu destino*”³¹⁶. Daí a necessidade do historiador ser, também, um filósofo, captando e atribuindo um sentido ao curso da história.

Outro autor que se tornou referência para a historiografia foi Pandiá Calógeras (1870-1934), com *Formação Histórica do Brasil*. Nesta obra, o herói da história seria o bandeirante paulista, desbravador corajoso, cujas epopéias serviram para unir a nação e alargá-la. Fora das instâncias de legitimação da época, encontra-se Manoel Bomfim que, desde 1914, enfocava o parasitismo das elites nacionais e internacionais, culminando com a publicação de *O Brasil-nação: realidade da soberania brasileira* (1928). Este seria um país de vícios e degradação de costumes em uma República decadente. Denunciava as teorias racialistas que objetivavam apoiar cientificamente um processo de dominação econômica³¹⁷.

Mesmo com a existência, desde o início do século XX, de uma nova concepção para a História do Brasil, ainda usava-se nas salas de aula *Lições de História do Brasil* (1860) de Joaquim Manuel de Macedo, entre outros livros do Segundo Império. Varnhagen estava sendo reeditado em terceira edição. Nessa história modelar, na qual os grandes personagens deveriam servir de guias e modelos a serem copiados, a História era a “mestra da vida”, onde o presente deveria aprender com o passado e ainda eram necessários heróis perfeitos, modelos a serem seguidos pelos jovens imberbes da época. O herói da história não poderia ser o homem comum e desinteressante, que nada acrescentaria na formação da criança e do adolescente. Em nome da nacionalidade corporificada nos heróis, as opiniões pessoais, as tomadas de posição e frases históricas jamais ditas, eram postas nas bocas dos personagens. Entre as idas e vindas nas concepções da História, foi-se delineando quem deveria ser chamado de historiador. No Brasil, até meados dos anos 40, eram historiadores “*todos aqueles que produzem na área dos “estudos históricos”, havendo um esforço de distinção tanto da filosofia e da literatura lato sensu, quanto do que se chama “estudos político-sociais*”³¹⁸”.

Em meio a tais debates e questionamentos, está Manoel Bomfim. Bomfim criticava a apropriação de teorias importadas, que traziam distorções de julgamento e deturpação de nossa história. Complementava: “*Contemplemos a nossa história para exaltado conforto do espírito, e nutridos dessa mesma tradição teremos a segura direção de progresso e os motivos de justa confiança nele*”³¹⁹. Paulo Prado, por seu turno, em 1928, denunciava a imitação como um vício nacional: “*Tudo é imitação, desde a estrutura política*

³¹⁶ GOMES, *História e historiadores*, p. 110.

³¹⁷ IGLESIAS, *Historiadores do Brasil*, p. 60-94.

³¹⁸ GOMES, *História e historiadores*, p. 37.

(...) até o falseamento das manifestações espontâneas do nosso gênio criador”³²⁰. Ribeiro denunciava que a “história escrita com a pompa e o grande estilo da história européia”, privilegiando os agentes da nossa vida externa estava obsoleta. Cintra seguia-lhe o caminho: “Até nisso, nós imitamos os franceses, fecundos na criação de frases heróicas (...)”³²¹. Melo, analisando a história construída por Ribeiro, diz que, para ele,

“Nossa história se fez diferente da história de Portugal. Como todos os países americanos, somos um povo diferente daquele metropolitano que nos colonizou. Este povo é visto como formador de uma nação, dono de uma história que ele mesmo constrói. Daí a busca da História no passado, não como **mestra**, como em [Joaquim Manoel de] Macedo, mas como um tempo histórico remodelado, no qual o passado é o encontro da própria história da nação, é o seu presente e o seu futuro. Daí o encontro da história brasileira com a Inconfidência Mineira; na mesma linha, seguem os modernistas de 1922, com sua paixão pelo século XVIII, pelo Barroco Mineiro - uma arte nacional -, e uma língua desamarrada dos cânones portugueses”³²²

Ribeiro valia-se da *Kulturgeschichte* (história cultural) nacionalista de Freytag³²³, para quem a história serviria para delinear o caráter da nação e dos povos. Enquanto Bomfim se aproximava do materialismo histórico de Marx, Cintra, desejando fazer os documentos falarem, apoiava-se na escola alemã e retornava aos franceses do século XIX: “Na Alemanha, Onken e Mommsen, e na Inglaterra, Roseberry e Schertteton não fizeram outra coisa senão o que fez Taine: colocar acima de tudo a verdade, revelada pela documentação dos acontecimentos”³²⁴. Ao citar Teodoro Mommsen (1817-1903), que legitimava o argumento da raça e da língua, ou o positivismo de Taine (1828-1893), com a raça, o meio e o momento determinantes, demonstrava estar discutindo e colocando em questão a nacionalidade pela tentativa de reviver os acontecimentos e fatos. Mas a que obra de tais autores se remetia, como o influenciaram, que leituras fez, Cintra jamais especificou e se aprofundou. Talvez fosse mesmo incapaz ou não desejasse fazê-lo, já que jornais não seriam locais adequados para discussões teóricas. Cita *Ma défense* de Taine:

“Ao ataque formidável que até repercutiu na Academia Francesa, Taine – o obscuro demolidor de ontem e o glorificado mestre de hoje – não ficou insensível:
- *Que me importam as objurgatorias e as sentenças da crítica oficial?! Há mentiras em nossa história que devem ser destruídas; há falsos heróis, cobertos de louros, e*

³¹⁹ BOMFIM, *O Brasil*, p. 49.

³²⁰ PRADO, *Retrato do Brasil*, p. 240.

³²¹ CINTRA, Assis. À margem da história (Resposta ao dr. Mello Nogueira). *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 2, 14 jan 1920.

³²² MELO, *Senhores da história*, p. 17.

³²³ HANSEN, *Feições & fisionomia*, p. 76.

³²⁴ CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 24.

grandes franceses completamente esquecidos (...) Historio com os documentos na mão: que me respondam assim”³²⁵

Documentos e verdade. O que interessava a Assis Cintra era questionar os méritos da história precedente e desconectar-nos do passado imperial como posto. Mas não como havia feito João Ribeiro, por exemplo. Não pela construção de uma historia que fosse capaz de sobrepor-se a uma outra. Desejava a destruição de uma história ultrapassada, já que mentirosa, a partir daquele mesmo prisma. Assim, fazia na história a mesma ruptura dúbia que executava no campo da filologia. Ao tratar da língua, afirmava que o verdadeiro português não era o de Portugal, mas poderíamos encontrá-la no Brasil, preservada. Idéia puramente romântica. Aquele que escrevera, talvez, o primeiro *Dicionário da Língua Brasileira*, acabava por reafirmar as raízes ibéricas. Da mesma forma, na história, ao desejar revelar o suposto submundo dos falsos heróis, Cintra acabava por ressaltar nosso suposto passado ibérico. Ao contrário da crítica ao “parasitismo” feita por Manoel Bomfim, para quem a elite parasitava o povo, sugando as potencialidades do Brasil - também parasitado pelos estrangeiros - o que interessava a Cintra era vasculhar quartos e correspondências para desvendar os vícios, ambições e delírios dos ícones da história:

“Num dos seus magníficos discursos parlamentares, disse Gladstone que a melhor história, a menos mentirosa de todas, é aquela que resulta do exame atento e minucioso da correspondência nos arquivos oficiais e particulares. E, realmente, Gladstone tem razão. Da correspondência secreta e pública dum homem de Estado o analista e o psicólogo poderão tirar conclusões, senão absolutamente exatas, ao menos aproximadas da verdade”³²⁶

Com isso, ao contrário de destruir como pretendia, levava sentimentos humanos comuns ao que a história celebrativa e política transformaram em pedra e bronze. Reconstruía personagens com sentimentos e defeitos comuns aos mortais, visto no povo que perambulava pelas ruas.

Para Bomfim o presente era revelador. Bastava olhar para ele e compreenderíamos o passado a ser rompido. Para Ribeiro, o passado era libertador e seria postulado como um “*manancial de inspiração. Não se trata de acreditar em retorno, nem em uma concepção de passado (história) como “mestre” do presente e do futuro*”³²⁷. Para Cintra o passado, tal como contado, era ameaçador e negativo, seria necessário refazê-lo. Bomfim condenava o presente, Ribeiro relia e resgatava o passado e Cintra, negando-o, parecia inviabilizar o futuro. Tais pressupostos criavam a sensação de desconhecimento e

³²⁵ CINTRA, *No limiar da história*, p. 125.

³²⁶ CINTRA, *D. Pedro I e o grito da Independência*, p. 1.

³²⁷ GOMES, *História e historiadores*, p. 142.

desconforto quanto às origens da nação: “*um sentimento de inferioridade que precisava ser definitivamente exorcizado*”, afirma Gomes. Daí que, o que ocorrerá, por exemplo, na década de 30 é que o passado “*aparece como uma espécie de fantasma a ser enfrentado, como condição para deixar de assombrar e poluir o espírito nacional*”³²⁸. Somado ao sentimento de desalento com a república, escrevia Vicente Licínio Cardoso, em 1924: “*A república não nos trouxe nenhum idealismo congênito*”³²⁹. Faltava-lhe uma história, apesar de ser este o objetivo de João Ribeiro em seu *Compêndio*. Querendo escrever uma história para um Brasil republicano, Ribeiro, no último capítulo de seu livro aborda exatamente o momento em que a república começa, acabando por escrever uma nova história para o Império.

Com o advento da república, a ABL tomou o lugar que antes ocupara o IHGB, tornando-se a instância máxima de consagração intelectual. Mas é na Academia que também encontramos muitos dos historiadores do IHGB. Se tais membros da ABL buscaram rever e reescrever a história em outros patamares e metodologias, ao passo que os trabalhos produzidos anteriormente permaneciam, a chamada geração modernista buscava invalidar aquilo que encaravam como manutenção da tradição. Era posição própria do momento a intelectualidade modernizadora posicionar-se como vanguarda cultural e política, combatendo um passado eivado de erros, alimentando um imaginário transformador e de rompimento.

Os anos 20 reconheciam um poder e um dever de mudanças em um momento de indefinição social, econômica, política e na descrença do Brasil como nação possível. Dever-se-ia forjar uma nova mentalidade e sentimento de país que abarcasse outros elementos, personalidades e classes sociais, até então, excluídos da construção do sentido de nação que estava posta. Em outros patamares, se deveria expandir o sentimento nacionalista, afirmar os símbolos da pátria e definir qual era, afinal, a história nacional e como escrevê-la. A questão era complexa e o que havia de claro era a perspectiva de se construir outra forma de olharmos nosso passado e presente. Era o que se propunha a vanguarda paulista-modernista, que se situava fora da ABL. É curioso que alguns membros desta geração modernista acabarão por fazer parte da própria Academia em um período posterior. Paulo Setúbal (1893-1937) seria empossado na ABL em 1935, José de Alcântara Machado de Oliveira (1875-1941) em 1933 e Menotti Del Picchia, eleito em 1943. Monteiro Lobato candidatou-se em 1922, sendo preterido pela primeira vez.

³²⁸ GOMES, *História e historiadores*, p. 142.

³²⁹ CARDOSO, *Na margem da história da República*, p. 301.

A escolha do inimigo e a lógica da exclusão

Para alcançar boas colocações e se sobressair, uma das possibilidades seria combater aquela que fora a vanguarda da intelectualidade nos últimos quinze anos do século XIX até 1920. Era lutar contra o que excluía, pela impossibilidade de ser aceito. Esta foi a opção de Cintra: “*Em geral, as críticas literárias em nosso país são feitas atabalhoadamente, sem as necessárias considerações que merecem os livros novos (...). Membros da Academia de Letras há que assassina o gentil idioma de Camões*”³³⁰. A citada matéria do jornal tem a função de elogiar o livro *Alma Cabocla*, de Paulo Setúbal e *Urupês*, de Lobato. Ela revela, porém, mais do que a defesa da língua de Camões. Cintra elege para seu oponente outro filólogo e historiador. João Ribeiro, membro da ABL, chamado por Cassiano Ricardo de precursor do Modernismo³³¹. Na suposta luta heróica de Assis Cintra em revelar as verdades escondidas em uma história marginal, o juiz do tribunal da história³³² condenava aquele ao qual se opunha. Em 1922, encontramos João Ribeiro no jornal *O Imparcial* e Assis Cintra em *O Jornal*, referindo-se àquele como o “*consagrado mestre da Academia Brasileira de Letras*” no artigo *Quando os Deuses Brincam...*:

*“Com respeito a que fazem jus a velhice e a cultura do eminente catedrático de História no Ginásio Nacional (...) O dr. João Ribeiro é imortal de nossa Academia. Gracejou, por certo, pois os deuses do Olimpo tinham o direito de gracejar. E não é o dr. João Ribeiro um Júpiter do Olimpo... acadêmico? Assim sofrem os mortais quando brincam com os deuses.”*³³³.

Portanto, João Ribeiro, a ABL e o Ginásio Nacional (Colégio Pedro II) seriam tudo que havia de mais ultrapassado para ele. Na matéria, defendendo a maçonaria e o trabalho do historiador Mello Moraes, acabava por tomar a personalidade que ficou do próprio Moraes: “*amargo, desgostoso, cético, que via todos que se opunham aos seus projetos e desejos como inimigos, amealhando não só documentos, mas sobretudo desafetos (...) que ele*

³³⁰ CINTRA, Assis. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 12 jun 1920.

³³¹ MELO, *Senhores da história*, p. 100.

³³² CINTRA, *No limiar da história*, p. 51.

mesmo criava”³³⁴. Não só a personalidade que deixava transparecer era próxima, mas a própria concepção da história contada.

Das semelhanças também podemos pontuar o que ficou do trabalho de Mello Moraes para o historiógrafo Jose Honório Rodrigues: “*Mal preparado para os trabalhos a que se propôs*”, achava que “*só ele escrevia verdades*”³³⁵. É bom frisar que Mello Moraes e seu filho também não foram membros do IHGB, portanto excluídos da principal instituição da época. Os auto-elogios, o desejo de deter a verdade da história, não ter sido membro do IHGB e utilizar-se de questionários são características de Mello Moraes, também encontradas em Cintra. Ambos escrevem um livro com o mesmo nome: “*Brasil Reino e Brasil Império*”. Semelhança há, ainda, no fato de ambos terem escrito um livro com o mesmo objetivo: “*A Independência [de Mello Moraes] é um livro anti-José Bonifácio, contra o processo da Independência (...)*”³³⁶, assim como *O Homem da Independência* (1921), livro de Cintra.

Assis Cintra quer resgatar a própria história que Ribeiro havia buscado excluir: “*Estou com Silvio Romero. Perdoe-me o grande mestre João Ribeiro que eu diga esta VERDADE: Mello Moraes foi um notável historiador*”³³⁷ Senhor da verdade, acusava Ribeiro de não utilizar documentos, não percorrer arquivos, não fazer pesquisa. Portanto não seria historiador. “*Disse-me o mestre na livraria Jacinto que fizera a sua História do Brasil EM UM MÊS DE FÉRIAS. Não é portanto obra de averiguação... e sim de repetição. No gênero é um livro admirável.*”³³⁸

³³³ CINTRA, Assis. *O Jornal*, p. 1, 1 abr 1922.

³³⁴ NOGUEIRA, Octavio. “Introdução: Mello Moraes, uma vida polêmica e uma obra questionada”. In: MORAES, *Chronica geral e minuciosa do Império do Brasil*, p. VI.

³³⁵ RODRIGUES, *História e historiadores do Brasil*, p. 94 e 101.

³³⁶ RODRIGUES, *História e historiadores do Brasil*, p. 94.

³³⁷ CINTRA, Assis. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1, 1 abr 1922.

³³⁸ CINTRA, Assis. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1, 1 abr 1922.

Se Ribeiro primou pela interpretação ao escrever seu *Compêndio*, Cintra se referirá ao que faltou a Ribeiro: documentos³³⁹. Como, então, poderia questioná-lo sobre o que viria a ser documento? Para Ribeiro, relatos pessoais, memórias, documentos fora de atas, biografias, jornais e cartas não poderiam auxiliar no constructo histórico. Jornais e muitos dos textos de Mello Moraes não deveriam ser base de pesquisa, teria afirmado Ribeiro³⁴⁰, dando a Assis Cintra o lugar de jornalista e não de historiador. Reafirmando sua posição de historiador, Cintra retrucava. Como Ribeiro poderia questionar o uso que fazia do que chamava documento?

*“daqui há 100 anos um professor de História dirá que o discurso de Rui Barbosa, proferido no Teatro Lírico, é um discurso apócrifo, porque não foi transcrito integralmente em ata alguma, embora fosse publicado na imprensa e em livro”*³⁴¹

³³⁹ Escrevia Ribeiro sobre o livro *Retrato do Brasil* de Paulo Prado: “Os documentos para os pequenos historiadores sem idéias são um manancial de verdades, mas para um homem de imaginação e de espírito como Paulo Prado constituem matéria síntese e generalizações muito contestáveis. Evocam, ressurgem, mas pode-se dizer como de Michelet dizia Taine: je doute” (RIBEIRO, João. Crônica literária: Paulo Prado – Retrato do Brasil. *Jornal do Brasil*: Rio de Janeiro, 26 dez 1928. In: PRADO, *Retrato do Brasil*, p. 224-225).

³⁴⁰ Para uma melhor compreensão do debate e dos pontos de vista, transcrevemos alguns trechos: “Não neguei a existência de “atas” da maçonaria: o que eu disse é que o “discurso integral” de Ledo, publicado pelo sr. Cintra, não está em ata nenhuma, e por isso deixa de ser autêntico. É uma invenção posterior e que não merece crédito (...). O discurso é apócrifo e pertence ao número de outros muitos que deveriam ser feitos e ficaram na garganta. Também não disse que Mello Moraes não merecia fé. Disse apenas que em muitas coisas não o merecia, como sucede a todos nós que repetimos inadvertidamente boatos e notícias; neste caso, especialmente, o “Brasil histórico” de Mello Moraes como era sua intenção dele [(sic)] consiste em materiais, documentos, repositório de memórias alheias de vária procedência. É um valioso subsídio para a história, no qual o autor e organizador entra com muito pouco. Disse mais: que a glória de José Bonifácio não podia ser amesquinhada nem obscurecida pelos seus inimigos pessoais que foram numerosos, nem pelos jornalistas de agora que buscam afrontar a opinião comum a custa de paradoxos, novidades e até bobagens de literatura apressada. Muito menos poderá obscurece-la a personalidade de Gonçalves Ledo, jornalista ousado, agitador mais demagogo que homem de governo que não foi e nem seria nunca. Se a história do Brasil está errada, como proclama o sr. Cintra, teremos antes que chegue o centenário de demolir as duas estátuas mentirosas que aqui simbolizam a Independência. Arrasada a de José Bonifácio, nela se porá a imagem do novo herói. Gonçalves Ledo. A outra de Pedro I ficara vaga, mas, meu caro Cintra, lance mão dela, antes que algum aventureiro...” (grifo nosso) (*O Imparcial*. Rio de Janeiro, p. 2, 4 abr 1922).

³⁴¹ Em outro ensaio, CINTRA, *No limiar da história*, p. 86, pontuará a existência da Ata: “*Livro 1, de atas, ano 1822, Arquivo do Grande Oriente*”. Continua o artigo no jornal, onde Cintra afirma existir a Ata no Arquivo Grande Oriente, sob a guarda do Grão-mestre Mario Bhering. Informa, ainda, que a Ata pode ser encontrada na página 90 de *Historia das Constituições*, na *Exposição Histórica da Maçonaria do Brasil*, páginas 31-41 e livros de Mello Moraes, do visconde de Porto Seguro, Manoel de Oliveira, marques de Abrantes etc. Já a Ata estaria publicada no número especial do *Reverbero Fluminense* de 25 de maio de 1822, no livro *Principais Sucessos do visconde de Cairu* (1825, página 8), na *Historia do Brasil* de Abreu e Lima (tomo II, 1843) e no *Brasil Histórico de Mello Moraes*, de 1864. E escreve: “se eu dissesse, por exemplo, que o dr. João Ribeiro não é mentiroso, mas que em muitas coisas mente, eu não estaria afirmando a “mentirosidade” do dr. João Ribeiro? Eis aí o caso: o dr. João Ribeiro afirmou certas coisas. Contestei-o,

Se documentos deveriam ser a base para o constructo histórico, é fato que se trabalhava com testemunhos, biografias e relatos verbais. O que os distinguiu era a procedência, como era o caso de Joaquim Nabuco, Taunay, Oliveira Lima e Alcântara Machado, membros da ABL ou do IHGB. Mais do que construir uma relação direta com o leitor, que validaria suas afirmações, havia-se de ter a necessária relação com o campo que se organizava. O historiador, antes que se preocupar com supostas verdades, deveria mostrar-se confiável e seu trabalho merecer crédito. Ribeiro aconselha a Cintra que um reformador da história não conseguiria substituí-la por intermédio de polêmicas que gerassem artigos em jornais, se desdobrando em sucesso e dinheiro:

*“Se realmente o sr. A. Cintra quer reformar a história com esses processos... de oitiva [(oitiva: escuta, audição)], à porta das livrarias, perderá o seu tempo, mas ganhará talvez, alguma coisa na imprensa que paga para qualquer literatura. Ainda quando tivesse colhido no ar aquelas proposições, cumpria-lhe por simples dever de probidade submetê-las a meu juízo. As proposições que me atribui o sr. Assis Cintra são falsas ou infieis.”*³⁴²

A história da nação não poderia ter seu valor medido pelo preço em dinheiro. Portanto, Cintra seria um construtor de mercadorias para consumo, longe das instituições que poderiam lhe legar um lugar na historiografia.

Em outro artigo, reproduzido em parte na *Revista do Brasil*³⁴³, Cintra compara-se a Evandro, descobridor dos vícios humanos dos deuses do Olimpo, referindo-se a Ribeiro. O conhecimento e a descoberta dos fatos particulares desconhecidos, satisfariam os desejos das revelações necessárias, pelo descortinar das verdades mais verdadeiras e a destruição dos mitos que revelaria os mistérios da história:

“Pois, senhores, encontrei um Júpiter com um olho só, soberano divino que, quando engasga, não maneja o raio, mas atira calhaus e injúrias como os garotos de nossas praças. (...) o ilustre e eminente catedrático de História do Colégio Pedro II

baseado nos documentos e em livros valiosos. O mestre voltou ao assunto, desta vez nas colunas do Imparcial (...) Disse ele que tivera comigo uma conversa fútil e breve. Não é mentira... mas é inverdade. Uma discussão entre dois professores de História, não é conversa fútil...”(CINTRA, Assis. *O Jornal*. Rio de Janeiro, p. 1, 13 abr 1922).

³⁴² RIBEIRO, João. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, p. 2, 4 abr 1922.

³⁴³ CINTRA, Assis. *RBR*, n. 78, p. 169-170, jun. 1922.

*respondia a um artigo meu. Li, reli e tresli o que o dr. João Ribeiro escrevera. E, confesso, imediatamente eu comparei o Júpiter da Academia de Letras do Brasil com o da Helade (...)*³⁴⁴

Quanto ao ocorrido antes do primeiro artigo, não poderemos observar e analisar as ironias, sarcasmos e o tom das palavras que se perderam no ar, quando a polêmica verbal à porta da Livraria Jacinto se desdobraria em matéria de jornal³⁴⁵. Mas, na réplica de Cintra, identificamos que havia uma platéia no local de encontro comum da intelectualidade: a livraria. Se a polêmica vendia jornais e o autor artigos, havia um mundo restrito ao qual deveria ser apresentado um desfecho argumentativo. Para Cintra, o espaço era o jornal, onde combateria a História que chamava oficial, com seus documentos das mais diversas procedências. Mas haveria também uma certa ética no meio da “república das letras” que deveria ser respeitada. É o que Ribeiro reclama sobre o artigo escrito por Cintra: *“Não costume guardar papeladas de irresponsabilidade, tanto mais quando derivam de uma folha que por decoro e ingênita pudicícia, não devia consentir na articulação de meu nome”*³⁴⁶. Com tom panfletário, o alvo de Cintra era João Ribeiro e seu Compêndio, publicado em 1900, que era a obra mestra utilizada nas salas de aula e que trazia a suposta *“verdade histórica a quem a conhece somente através da rotineira sabedoria oficial”*³⁴⁷, argumentava Cintra. Quais nomes faziam parte da sabedoria oficial a qual se refere? Ele mesmo responde: *“Tal é a afirmação da sabedoria oficial, através dos grandes ensinamentos Rocha Pombo, João Ribeiro, padre Galanti, Jourdan, Schneider, marechal Boumann e outros. Dizemos nós tais historiadores mentiram, a sabedoria oficial mentiu!”*³⁴⁸. Da sabedoria oficial, Cintra revela suas características: *“sabedoria oficial, expressa em críticas pedantes e injustas. E diziam os doutores das repetições autorais, com*

³⁴⁴ CINTRA, Assis. RBR, n. 78, p. 169-70, jun 1922. Hélide, na antiga Grécia, era o local para onde os mortos se encaminhavam.

³⁴⁵ “(...) O dr. João Ribeiro nega que tivesse feito as proposições que eu lhe atribui, e mesmo negando, sem o querer, as confirma (...). Diz o mestre que as proposições que lhe atribuí são falsas. (...) depois de as ter feito oralmente na presença dos drs. Pontes de Miranda e Brito Mendes”. (CINTRA, Assis. O Jornal. Rio de Janeiro, p. 1, 13 abr 1922).

³⁴⁶ RIBEIRO, João. O Imparcial. Rio de Janeiro, p. 2, 4 abr 1922.

³⁴⁷ CINTRA, D. Pedro I e o grito da Independência, p. 230.

³⁴⁸ CINTRA, No limiar da história, p. 31.

a solenidade de suas cátedras e de suas láureas”³⁴⁹. Para ele, são aqueles aceitos pelo meio, membros de instituições de renome e famosos. Como Varnhagen:

*“Varnhagen, quiçá propositadamente, só transcreve documentos contra Calabar, esquecendo aqueles que o enobreceriam e dignificariam aos olhos dos posterios. E chegava mesmo a apresentar alguns impiedosamente truncados. (...) Assim, a alternativa se impõe: ou Varnhagen estudou a figura de Calabar, dominado por uma paixão de historiador, e neste caso errou, e sua sentença não é inapelável ou a estudou deficientemente, e neste caso cumpre completá-la”*³⁵⁰

Logo, os historiadores oficiais seriam aqueles que possuíam uma intenção subliminar e não revelada. Um a priori em seu olhar sobre a história e se deixavam dominar pela paixão. Aqueles ligados a governos que, em alguma época, detiveram cargos públicos e ocuparam postos em instituições governamentais ou mantidas pelo governo, seja imperial ou republicano. O que escreviam trazia uma intenção escondida. Assumindo a posição marginal, supostamente fora dos quadros governamentais, Cintra seria aquele que poderia dizer a verdade, já que não absorvido pelo grupo.

Personalizar, em João Ribeiro, todo um passado que supostamente estaria ultrapassado, era a reação própria daquele que reconhece a importância do trabalho do outro. Como explica René Rémond: *“(...) o historiador é sempre de um tempo, (...) mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época. (...) pela irradiação de alguma obra-mestra”*³⁵¹. Opor-se, porém, às instâncias que legitimavam a História trazia outras ameaças.

Contrário ao que havia de melhor na historiografia, alcançou seus objetivos, em parte. Fez o contra-discurso, afrontou instituições chanceladoras, revelou uma história que não caberia nos livros escolares, formadores da idéia que se queria para a pátria brasileira. Tornou-se um historiador avesso aos ventos conciliatórios, invertendo a história, em busca do que considerava a verdadeira alma brasileira, a qual não se apresentava de forma positiva. Fez sucesso. Escreveu e vendeu. Mas não foi aceito.

³⁴⁹ CINTRA, *No limiar da história*, p. 125.

³⁵⁰ CINTRA, *No limiar da história*, p. 41-42.

³⁵¹ RÉMOND, *Uma história presente*, p. 13.

Sempre haverá o intelectual marginal, cuja diferenciação se dará pela diversidade do público ao qual se remete. O fato de sua produção ter tido maior valor mercantil, talvez se reflita, na linha de reflexão de Bourdieu, na perda de seu valor cultural. Segundo este autor, o produto intelectual jamais poderá ser simples mercadoria, já que seu público deverá ser selecionado e não anônimo. O fato de ter publicado livros cujos próprios títulos já revelam seu direcionamento ao mercado, valeu-lhe a acusação de ter gosto “fácil” pela polêmica, senão pecuniário. Reforçava o autor: “*Houve mês, como o de maio do corrente ano, em que quatro livros meus vieram à luz. Os contos de réis das edições, e os cinqüenta mil réis por artigo que os jornais e revistas me pagavam, seduziram-me*”³⁵². Isto distinguirá o intelectual do vulgo. O campo do erudito tem normas de produção a serem seguidas e critérios de avaliação do que é produzido.

*“Se os intelectuais e os artistas sempre encaram com suspeita, e também com certo fascínio, as obras e os autores que se esforçam por obter ou de fato obtém sucessos estrondosos (...) isto ocorre por que a intervenção do “grande público” chega a ameaçar a pretensão do campo ao monopólio da consagração cultural.”*³⁵³

Contudo, devemos estar conscientes que há um submundo intelectual a ser conhecido, revelando a diversidade e o caráter polissêmico da construção cultural e da construção historiográfica. A historiografia durante muito tempo relegou e desconsiderou posições interpretativas opostas àquelas que deveriam orientar as abordagens dos historiadores, considerados como tais por seus pares. De um lado, a insistência nos elementos comuns e homogêneos e, de outro, a diferenciação entre um patamar cultural mais popularesco, próprio de autores como Cintra, que se dirigia exclusivamente a um público leitor, produzindo um material descartável pelo jornal e, por outro, uma cultura oficial mais erudita, gerando trabalhos de maior nível que seriam chancelados pelas instâncias legitimadoras. O que não se considerou foi a circularidade e a troca entre universos distintos, constituindo uma cultura histórica, permeada pela troca e convivência

³⁵² CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 7.

³⁵³ BOURDIEU, *O mercado de bens simbólicos*, p. 107.

de elementos diversos no próprio campo intelectual. Diante de tal polifonia na produção intelectual do período, aqueles que não se encaixaram na construção da historiografia brasileira foram descartados, já que ela deveria ser constituída por grandes obras reconhecidas como tal. Os desconectados com a história tornaram-se, eles próprios, marginais à historiografia que não soube onde encaixá-los.

A idéia é que o escrito deve também se direcionar aos pares e não somente ao consumidor. Lutar contra os critérios que definem o exercício legítimo de uma prática intelectual, afirma Bourdieu, não carregará os significados das marcas de distinção e, portanto, não será significativa ao campo. Não será validado, já que os procedimentos de distinção devem ser reconhecidos e o produtor deve se reconhecer no manejo prático ou teórico de um código refinado a ser decodificado pelos pares, cuja função é a transmissão seletiva dos bens culturais efetuados pelas instâncias de autoridade.

Na década de 20, o campo da História está ainda indefinido. Os intelectuais estarão se valendo de outros espaços e profissões para a complementação financeira. Para se destacarem era necessária a criação de artifícios para se manterem em destaque. Dependendo de quais utilizassem e coadunando com sua produção, tais diferenciações facilitarão a exclusão do meio, através dos julgamentos posteriores³⁵⁴. Se algum sucesso era associado ao dinheiro, ao mesmo tempo, a história de jornal prescindia das instituições chanceladoras, já que o autor se remetia, diretamente, ao público leitor e não se submetia ao julgamento de seus pares, ou das instâncias de legitimação.

Cintra será, em sua própria época, identificado com a produção exclusivamente pecuniária, afastando-o em demasia da produção erudita. Lembremo-nos das palavras de João Ribeiro: “*Se realmente o sr. A. Cintra quer reformar a história com esses processos... de outiva, à porta das livrarias, perderá o seu tempo, mas ganhará*

³⁵⁴ Com tal avaliação, pensamos nos textos de pouca repercussão, publicados por Sergio Buarque de Hollanda no jornal *A Noite* na mesma década de 20. Assis Cintra, ao contrário, despertava o interesse de diversos jornais com seus textos contundentes.

*talvez, alguma coisa na imprensa que paga para qualquer literatura*³⁵⁵. Quando escreve, Ribeiro está determinando qual o lugar que Cintra deve ocupar. Uma história tida como de consumo fácil e imediato, como os próprios jornais. Uma subliteratura. O próprio Cintra parece que já o pressentia em sua época; daí suas agressões às possíveis instâncias legitimadoras, no caso a ABL. Os agressores reconhecem a legitimidade dos veredictos dados por estas instâncias e sofrem pelo não reconhecimento pessoal. Por isso, escrevia Cintra, desprezando a consagração do campo que pretendia se inserir e avivando seu autoperpersonagem quixotesco:

*“Urge que se remodele nossa história. É certo que o investigador que isso tentar sofrerá os ataques formidáveis das vestais da tradição, acordadas pelo grasnar dos gansos capitolinos de nossa História. (...) Os ledores amontoarão citações dos mestres consagrados: a multidão ignara bradará ao atrevido - Demolidor, onde puseste nosso patriotismo?(...) E se não for um forte, o evangelizador da verdade histórica baqueará, vencido e humilhado. Acodem-nos tais considerações ao pensarmos no quanto teremos de sofrer na estrada que iremos trilhar”*³⁵⁶

Uma dramatização que nos revela a própria *“impossibilidade de excluir o que exclui, única maneira de excluir a exclusão”*³⁵⁷. Era mesmo a busca de uma *“contralegitimidade isenta do reconhecimento da legitimidade recusada”*³⁵⁸.

Temos em conta que, mais do que hipóteses e teorias, as questões de fundo que permeiam qualquer construção histórica e historiográfica gira em torno da relação que o historiador tem com as fontes, com seus pares, da sua concepção de mundo, da história e do seu tempo. O que Cintra produz é referenciado por suas peculiaridades e preferências. Importa saber qual seu possível suporte teórico, de que técnicas valia-se, quais suas contribuições para o campo, o que trazia de singular, qual sua proposta para a história, que período enfocou etc. O que ficou de si e de seu trabalho dependeu da forma como as instâncias legitimadoras, que se delineavam nos anos 20, o acolheram. O que ficou é o que as instâncias permitiram e distinguiram como um trabalho que valia a pena ler e reler.

³⁵⁵ RIBEIRO, João. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, p. 2, 4 abr 1922.

³⁵⁶ CINTRA, *No limiar da história*, p. 125.

³⁵⁷ BOURDIEU, *O mercado de bens simbólicos*, p. 132.

³⁵⁸ BOURDIEU, *O mercado de bens simbólicos*, p. 132.

Como se houvessem produções legíveis e ilegíveis, diferenciando o que valia a pena retomar ou esquecer. O que aventamos é a necessidade de um outro olhar crítico sobre o mundo da produção historiográfica brasileira nos anos 20 e 30. Torna-se imprescindível tal exame e análise para preenchermos algumas pequenas lacunas, ainda que de menor importância, para evitar um quase messianismo historiográfico que faz surgir de lugar algum Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Junior, como nos traz a análise de Antonio Cândido na Introdução de *Raízes do Brasil*, livro de Sergio Buarque de Hollanda. Para evitar que tal ocorra, é necessário preencher os espaços menores. Seja com o peso das propostas de Manoel Bomfim ou com “*ridículos entremezes*”³⁵⁹ de Assis Cintra.

Ao publicar seu primeiro trabalho pelo jornal, Assis Cintra era desconhecido no mundo editorial e jamais se ligou a alguma instituição importante de sua época. Fez um trabalho independente, não sendo membro da ABE - Associação Brasileira de Educação - fundada em 1924 -, de qualquer um dos Institutos Históricos ou da Academia Brasileira de Letras. Não fazia parte das instituições que poderiam legitimá-lo posteriormente como historiador. Como todos os momentos de crise, aquele possibilitou o surgimento de novas idéias e propostas que trouxeram mudanças no olhar da sociedade brasileira sobre si. Diversos intelectuais que fizeram parte do mesmo contexto, trouxeram contribuições, mas não foram considerados como relevantes. Existem tentativas de se explicar tais silêncios. Assim como fez Francisco Iglesias, ao abordar Manoel Bomfim e se referir a Cintra de passagem³⁶⁰, Ronaldo Conde Aguiar questiona o fato de Bomfim ter ficado tanto tempo excluído da historiografia brasileira. Aguiar responsabiliza o “*atávico hábito brasileiro de repudiar a memória nacional*”, construindo uma “*hierarquia de relevância*” imposta pelo pensamento brasileiro. Essa “*escala de prestígio não se altera, mas tende a se perpetuar e se reproduzir, cristalizando julgamentos e valores. (...) Escrever sobre os chamados ícones do pensamento social brasileiro [(seria a)]*

³⁵⁹ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 51. Entremezes, no teatro, é a farsa em um só ato, de estilo jocoso. É também como se chama o entreato.

³⁶⁰ IGLESIAS, *Historiadores do Brasil*, p. 133.

demonstração explícita da competência de quem soube escolher a quem estudar e sobre quem escrever”³⁶¹. De Luca fala do hábito de se querer retirar do anonimato “*este ou aquele autor*”. Mas também acusa os historiadores de aceitarem linearidades simplificadoras, preocupando-se demasiadamente com questões políticas e sociais, enquanto a história cultural e intelectual ficou em segundo plano: “*A versão elaborada pelos novos detentores do poder no campo cultural foi aceita de bom grado pela historiografia, que prestou importante colaboração no sentido de consagrar a voz de um no lugar da fala de muitos*”³⁶².

Retomando a frase de João Ribeiro, sobre o fato de a imprensa comprar “*qualquer literatura*”, o que tínhamos então era um debate situado em um momento limiar de transposição, quando os historiadores ou profissionais reconhecidos começariam a deter o monopólio do processo de construção histórica. Mesmo atuando com outros agentes, que não serão considerados como homens do *métier* e, portanto, fora do campo intelectual que se sedimentará, estarão criadas as diferenciações “*entre a liberdade criadora e a lei do mercado, entre os imperativos sociais que orientam de fora a obra e as exigências intrínsecas da obra que quer ser compreendida*”³⁶³. As novas regras da disciplina histórica quererá diferenciar as obras criadas “*por seu público e aquelas que tendem a criar seu público, em suma, entre os simples comerciantes e os “criadores” autênticos*”³⁶⁴, demarcando esferas distintas, a favor da defesa contra o desencantamento do campo da produção erudita, a partir de suas normas de consagração estabelecidas. Um campo em processo de delimitação, formando suas próprias regras e excluindo o que não é adequado ao modelo.

Veloso, ao analisar as revistas de charge nos anos 20, nos dá uma idéia da diferenciação entre a produção destinada ao mercado consumidor e os trabalhos eruditos,

³⁶¹ AGUIAR, *O rebelde esquecido*, p. 213.

³⁶² DE LUCA, 1998:23-24.

³⁶³ BOURDIEU, *O mercado de bens simbólicos*, p. 140.

³⁶⁴ GOMES, *História e historiadores*, p. 158.

que passavam a ser vistos como produções antagônicas. É fato que nenhum dos grupos de intelectuais se mantinha à margem do jogo de mercado, mas o que propomos é que tal diferenciação não se limitava a tais publicações. Ao comentar uma charge na qual o intelectual, sentado em uma cadeira, tinha sua cabeça espremida por uma máquina e cujo objetivo seria sugar sua criação intelectual para que o editor pudesse vendê-la ao público leitor, comenta a autora:

*“É evidente a crítica ao regime que consagra o mercado, a exploração, a alienação, o consumismo (literatura-deleite) e, sobretudo, a padronização dos valores em detrimento da criatividade intelectual. Na referida charge, fica clara a crítica a marginalização do intelectual, só que agora com uma agravante: além de marginalizado, o intelectual na sociedade moderna passa a ser manipulado brutalmente pelas demandas do mercado”*³⁶⁵

O que levamos em conta é que havia uma fila de espera à porta do editor. Diante de tal contexto, exigia-se construir uma escala de valores dentro desta “submarginalização”, que diferenciaria a sobrevivência física, do enriquecimento ou da “parolice”. É a idéia que permanece ainda, repetida em diversos trabalhos, sobre o fato de determinados intelectuais de suas respectivas épocas terem de exercer atividades paralelas para sua manutenção, seja nos jornais e revistas, seja em escolas ou empregos públicos, para que pudessem manter sua atividade principal: pensar/criar/escrever. É o caso de Machado de Assis, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Carlos Drummond de Andrade, Olavo Bilac etc, funcionando como um contraponto explicativo e diferenciador do intelectual que se submetia ao mercado para poder exercer sua atividade criadora e aquele que somente se submetia ao mercado. Mas se havia um mercado em potencial, o veículo próprio e mais rápido da época era o jornal diário.

Entre a literatura e a história

A história de jornal prescinde das instituições chanceladoras, já que se remete diretamente ao público leitor, desviando o estudioso dos possíveis campos aos quais

³⁶⁵ VELLOSO, *Modernismo no Rio de Janeiro*, p. 158.

desejava se inserir. Dependendo do sucesso de uma história vendável, o uso de um espaço, como o jornal, pode levar o pretendente a intelectual decair para uma posição marginal enquanto fabricante de mercadorias. Este foi o percurso seguido por Assis Cintra ao trabalhar a história. Não com o “furo” jornalístico, mas como um “furo” histórico onde, em primeira mão, revelaria os desejos, sonhos e obsessões escondidas dos “personagens de nossa história”, como um quadro surrealista. O sensacionalismo gerado por revelações históricas inimagináveis caberia no espaço do jornal e ao crescimento das tiragens diárias. Por isso alertava Mello Nogueira aos leitores de Cintra:

“Ninguém deve aceitar, sem prévio e minucioso exame, as flexilóguas narrativas históricas que não se encontrem abastadas de documentos inconclusos (...) por estas e outras é que não podemos dar inteiro crédito a tudo que os jornais publicam. O jornal é feito as pressas e para durar pouco”³⁶⁶

Tais críticas iniciais já demonstram toda avaliação de seu trabalho: fragmentado, inconcluso, disperso, negativista, apressado, sem estudo minucioso, uma compilação e, principalmente, feito em um espaço inadequado. Dos abusos de artifícios possibilitados pelos jornais, a crítica lhe era severa e vale apresentá-la na íntegra:

“A propósito dos estudos de português no Brasil, dissemos em nosso último número, nesta seção, que retrogradamos visivelmente, perdendo-nos em bizantina minuciosidade, sem espírito, sem visão de conjunto, em obras fragmentárias e dispersivas, reveladoras de um esforço desorientado e improfícuo. Na História, o mesmo mal: - a dispersão, o critério material do documento, o fanatismo da letra, a estreiteza do negativismo. A mesma falta de espírito, que diminui os gramáticos, pouca os historiadores. Assim como aqueles naufragam num mar de citações clássicas, estes desaparecem num amontoado de documentos.

O historiador deixou de historiar, na certeza de que a História está feita... nos arquivos. Ora, o testemunho dos arquivos para o historiador vale tanto como os fenômenos astronômicos para o astrônomo. A vida sideral está aí no espaço como a crônica dos povos está nos cartórios. É preciso observá-la, descobri-la, estudá-la, deduzir-lhe as linhas gerais e apurar-lhe a essência. Imagine-se porém que, em vez disso, o nosso astrônomo se limitasse a “transcrever” no papel os fatos

³⁶⁶ NOGUEIRA, Mello. Excogitações históricas – Quem matou Solano Lopes? *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 2, 17 jan 1920. Sobre os debates pelo jornal, ver o *Correio Paulistano* entre 19 de janeiro de 1920 e 6 de junho de 1920.

da vida cósmica... Como Einstein teria chegado a renovar a concepção do universo? E a física celeste é a mais positiva das ciências...

Ciência apenas conjectural, a História não pode restringir-se ao documento frio, seco, estéril. Cumpra julgá-lo, interpretando-o, isto é, dando-lhe o devido valor perante a razão e o juízo crítico. O testemunho mais cabal e peremptório nem sempre é o que mais vale. A própria confissão de um crime pode ser nula, perfeitamente nula... A documentação histórica, por si, não analisada, não estudada também pode valer absolutamente o que vale a confissão do réu.

E os nossos historiadores a afirmar, de pés juntos, com as “provas” na mão, as mais destemperadas verdades como essa da covardia de Tiradentes...

Decididamente, o trabalho do historiador não é o do escriba. É função do pensamento e do engenho. Supõe assimilação e criação. É obra de arte e é ciência. O resto é função tabelio de oficial juramentado, que faz fé mas não ajuíza.

A civilização e a cultura do ocidente chegaram a fins muito diferentes.

“Em Orient – disse Renan - rien que des compilateurs; ils juxtaposent. Ils devorent les documents antérieurs, ils ne les digèrent pas. Ce qu'ils devorent est tout entier dans estomac: vous pouvez retirer les morceaux”

“Tiradentes perante a História” é um livro assim: -documentos amontoados e não digeridos, que permanecem intactos. Para o autor, Tiradentes é covarde porque negou três vezes a conspiração. Três vezes! – a prova ali está: é o próprio processo, em sua linguagem taxativa. Que negasse por lealdade à causa e aos companheiros, por política e por astúcia, pouco importa a quem levantou a preciosa lebre da covardia do herói. Que negasse por humana fraqueza mesmo, sacrificando-se depois gloriosamente, que importa?

O nosso historiador tem ali o seu codigozinho de honra, com todos os seus artigos, parágrafos, alíneas. É mais do que um código. É um código reduzido a um aparelho métrico de dignidade. Toma-se o freguês e coloca-se na máquina de Procusto moderno... Tiradentes coube demais dentro dela. Que fazer? É simples: encher os claros como o Tiradentes “covarde”...

Mas porque não se prova que Silva Xavier morreu no ano da Independência, afogado em Mar de Espanha?

Estamos no ano do Centenário. Ainda é tempo.”³⁶⁷

Devorando documentos e expelindo fragmentos, como uma antropofagia mal digerida, nos moldes do modernismo, os documentos por si só reduziram a análise a um resultado inconcluso. Um negativismo a priori não lhe deixaria perceber as entrelinhas da documentação. Não se construiria pela simples destruição que nada colocaria em seu lugar. O rompimento, por si só, seria improfícuo. O que ocorria de fato é que a estratégia de Cintra estava exatamente naquilo que recortava para apresentar ao público leitor. Os artifícios para fazer da história objeto de consumo pelos jornais foram bem construídos.

³⁶⁷ [sem autor]. RBR, n. 78, p. 169-160, jun 1922.

Para tanto, era necessário um personagem. Se Del Picchia travestia-se de Hélios, se Alceu Amoroso Lima tornava-se Tristão de Athayde, haver-se-ia de criar um personagem subliminar também para Assis Cintra. Desejando ser o precursor de uma nova história, aproveitou-se dos preparativos para as comemorações do centenário da Independência, iniciados em 1920, para abrir os espaços que lhe disponibilizaram os jornais. Posicionou-se como um cavaleiro solitário, lutando contra moinhos de vento. Tudo para que seu público leitor se deliciassem com as lutas travadas contra a intelectualidade, na qual desejava se inserir. Cintra construía o personagem de si mesmo. Era um cavaleiro medieval, revela-nos em *O Amadis*, matéria escrita para o *Correio da Manhã* e ausente de seus livros. Afirmava ter sido *O Amadis de Gaula* o primeiro romance traduzido para a língua portuguesa, o qual reconstituiu “com o auxílio do dr. Silveira Brasil e do alfarrabista Giácomo Puglimi (...) Era uma obra inútil, condenada ao fogo na Biblioteca do Vaticano”³⁶⁸. Trata-se de romance de cavalaria gaulês, famoso no período medieval, cujas referências encontramos em *Dom Quixote de la Mancha*. Afirmava o personagem Nicolau, evitando que o romance fosse lançado ao fogo: “Parece coisa de mistério esta porque, segundo tenho ouvido dizer, este foi o primeiro de cavalarias que em Espanha se imprimiu (...) e devemos condenar ao fogo”³⁶⁹. Era a mesma afirmação de Cintra em relação à primeira publicação para a língua portuguesa. Se *O Amadis* foi por duas vezes salvo das fogueiras, é fato que Cintra não estava acompanhado de seu fiel escudeiro Sancho, mas de Silveira Brasil, também historiador. O personagem, que desejava construir para si, seria aquele que tivesse de passar por todas as provas do herói mitológico, superando os enganos e encontrando a si mesmo. Seu personagem, como um Dom Quixote, era um anti-herói, fora do lugar e do tempo, uma outra história, de um anti-historiador. Seu diálogo com o modelo que cria é o próprio resultado de seu trabalho. Quixotesicamente

³⁶⁸ CINTRA, Assis. *O Amadis*. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 26 jun 1920. A primeira tradução teria sido o poema francês *Percivale*, relatando a busca do Graal (CINTRA, Assis. “Um monumento Literário – A mais Velha Tradução Portuguesa”. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 1, 10 jun 1920).

³⁶⁹ CERVANTES, *Dom Quixote de la Mancha*, p. 32-3 e 50.

enfrenta os grandes intelectuais, que pensavam nossa história, para despir o mundo das aparências. A verdade estaria no não revelado e só o verdadeiro intelectual poderia assumir a posição de destruidor, fazendo a redenção da nação real com a nação imaginada, mas não construída.

Nossa intenção é observar como o Cintra historiador estava embebido pela literatura romântica e cavalheiresca, que o levava a encarnar determinados personagens que oferecia para a posteridade. E em tais atitudes existem outras implicações. Mônica Pimenta Veloso bem aponta o que vem a ser a figura quixotesca na década de 20. Seria aquele que carrega os valores do sonhador: altruísmo, sacrifício, combatividade, idealismo “*e, sobretudo, algo que escapole ao chamado senso comum*”. Um *outsider*. Guia e defensor de uma outra ordem, membro da vanguarda social, se destacando “*do conjunto da sociedade, se dispondo a construir outra ordem, não importa se imaginária ou não*”. Revela o ressentimento social do solitário Quixote, carregando a mágoa daquele que não se sente reconhecido pelos seus projetos³⁷⁰. Assim, sua história política que se desejava nova, baseada em documentos, corria o risco de desviar-se para a abordagem anedótica, irônica e ridícula, como Cervantes, confundindo a imaginação com a ficção, para o constructo histórico. E pela ficção não se chegaria à verdade, mas ao absurdo, à pura literatura e ao formato folhetinesco propiciado pelos documentos. Seu personagem quixotesco corria outros riscos. O esforço justiceiro se mistura ao patético, já que inatingível. Assim escrevia em sua despedida em 1928: “*Daí o motivo e muito plausível de ter eu agora expulsado da minha alma o reinado, hoje absurdo, de um D. Quixote, para nela implantar a saborosa e supimpa república de Sancho Pança*”³⁷¹. Sua frase retrata uma visão romântica da modernidade que se transforma em algo caricatural e grotesco. O historiador arriscava-se a ser, ele mesmo, o símbolo do ridículo. Devemos recordar que na disputa entre Rio de Janeiro e São Paulo enquanto liderança política capaz de exercer o seu papel condutor da

³⁷⁰ VELLOSO, *Modernismo no Rio de Janeiro*, p. 12-15.

³⁷¹ CINTRA, *Histórias que não vêm na história*, p. 15.

nação, “a categoria “*seriedade*” vinha diretamente associada à idéia de ordem e de responsabilidade”³⁷². Quem desejava ser encarado como responsável, confiável, não deveria buscar destruir daquela maneira, já lhe alertava João Ribeiro. O risco do profissional - que almejava participar do meio intelectual - de decair da adjetivação da seriedade para a fanfarronice, carregava inteiramente o sentido da exclusão, inviabilizando-o de exercer o papel de historiador.

Suas “notícias da história” levavam-no, por vezes, às portas da interpretação literária do folhetim. Fazia a construção histórica com um novo sentido a partir de outros olhares sobre os documentos. Partia da maravilha despertada pelos personagens movendo-se no palco, como visualização de fragmentos confusos, cuja função do intelectual seria lhes dar um sentido, ordenando-os e descobrindo o novo. Era como encarava a história:

*“Se abriremos os reposteiros da História, escrevia no século passado o famoso investigador Emilio Gebbart, coisas espantosas irão surgindo aos nossos olhos como os quadros de um mágico caleidoscópio. Na história do Brasil os episódios ocultos nos bastidores são de tal modo impressionantes que, contados aqui e além, parecem pura invencionice do narrador”*³⁷³

Como uma caixa de Pandora, abrindo as maravilhas do ridículo ou do drama, ultrapassava o limite dado pelo fim do documento. Em um misto de mágico e lógico, haveria algo mais a ser explorado. Alcançava um outro final, para além dos Compêndios, dando à história outro sentido além do usual. No jornal, que o certificava para trabalhar a história como intermediária da literatura e notícia, emitia opiniões a todo momento, tomava partido, defendia e acusava, condenava e libertava. Com o uso de fontes documentais, em uma dúbia construção da história, afirmou com o desejo de criar polêmica com João Ribeiro: “*estou reformando a história com verdades... Procuo os documentos publicados ou inéditos, e argumento. Minha história é essa... (...) CONTOS SÃO CONTOS, História é História*”. Mais adiante: “*Mas que fique bem claro e patente: em História eu sou*

³⁷² VELLOSO, *Modernismo no Rio de Janeiro*, p. 15.

³⁷³ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 51.

historiador com os documentos oriundos dos Arquivos. Nos contos procuro contar de acordo com a História”³⁷⁴.

Como separar o joio do trigo em um texto montado como um conjunto de peças e fragmentos, que poderiam produzir desenhos diferentes a cada momento, como um caleidoscópio que criaria imagens e verdades históricas as mais diversas, “*ora com o aspecto dos ridículos entremezes, ora com a feição aterrorizante de tragédias e dramas*”³⁷⁵? Na história, como um teatro, buscava a verdade de outro sentimento possível e a inteligibilidade de uma outra ordem construída. Um caleidoscópio desvelado pela física ótica, que abria novas perspectivas, maneiras de olhar, enganos e ilusões visuais que descortinavam um mundo que não era mais estático e despertando sentimentos que deveriam ser perscrutados. O que poderia surgir de novas luzes, além da verdade, era o documento transformado em romântica ficção, onde o leitor daria o desfecho final. O caos do caleidoscópio confuso é-nos explicado pela distinção que White faz entre literatura e história:

*“Diversamente do romancista, o historiador defronta com um verdadeiro caos de acontecimentos já constituídos, dos quais há de escolher os elementos da estória que vai contar. Realiza sua estória mediante a inclusão de alguns acontecimentos e a exclusão de outros, realçando alguns e subordinando outros. Esse processo de exclusão, realce e subordinação é levado a cabo no interesse de constituir uma estória de tipo particular. Isto é, o historiador ‘põe em enredo’ a sua história.”*³⁷⁶

Ao fazê-lo, Assis Cintra ultrapassava os limites confiáveis. Vejamos um exemplo onde, partindo de um suposto documento, encerraria seu texto com características folhetinescas, ao tratar com um de seus heróis republicanos. Após seu governo, Floriano Peixoto parte para o retiro de morte com a República consolidada. Após escrever sua carta de despedida, “*lágrimas candentes deslizaram-se devagar, pela brônzea face da esfinge*” e diz, em som cavernoso, sua última palavra, “*sua última idéia! - República*”³⁷⁷. O mesmo se

³⁷⁴ CINTRA, Assis. Quando os deuses brincam... *O Jornal*. Rio de Janeiro, p. 1, 01 abr 1922.

³⁷⁵ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 51.

³⁷⁶ Nota de rodapé em WHITE, *Meta-história*, p. 22.

³⁷⁷ CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 152.

repete em outro ensaio. Desta vez, sem a última palavra dita, porém há um “*soluçar comovente que sacrificou o seu lar, a sua saúde, o seu bem estar, em favor de sua terra, das suas idéias, do seu credo político*” e “*quem sabe se lágrimas candentes não se deslizaram devagar*”³⁷⁸. Como se o documento seco pudesse ser umedecido pelo rolar de uma lágrima ficcional, dando sentido à vida do herói republicano, que se revelaria após sua morte ao fim do romance. O leitor deveria participar dela, em um fim e lugar determinados. Retirando a notícia construída pelo jornal³⁷⁹, para reconstruí-la na história, eliminava, ele próprio, a distinção entre o verdadeiro e o falso historiador, deslizando por aquilo que condenava.

Teoricamente ultrapassado em seu próprio tempo, já o alertava Goulart de Andrade: “*Os documentos e as razões expedidas pelo nobre educador não são felizmente bastante fortes que dêem para demolir este altar*”³⁸⁰. Para Cintra, a história mestra, na realidade, era madrasta. Não informando de onde retirou o trecho, repetia Michelet, que supostamente afirmara: “*A história é às vezes madrasta - cobre de louros os que pouco fizeram e obscurece os méritos dos verdadeiros heróis*”³⁸¹. Cintra, se dizendo influenciado por Michelet, quer aliar documentos à imaginação. A preocupação com o uso de documentos fez com que o historiador francês fosse o único a ter acesso aos documentos comunais de Paris, antes que a Câmara Municipal pegasse fogo e os destruísse. A partir daí, ele se tornaria a única fonte para acessá-los. Como afirma Le Goff, apesar de Michelet ser “*um homem de biblioteca, um trabalhador dos Arquivos. (...) o documento, e mais particularmente o documento de arquivos, não é para Michelet, mais que um trampolim para a imaginação, o detonador da visão*”³⁸². O excesso de julgamentos, a fantasmagoria

³⁷⁸ CINTRA, *No limiar da história*, p. 105.

³⁷⁹ Cintra em *No limiar da história*, p. 106, não cita, mas a carta escrita por Floriano Peixoto não pertence a nenhum arquivo e podemos encontrá-la na primeira página do jornal *A Noite*, de 28 de junho de 1920. Ele leu, certamente, o dito jornal e tirou dali o seu ensaio, já que em CINTRA, *Histórias que não vêm na história*, p. 134, se remete a outra matéria do mesmo jornal no dia posterior.

³⁸⁰ ANDRADE, Goulart de. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 1, 6 jun 1920.

³⁸¹ CINTRA, *O homem da independência*, p. 12.

³⁸² LE GOFF, *As Idades Médias de Michelet*, p. 19.

histórica e a visão apocalíptica, desejando interpretar a documentação, fazendo-a falar e tornando a história uma arte literária, fazia com que Cintra retornasse pelo caminho que se buscava abandonar. Uma história romântica, mas também, iconoclasta. Cintra conciliava a história romântica, com o “espírito” modernista. Adotava, por vezes, um estilo literário em uma confusão de valores, cujo objetivo seria invalidar a própria História como estava escrita.

A contribuição dada por Assis Cintra, na desmistificação dos “vultos da história”, teria alguma conseqüência na década de 30. Então a história não mais tratará de acreditar-se enquanto “mestra”. Isto porque tal concepção ficou “*comprometida pela assertiva anterior, que indicava uma tradição bem maior de deméritos que de méritos*”³⁸³. Na afirmação de Ângela de Castro Gomes é que podemos perceber a importância do trabalho de Assis Cintra. Pela necessidade de encontrar um respaldo para suas afirmações nas instâncias de legitimação, buscou-os na primeira metade do século XIX, na França de Michelet, historiador romântico e liberal, que se apoiava muito mais na intuição e na imaginação do que em um suposto enfoque racional e científico. Explicava-se:

*“Eis agora o meu pecado, onde a crítica me espera. Nesta longa análise histórica e moral da criação da feiticeira até 1300, em vez de me prolongar em explicações prolixas, tomei muitas vezes um fiozinho biográfico e dramático, a vida de uma mesma mulher durante três séculos. E isto (notem bem) apenas em seis ou sete capítulos. Mesmo nessa parte, tão curta, será possível perceber facilmente o quanto tudo é histórico e fundado”*³⁸⁴

Procurando uma história épica, carnal e educativa vê, no povo e na nação, o triunfo da liberdade republicana e patriótica. Michelet era antes de tudo um literato³⁸⁵. Para ele, os homens não sabem o que fazem, no ato do fazer. O historiador precisa lhes dar sentido, fazer com que o próprio ator compreenda seus movimentos no palco, explicando

³⁸³ GOMES, *História e historiadores*, p. 142.

³⁸⁴ MICHELET, *A feiticeira*, p. 13.

³⁸⁵ TÉTART, *Pequena história dos historiadores*, p. 81 e 90.

seu enigma não desvendado e ensinando o que queriam dizer suas palavras, atos e silêncios que não compreenderam³⁸⁶. Para tanto, lhes ouve as palavras e os sussurros. Toca-lhes:

*“No silêncio aparente destas galerias, um movimento, um murmúrio que não era de morte. Estes papéis não são papéis, e sim vidas de homens, de províncias, de povo... Todos viviam e falavam. (...) Esta dança galvânica que executavam à minha volta, tentei reproduzi-la neste livro.”*³⁸⁷

Para ele, a modernidade havia destruído um mundo mágico e misterioso, com o triunfo do racionalismo. Ao reclamar da morte dos deuses, título do primeiro capítulo de seu livro *A Feiticeira*, Michelet também fazia uma crítica à própria história que quer tornar-se ciência, ao se referir ao diabo:

*“É que se tem pouca, muito pouca, cerimônia com ele. Enforcam a feiticeira, estrangulam-na, antes de queimá-la. Assim despachada, ela não tem a horrível poesia que a fogueira, o exorcismo e o anátema dos concílios lhe conferem no continente. O Diabo não tem ali sua rica literatura de monges. Não toma impulso, pois, para crescer, ele precisa da cultura eclesiástica”*³⁸⁸

Ao querer explicar o imaginário, a ciência destrói a poesia. Afirma logo em seguida: a conversa de Jesus com santos e anjos não teria graça. Acabariam todos mudos, por falarem a mesma linguagem, abordarem os mesmos assuntos e concordarem plenamente. Era necessário seu oposto, que o desafiava a render um bom diálogo. Também de Michelet, Cintra extraía sua capacidade de julgar. Escrevia Michelet, sobre Robespierre: *“Se uma tirania teve o poder de corrompê-lo é porque era corruptível”*³⁸⁹. E para julgar, achava Cintra, se deveria buscar a vida íntima, onde se encontraria a “alma” do personagem. E é isso que lhe interessava ao evocar o parlamentar liberal inglês Gladston ou Hippolyte Taine.

³⁸⁶ “As personagens aqui não são de maneira nenhuma idéias, sistemas, sombras políticas; cada uma delas foi trabalhada, penetrada, até encontrar o homem íntimo.” (MICHELET, *História da revolução francesa*, p. 31).

³⁸⁷ Citado em TÉTART, *Pequena história dos historiadores*, p. 82.

³⁸⁸ MICHELET, *A feiticeira*, p. 10.

³⁸⁹ Introdução. In: MICHELET, *História da revolução francesa*, p. 17.

O que chamou a atenção de Cintra, em Taine, nos parece, são os entrecchos, as pequenas histórias, o entremez, o “gap” que liga a esfera pública e privada e onde a psicologia do ator, sua personalidade, a alma que o move seria alcançada no espaço que escondia o verdadeiro “eu”: a vida privada. Queria ser Taine, historiador dos silêncios. Diz Cintra:

*“Taine, nas ‘Origines de la France Contemporaine’, vulgarizou a **nova teoria da crítica histórica**. Do estudo dos arquivos públicos e particulares, no manuseio cuidadoso dos relatos dos mestres, da análise arguta e esmiuçada dos acontecimentos, considerando-se num bloco único o meio e o homem, resulta a sentença”³⁹⁰ (grifo nosso)*

Condenar e absolver. Tal seria o propósito de Taine ao afirmar: “*a ciência [positiva] não proscree nem perdoa; constata e explica*”³⁹¹. A psicologia do personagem interessava a Taine, assim como a Cintra, que escrevia em 1920:

“o estudo da individualidade (...), do meio em que viveu e das circunstâncias do momento que o determinaram a agir. É o que se diria uma reconstrução do fato pelo estudo da individualidade, do meio, das circunstâncias, dos documentos públicos e privados”³⁹²

Ainda em 1933, seguia a mesma linha: “*Nestas crônicas procuramos fazer um ligeiro perfil da figura “freudiana” do nosso primeiro Imperador*”³⁹³.

Taine, inspirado nas idéias de Comte, acreditava que o historiador teria que observar os fatos e não a idéia que tem sobre os mesmos. Não um a priori e sim um a posteriori. Para o francês, não poderíamos nos apegar ao que vemos exteriorizado, mas alcançar o âmago do objeto estudado. O autor introduziu a idéia de ser a arte um produto da vida social, podendo ser vista como um documento auxiliar a ser utilizado para se fazer o “retrato psicológico” do indivíduo e de uma época. Os fenômenos psíquicos estariam subordinados aos fisiológicos, estes sim considerados de grande importância, por serem observáveis e analisáveis. Mas pela psicologia se poderia analisar os sentimentos e idéias

³⁹⁰ CINTRA, *Mentiras históricas*, p. 24.

³⁹¹ TAINÉ, *Da natureza e produção da obra de arte*, p. 17.

³⁹² CINTRA, Assis. Correio Paulistano. São Paulo, p. 1, 13 mar 1920

³⁹³ CINTRA, *As amantes do imperador*, p. 7.

que passaram pela cabeça do executor do ato histórico, porém submetendo o observável ao imaginado. Taine faz uma reflexão de natureza mais filosófica que científica sobre a história e a ação humana. Mas, sobre o francês, já naquela época, escrevia Manoel Bomfim:

*“Tonteira de um tainismo “mal digerido, desamparado de critério legítimo” (...) Lá no seu tempo, Taine foi uma atitude de reação e nada mais. Ainda não se calara a sua voz e já se apontavam os seus crimes como historiador, já toda gente reconhecia nas suas teorias de crítica a vertiginosa insuficiência: a de quem pretende julgar as obras humanas como se elas brotassem diretamente de alimentos e climas”*³⁹⁴

A história da qual Cintra pretendia ser o precursor, chamando-a de “nova teoria” era a própria repetição. A história francesa, durante os 150 anos seguintes à Revolução, incumbiu-se da destruição de seus mitos, até que nenhum ficasse incólume perante a suspeição de corrupção ou falsidade. Nas palavras de Michelet, citadas por Hanna Arendt, “os inertes ídolos eram despedaçados e expostos, e reis corruptos apareciam, desvestidos e desmascarados”³⁹⁵. Por falta de um suporte claro que pudesse dar corpo às suas pretensões, Cintra valeu-se das armas que conhecia: Michelet e Taine. Agregava ao seu trabalho o evolucionismo e uma história modelar a ser reconstruída para tornar-se mestra para a vida, ligando o passado e futuro enquanto causa e efeito. Um universalismo negativo que enfocava o sentido da destruição e não como um bastão civilizatório repassado entre as nações em uma corrida rumo ao fim da história, mas onde “os homens passam e desaparecem, gerações sobre gerações; as idolatrias esfrangalham-se, clangorosamente, no transcorrer dos séculos: só persiste sobranceira e invicta, a verdade soberana, que é eterna”³⁹⁶. Um furor iconoclasta, próprio do sentido modernista, onde as questões históricas seriam reveladas pelo espírito humano, personificado na documentação encontrada nos arquivos públicos e particulares. Valendo-se de teóricos os mais diversos, resume seu apoio em um único parágrafo:

³⁹⁴ BOMFIM, *O Brasil*, p. 265.

³⁹⁵ ARENDT, *Da revolução*, p. 78.

³⁹⁶ CINTRA, *O homem da independência*, p. 13.

“Se para César Cantu, a História é apenas uma testemunha dos fatos humanos³⁹⁷, para Roseberry ela é a síntese dum estudo imparcial do homem, do meio e do acontecimento na escala do tempo. O assombroso Taine com suas pesquisas históricas, destruiu a rotina das crônicas francesas. (...) Ensinou que nas dúvidas históricas deverá prevalecer a análise arguta e minuciosa dos documentos do fato, e, de par com isso, o testemunho dos contemporâneos e dos protagonistas. E, aliás, foi essa a diretriz de Momsem, Michelet e Schertteton.”³⁹⁸

Cintra propunha a junção do romantismo de Michelet com o positivismo de Taine. Quer unir o que a história francesa (e alemã) quis separar. Interessava-lhe o quanto documentos poderiam ser destruidores: *“Historio com os documentos na mão: que me respondam assim. (Taine, Ma défense). Diante de uma assembléia notável, Michelet que homenageava um vulto secundário da História da França, lamentou que o povo francês não fizesse justiça a alguns heróis esquecidos”³⁹⁹.*

Mas, como fazer da história um elo de ligação passado/presente/futuro, ao invés de se tornar uma coletânea de documentos apresentados e sem análise se, por intermédio da narrativa, o historiador não poderia fazer o documento falar? Como alcançar a alma nacional necessária ou manter viva uma memória para o futuro? Costa Rego em *O Elogio da Mentira*, alertava Cintra sobre tal dificuldade e mostrava-lhe o caminho:

“A História (...) é insípida e monótona como um areal. A mentira, isto é, a imaginação, o elemento subjetivo, é que a torna simpática e atraente. (...) Michelet (...) deforma a verdade (...) para melhor aperfeiçoar a História. (...) A realidade nunca seduziu; a ilusão sempre foi agradável à vida. (...) Acredito piamente na boa fé e nos delicados sentimentos do professor Cintra, quando procura servir à verdade histórica. Mas há um preceito de vida prática muito antigo segundo o qual nem todas as verdades se dizem”⁴⁰⁰

Cintra e Ribeiro abrem o passado para releitura e reexame. Mostram que a história não é definitiva e pode ser lida por várias perspectivas. Cintra quer reconstituir o passado de forma diferente, para reconstituir também o presente, pelas incongruências entre o que se passou e o que foi relatado. Ribeiro buscava uma perspectiva filosófica e Cintra

³⁹⁷ O livro *História Universal*, de César Cantu, escrito entre 1837 foi muito utilizado quando da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Rio de Janeiro e São Paulo (CAMPOS, *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*, p. 48).

³⁹⁸ CINTRA, *O homem da independência*, p. 15.

³⁹⁹ CINTRA, *No limiar da história*, p. 125.

⁴⁰⁰ REGO, Costa. *O Elogio da Mentira. Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 20 jun 1920.

encontrava outras perspectivas possíveis no documento. Cintra, o senhor da verdade, buscava o desvelamento da alma e Ribeiro, o senhor da história, preocupava-se com um sentido que deveria ser compartilhado pela intelectualidade. O que haveria de se ter era uma teoria. Mas uma teoria contemporânea, como João Ribeiro, e não da primeira metade do século XIX, como Cintra. Se o documento nada diria, era necessário fazê-lo dizer.

A impossibilidade para Cintra estava posta em seu projeto de caminhar sobre os riscos da construção de uma história documentada que fizesse sentido, fosse construtora em sua suposta negatividade e despertasse o interesse do leitor, avivando o nacionalismo sobre outras bases e percorrendo os corredores de Michelet. Uma junção que viria a ser impossível. O que se exigia então era a junção com outras ciências humanas, como fizera Capistrano e Ribeiro por intermédio da Geografia. Como faria Freyre, com a antropologia, destruindo de forma definitiva dois dos mitos da nacionalidade que se arrastavam desde o século anterior: o de ser o trópico espaço inadequado para a civilização e de ser “*o mestiço do europeu e do não europeu incapaz de preservar o essencial daquelas culturas*”, articulando o velho e o novo, o tradicionalismo e o modernismo⁴⁰¹.

Entre uns e outros está Cintra. Por vezes, não no século XX, mas no anterior e não no Brasil, mas na França, embora sempre pensando no Brasil do século XX: “*Se houve na França, uma campanha em favor da verdade histórica conspurcada, porque não a fazemos também no Brasil?*”⁴⁰², questionava, desejando recriar as polêmicas de Michelet e Taine. Era um fio tênue no qual o historiador deveria se equilibrar.

Capistrano de Abreu, que buscava desvencilhar a história da simples exposição de personagens e fatos, opondo-se a Varnhagen, também era leitor de Ranke e Michelet, admirava Taine, que posteriormente abandonaria como teórico, descolando a história dos homens enquanto resultado do clima, do meio e do momento (histórico).

⁴⁰¹ BASTOS, *Gilberto Freyre e a questão nacional*, p. 55.

⁴⁰² CINTRA, *No limiar da história*, p. 125.

Também desejava desvendar a alma dos homens e o espírito dos fatos que moviam a humanidade, como afirma José Honório Rodrigues:

*“Como um verdadeiro historiador, Capistrano era sensível ao espírito do fato. A história não é somente uma questão de fato; ela exige imaginação que penetre o motivo da ação, que sinta a emoção já sentida, que viva o orgulho e a humilhação já provados. Ser desapaixonado é perder alguma verdade vital do fato; é impedir-se de reviver a emoção e o pensamento (...)”*⁴⁰³

Para despertar paixões e sentimentos havia o caminho de se assumir o risco da literatura permanecer aliada da história, nos revelando a cultura, espelho da sociedade. A teoria sustentaria a imaginação controlada.

Estas foram questões próprias da França do século XIX. Após a guerra franco-prussiana, Taine, Fustel de Coulanges e Renan, além de Lavisse, Seignobos e outros se reuniram na *Revue Historique*. Fundada em 1876, estava aberta aos livre-pensadores, judeus, protestantes e franco-maçons, todos republicanos nacionalistas, combatendo os católicos, monarquistas e aristocratas, sendo alguns de seus membros influenciados pela escola histórica alemã de Mommsen e Ranke⁴⁰⁴. Para Coulanges (1839-1889) o melhor historiador seria aquele que se prendesse aos documentos. O trabalho do historiador deveria ser ordenar os fatos, sempre se prendendo aos textos. Porém sua defesa era dúbia já que, na falta dos mesmos, propunha o uso de fábulas, mitos e a imaginação para se “*descobrir alguma coisa de muito real*”⁴⁰⁵. Seignobos e Langlois, críticos da dubiedade de Coulanges e da não verificação da veracidade dos documentos que manipulava⁴⁰⁶, buscavam encontrar um termo que explicasse a imaginação:

“Toda imagem histórica contém, portanto, uma forte dose de fantasia. O historiador não pode eliminá-la, mas pode calcular os elementos reais que entram nas imagens (...) Com os traços esparsos nos documentos, formamos imagens (...) verificamos que

⁴⁰³ RODRIGUES, José Honório. *Explicação*. In: CAPISTRANO DE ABREU, *Capítulos de história colonial*, p. 10.

⁴⁰⁴ REIS, *A História entre a filosofia e a ciência*, p. 16.

⁴⁰⁵ MICELI, *História, histórias*, p. 153-55.

⁴⁰⁶ SEIGNOBOS & LANGLOIS, *Introdução aos estudos históricos*, p. 102 e 107.

*muitas lacunas existem (...) tentamos, então, preencher algumas, por meio de raciocínios, construídos sobre fatos conhecidos*⁴⁰⁷

Desta forma, a imaginação era transfigurada em raciocínio, pela aliança do intelectual com o intuitivo. Embebidos por certo “espírito literário”, os historiadores desvendavam a imaginação criadora. Segundo dicionário da época, imaginação seria a “*faculdade de construir, com os dados fornecidos pela imaginação reprodutora, representações novas (...)*”, apoiando a formulação de hipóteses. “*Nas ciências, sugere as hipóteses e faz encontrar os meios de as verificar*”⁴⁰⁸. Portanto, uma imaginação iluminista que formula hipóteses e as verifica, como uma comprovação científica e, ao mesmo tempo, afetiva, que tornaria a história dinâmica, posta em enredo, em narrativa vivaz. Dever-se-ia, portanto, unir ambas em um momento no qual o historiador não deveria ser de todo um literato. Para tanto, haveria uma imaginação controlada, que não levasse a narrativa ao seu próprio descontrole, invadindo a seara da literatura. Desta relação estreita entre a imaginação, a verdade, documentos, espírito e alma, vem a afirmação de João Ribeiro, ao citar Mommsen (1817-1903): “*o presente modela e esculpe o seu passado (...) constrói com as suas vaidades ou a sua filosofia a hipótese do mundo antigo*”⁴⁰⁹. Era a própria consciência de olharmos para o passado com os olhos do presente e não alcançarmos a verdade, mas o verossímil, enquanto possível de ter acontecido, submetido ao olhar do observador.

Sobre a incompletude da distinção entre ciências e letras, Regina Abreu analisa a emergência das ciências sociais na Alemanha e na França. De acordo com a

⁴⁰⁷ SEIGNOBOS & LANGLOIS, *Introdução aos estudos históricos*, p. 156-59. Parece-nos que o livro tinha alguma penetração no Brasil já no primeiro quartel do século XX. Afirma GOMES, *História e historiadores*, p. 113: “*João Ribeiro é, aliás, um crítico da primeira reforma do ensino secundário, realizada em 1925. Ela era sem dúvida necessária, segundo ele, pois há cerca de 30 anos só se adotava no Brasil os livros de Seignobos e Grojais [(sic)]*”.

⁴⁰⁸ O mesmo dicionário nos explica o que vem a ser imaginação reprodutora ou passiva. Seria aquela que “*evoca e restitui as imagens dos acontecimentos psíquicos passados*” (IMAGINAÇÃO. Enciclopédia e Dicionário Internacional. Rio de Janeiro: Jackson Inc., v 10, p. 5788. Sem data, provavelmente de 1934, conforme Hallewell). Uma leitura atualizada nos é dada por CHAUI: imaginação reprodutora toma as imagens da percepção e da memória. A evocadora personifica o ausente por meio de imagens com forte tonalidade afetiva. In: CHAUI, *Convite à filosofia*, p. 135.

⁴⁰⁹ HANSEN, *Feições & fisionomia*, p. 72.

autora, na Alemanha foi necessário dar maior ênfase à narrativa literária, monográfica, como contrapeso à monotecnia das ciências exatas. Já na França deu-se o contrário. Para se distinguir da literatura, as ciências sociais aproximaram-se das ciências da natureza. Referindo-se ao livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a autora vê naquele livro as evidências desse meio caminho entre a literatura e a ciência, onde a presença da segunda deveria demonstrar que não se tratava da primeira⁴¹⁰.

Ribeiro reclamava da existência da cadeira de História da Civilização, introduzida pela reforma Rocha Vaz, em 1925, obrigando ao abandono da história descritiva em troca da generalização: “*Ou seja, o mesmo autor que escrevia criticando os historiadores por realizarem uma “história comum dos fatos”, sem homens e idéias - sem sentido -, advertia que não era proveitoso sacrificar o estudo e a análise dos fatos às generalizações*”⁴¹¹.

Se homens e fatos ainda eram importantes, Cintra com seus entochos focalizava muito mais a “natureza humana”. O que Cintra desejava, na realidade, era fazer com que os documentos falassem mais do que realmente poderiam ou deveriam. Sobretudo nos momentos íntimos e fora dos espaços públicos. Era lá que se completariam os silêncios e os vazios da história, que possibilitariam suas interpretações pessoais que destronariam os falsos heróis e cujo principal foco era o Império. Não era seu objetivo compreender as ações positivas, mas revelar o caráter pessoal negativo, as fraquezas, as falhas humanas e a falta de escrúpulo. O jornal seria o lugar mais apropriado para descortinar as verdadeiras faces dos heróis e fatos. E mesmo recriá-los. Ao escrever sobre pontos obscuros de personalidades do Panteão e revelar documentos íntimos, buscava trazer para a história uma visão psicológica dos personagens⁴¹², desvendar a alma e as paixões do ser humano. PAREI AQUI FELIPE Mas, ao contrário do que pretendia, sua preocupação em destruir os heróis

⁴¹⁰ ABREU, *O enigma de Os Sertões*, p. 150-151.

⁴¹¹ GOMES, *História e historiadores*, p. 113.

⁴¹² Escreveria anos depois, quando não se identifica como historiador, mas cronista: “*Foi bem o momento psicológico em que se acentuaram as grandes energias morais*” (CINTRA, *Os escândalos da 1ª República*, p. 51).

tradicionais, acabava por fazer uma ligação íntima e pessoal do personagem histórico com o sujeito, criando uma visão mais próxima do público leitor com os vultos da História. Popularizando-os, não só pelo espaço do jornal, mas pela própria linguagem jornalística, aproximava-os também de seus leitores.

Um tribunal para o outro lado da história

Ainda que alcançando algum sucesso, seus escritos foram, muitas vezes, encarados como pitorescos e obtendo um retorno em tom de galhofa: “*Definem o Sr. Cintra aqueles que o chamam de professor (...) Por que ser um professor sisudo é martirizante, um gracejador insulso é ridículo*”⁴¹³. Também pelo viés demolidor: “*Nós acreditamos que ninguém está em melhores condições para provar os erros do sr. Cintra, do que o próprio sr. Cintra. Inteligente, perspicaz, estudioso como fartamente demonstra (...), ele próprio, trabalhando com mais vagar e assento poderá retocar o seu livro (...)*”⁴¹⁴. A crítica sempre depende de quem a faz. Mas observamos que seus trabalhos não eram bem aceitos.

Para compreendermos a recepção do trabalho de Cintra, é necessário nos determos, de forma mais aprofundada, no primeiro debate, após a primeira semana da publicação de seus ensaios pelos jornais. Sobre sua visita aos arquivos ultramarinos, Mello Nogueira ironizaria: “*Revolvendo as poeiras seculares da Torre do Tombo é mais feliz que Eduardo Prado, Afonso Arinos, Oliveira Lima e outros que por lá passaram, desentranhou provas que parecem revolucionar o curso da história pátria*”⁴¹⁵. Para Nogueira, ainda que se valendo de documentos primários, quais sejam, a correspondência entre Pedro I e seu pai, para desvelar o oportunismo de ambos, Cintra não havia considerado a circunstância na qual as Cortes liam as cartas. Haveria um subterfúgio na comunicação entre os dois e faltaria, a Cintra, uma filosofia, uma interpretação do momento ao qual se refere. Mesmo porque, em contraposição aos argumentos “*com documentos dos arquivos luso-*

⁴¹³ B. L. S. O Momento Literário. *Jornal do Brasil*, p. 3, 9 jun 1921.

⁴¹⁴ [sem autor]. Bibliografia. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 2, 21 jul 1921.

⁴¹⁵ NOGUEIRA, Mello. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 3, 9 jan 1920.

brasileiros”⁴¹⁶, o jornal não seria o espaço adequado para tais debates. Outros se agregavam às discussões e faziam suas avaliações sobre os erros da história, que haviam se perpetuado de tal forma que a tradição suplantava a verdade, revelando que trocar personagens sedimentados por outros, como pretendia Cintra, não era novo. Era mesmo visto com boa vontade por alguns, porém haveria um limite para suas verdades⁴¹⁷. Alguns encaravam tais polêmicas como uma perspectiva muito estreita, restringindo o horizonte da história. Acabavam, porém, por reforçar a história como fora dada⁴¹⁸. Arregimentou apoiadores que, mesmo desdenhando, se pronunciavam e concluíam que tais debates não tinham nenhuma importância⁴¹⁹. No absurdo dos exageros, Cintra era comparado a Taine⁴²⁰. Em crônica de Hélios (Del Picchia), a comparação com Taine também foi feita. E mesmo o próprio Cintra buscava reforçar a similitude⁴²¹. Na realidade era o outro personagem que buscava criar para si, reforçado por seus pares. Manoel Bomfim criticava o livro *O Homem da Independência*: “Não se dirá que os textos e argumentos do Sr. Cintra bastam para despedaçar o pedestal em que assentaram o patriarca de 22 (...) O livro inteiro, túrgido de citações como é, não chega a maior efeito”⁴²².

⁴¹⁶ CINTRA, Assis. O herói da Independência. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 1, 5 jan 1920.

⁴¹⁷ “Vem essas considerações a propósito da polêmica travada sobre o Patriarcado da Independência brasileira, entre os ilustres professores Francisco de Assis Cintra e dr. Lellis Vieira. O primeiro sustenta com cópia não pequena de documentos autenticados, que José Bonifácio não é o patriarca da independência. Um historiador mexicano, Carlos Pereira, conseguiu demonstrar com argumentos admiráveis que Hamilton, e não Washington, foi o gênio construtor dos Estados Unidos. (...) a crença foi mantida por que ela se transformara em tradição. A História, ou melhor, o historiador (...) chegara tarde demais para julgar da justiça as honras distribuídas. Washington (apesar de não o ter sido) continua consagrado como patriarca da democracia norte-americana. José Bonifácio lhe vai na trilha.” (CINTRA, *O homem da independência*, p. 328 e *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 3, 21 mar 1920).

⁴¹⁸ Djalma Forjaz opina que se deveria deixar Bonifácio com o Patriarcado e consagrar-se Ledo, já que tal polêmica reduziria a Independência a um horizonte limitadíssimo (FORJAZ, Djalma. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 3, 25 fev 1920).

⁴¹⁹ Hermes Fontes concordava com Cintra na matéria *Fatos e Feitos*: “É verdade que a História tem, as vezes, os seus bluffs (...) Como quer que seja, a pesquisa do professor Cintra é notabilíssima (...) Cá pelo avesso “Alvear” isso é de nenhuma importância.” (*Correio Paulistano*. São Paulo, p. 1, 19 mar 1920).

⁴²⁰ Alves de Sousa escreve *Uma entrevista com José Bonifácio*, relatando o sonho que tivera com o Andrada que não desejava ser Patriarca: “O professor Cintra é, certamente, um erudito, e faz a História à Taine, cientificamente. Mas Taine, que escalpelou Napoleão, não liquidou Napoleão (...). Os arquivos bem remexidos, podem ser indiscretos e eloqüentes, mas a tradição reage sempre vitoriosamente contra a inquietação poeirenta dos infólios.” (*Correio Paulistano*. São Paulo, p. 1, 20 mar 1920).

⁴²¹ CINTRA, *No limiar da história*, p. 125, CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 24, CINTRA, *D. Pedro I e o grito da Independência*, p. 230.

⁴²² BOMFIM, *O Brasil*, p. 106.

Como já observado, os debates ganharam espaço em jornais de São Paulo e Rio de Janeiro. Goulart de Andrade toma a defesa de Cintra em suas tentativas de retificar a história, mas que não fosse tão longe. Alguns personagens deveriam ser preservados⁴²³. Entre deboches, pilhérias e críticas, era clara a questão que se apresentava entre destruir e manter. A invalidação das comemorações do centenário, como propunha Cintra, também ganhava apoios: “*Não é o caso de, nas vésperas do centenário, irmos pensando num desagravo cívico a essas memórias ilustres?*”⁴²⁴. As matérias ilustram a construção que Cintra desejava fazer de si e de seu caráter polemista enquanto defensor da verdade. Ainda que com tal visão negativa sobre a história, o objetivo foi alcançado, chamando a atenção do *Instituto Histórico de São Paulo* e gerando debate com seu representante, Lellis Vieira, historiador e jornalista, na primeira página do jornal *Correio Paulistano*⁴²⁵. Segundo Aguiar:

*“No fundo, a polêmica não significava apenas o espaço ideal de “luta de idéias”, no duplo sentido da expressão. A polêmica era, antes de tudo, um meio pelo qual os beligerantes disputavam notoriedade e liderança intelectual, que era (...) uma forma específica de poder (...) e um instrumento privilegiado de aproximação ou de intermediação com as estruturas de poder da sociedade e do Estado”*⁴²⁶

A violação dos tabus abria espaços para a notoriedade. As polêmicas eram verdadeiras “*batalhas literárias*”, lembra Machado Neto:

“Tal era a sua frequência, que tinha foros de gênero literário que alguém poderia cultivar e no qual fosse, por assim dizer, um especialista. (...) Nos jornais os polemistas “representavam” para um público que aplaudia e fazia prognósticos. (...)

⁴²³ “*Aplaudo, portanto, o esforço dos que, como o ilustre professor Assis Cintra, nas suas pesquisas tendentes a retificação sempre dificultosa de conceitos arraigados à cerca de certas personagens, revêem os seus processos de canonização cívica (...) Não se pretenda, porém, denegrir a ação de Tiradentes com a sustentação de teses tão ingratas como as que apresentou o ilustre publicista sr. Cintra (...)*” (ANDRADE, Goulart de. Tiradentes. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 1, 6 jun 1920).

⁴²⁴ *O Paiz*. Rio de Janeiro, p. 3, 15 mar 1920.

⁴²⁵ “*O Instituto Histórico, ali por um dos mais notáveis associados, enfrentou o sacrílego e com ele discutiu porfiadamente*” (HELIOS, *Correio da Manhã*. São Paulo, p. 1, 27 mai 1920). A polêmica deu-se entre 13 e 31 de março de 1920 pela primeira página do jornal *Correio Paulistano*. Como resultado do debate entre Cintra e Lellis Vieira, no dia 20 de março de 1920 o *Instituto Histórico de São Paulo* reuniu-se em sessão para homenagear José Bonifácio e decidiu erguer monumento, em Santos, ao Patriarca (*Correio Paulistano*. São Paulo, p. 3, 21 mar 1920).

⁴²⁶ AGUIAR, *O rebelde esquecido*, p. 106.

*Pagava e aplaudia... ou vaiava... os grandes espadachins da letra de fôrma. E o jornal apresentava mais uma sessão atrativa, ao estilo de folhetim*⁴²⁷

Se a polêmica trazia notoriedade, o que temos então é, ainda, a excessiva preocupação com a manutenção das bases de uma história da qual a geração anterior de historiadores desejou se desvencilhar:

*“Mais interessante ainda, entretanto, é refletir sobre como essa história continua. Ela foi solidamente cultivada e ainda hoje não é tarefa fácil narrar uma “outra” história. Uma história onde o Brasil não tenha uma cara, mas muitas, diversas e desiguais. Onde não haja necessariamente heróis e o povo não seja “naturalmente” bom*⁴²⁸

Não se consegue afastá-la dos mártires heróicos da posteridade porque sempre haverá aqueles que desejam “*deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los*”⁴²⁹. A própria destruição também reforça a permanência. Fatos e heróis são arrancados e devolvidos ao movimento da história para não se tornarem literatura definitivamente, já que novos olhares e enfoques os restituem ao seu lugar na história. Filipe dos Santos continua sendo despedaçado por quatro cavalos, Tiradentes é enforcado a cada dia e Pedro I ainda grita à beira do riacho.

⁴²⁷ MACHADO NETO, *Estrutura social da república das letras*, p. 140.

⁴²⁸ GOMES, *História e historiadores*, p. 210.

⁴²⁹ NORA, *Entre a memória e a história*, p. 13.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cintra foi um historiador em sua época. Teve livros adotados em importantes instituições, como o livro *Pequenas Histórias*, lançado em 1923 e onde está estampado o aviso: “obra aprovada pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado de S. Paulo (...) adotada na <<Escola Modelo>> e Grupos Escolares do mesmo Estado”⁴³⁰. O livro *Alma Brasileira* (1922) foi adotado na Escola Normal. Portanto, obra bem vista, que demonstra ter educado uma geração. Em 1929, o então governador do Rio Grande do Sul - Getúlio Vargas - autorizou a adoção de seu livro, *Alma Brasileira*, nas escolas daquele Estado. Os apoios estavam sendo montados. Era o caminho do mecenato, comum na época, onde se delineavam as relações entre literatos e membros de prestígio da burocracia estatal e de onde vinham as subvenções para a publicação de livros. Se o Estado ainda não interferia diretamente na construção da história brasileira - por intermédio do IHGB, como ocorrera no Império ou nas leis de Reforma do Ensino no governo Vargas - é fato que ainda era importante financiador, com grandes aquisições da produção editorial. *Alma Brasileira*, lançado em 1922, foi seu maior êxito por mais de uma década, adaptando-se às normas do Estado Novo⁴³¹. Em 1933 entrou na lista de *Livro de Aquisições*, que foram incorporados à *Biblioteca da Escola de Professores da Escola Normal do Rio*, junto a outros “livros inutilizados”, pelo excesso de uso⁴³². Uma alma nacional que seria a expressão viva e permanente dos sentimentos, das emoções, das crenças e da capacidade de perceber a nação. Havia-se de despertar o sentimento nacional.

⁴³⁰ CINTRA, *Pequenas histórias*, p. 9.

⁴³¹ A seção Bibliografia da Revista do Brasil acusava o recebimento da obra: “*Alma Brasileira obra aprovada pela Diretoria de Instrução Pública do Estado de São Paulo, por Assis Cintra – Editora proprietária Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1922*” (RBR, n. 87, p. 257, mar 1923). Na capa da edição de 1938: “*Obra adotada em todos os Estados do Brasil destinado à educação cívica*” (CINTRA, *Alma Brasileira*, p. 7). Em 1935, o livro *Alma Brasileira*. está em sua sexta edição e em 1938 na oitava, revista e atualizada. Mesmo com o passar dos anos, os textos permanecem. As alterações efetuadas se referem às datas dos feriados nacionais. Os decretos de 1890 e 1891, sobre os feriados, foram substituídos pelo de 1938. A Revolução Francesa foi uma das festividades suprimidas.

⁴³² VIDAL, *O Exercício disciplinado do olhar*, p. 181, 187 e 289.

A nação não se identificaria com formas e tipos físicos exteriores, mas pela alma comum, arraigada, internalizada e não visível, revelada nas comemorações festivas da nacionalidade. É o que Cintra buscará fazer em seu livro *Alma Brasileira* (1922). Tal qual Taine, a nação deveria ser uma comunidade unida pelo espírito próprio que traduzisse o caráter nacional. Como Herder, o espírito e o caráter se revelavam nas festividades, assim como para Assis Cintra “*Os países civilizados despertam na alma do povo, através de festas e comemorações, a nobreza de três grandes sentimentos: o amor da pátria, a fraternidade humana e o culto da liberdade*”⁴³³. Se houve uma intenção de reformular o dístico da Revolução Francesa, a igualdade não se encontraria na esfera social ou política, mas no amor à pátria.

Assis Cintra efetuou pesquisa documental e divulgou o livro de Gândavo (*Nossa Primeira História* - 1922), a carta de Caminha (*A Carta de Vaz Caminha*), reuniu a correspondência de Pedro I com seu pai (*Brasil Reino-Brasil Império* - 1945 - e *A Revolução que fez o Império* - 1934) e analisou os relatos sobre o grito do Ipiranga (*O grito do Ipiranga. Três valiosos depoimentos históricos*). Fez leituras nunca d’antes efetuadas e resgatou histórias esquecidas.

Apesar das críticas em seu próprio tempo, o veredicto viria paulatinamente. Ao comentar livros escritos sobre a Independência do Brasil, nas comemorações do centenário da independência política, o historiógrafo José Honório Rodrigues escreveu no *Jornal do Brasil* em 26 de agosto de 1972:

“*Das outras da mesma época distingue-se a do dr. João Romeiro [(genro do Barão de Pindamonhangaba)], De D. João VI à Independência (Rio de Janeiro, 1922), muito superior às obras de Assis Cintra, sempre olhada com desconfiança pelos historiadores. (...) De Assis Cintra o que vale sobretudo é a capacidade herética, que motiva interesse e desafio à ortodoxia oficial. Sua antipatia a José Bonifácio é o único traço oficial da sua obra, e nela se distingue especialmente D. Pedro I e o Grito da Independência (São Paulo, 1921), que contém os quatro relatos das testemunhas do Grito do Ipiranga.*”⁴³⁴

⁴³³ CINTRA, *Na margem da história*, p. 29.

⁴³⁴ RODRIGUES, *Ensaio livres*, p. 214.

Esta não foi a primeira referência que José Honório Rodrigues, membro da ABL e do IHGB, fez ao herético Assis Cintra. Anos antes escreveu: “*A impertinência de alguns e o sectarismo de outros os levaram a denegrir a ação de José Bonifácio, apresentando-o como um reacionário, possuidor de ódio à democracia e à liberdade*”. Mais adiante Rodrigues faz um questionamento, deixando pistas sobre a quem se referia: “*Que tem o historiador com os excessos sexuais de D. Pedro I ?*”⁴³⁵. Se aqui José Honório Rodrigues não cita o nome de Cintra, autor de *As Amantes do Imperador* (1933), é fato que está falando sobre ele também. Em terceira referência, conhecemos a principal razão de ferrenha memória e repetidas lembranças críticas:

“*[José Bonifácio] foi o principal promotor da Independência do Brasil (...) O colosso, um dos poucos colossos que o Brasil já possuiu (...) não eram poucos aqueles que já então o consideravam o Pai da Pátria, embora alguns, cujos nomes dormem no silêncio merecido, esbravejassem toda a sua cólera contra ele. (...) outros, como Assis Cintra, enquadram-se numa historiografia primária e subdesenvolvida, como a de Melo Moraes. Afrânio Peixoto, uma exceção, publicou antes de 1920, antes da obra de Assis Cintra (1921), uma antologia inteligente (...) Os livros de Alberto Lamego, Tobias Monteiro e Heitor Lyra - este muito inspirado em Assis Cintra - constituem em conjunto (1926-1945) a sobrevivência da historiografia anti-andradina (...)*”⁴³⁶

Nacionalista, as críticas de Rodrigues oscilam entre o esquecimento e o avivamento da memória, entre silêncio e lembrança. Desabonando, resgata. Assis Cintra arregimentou a oposição daqueles que não concordavam com suas propostas e formas de executá-las, mas polemizar também é problematizar. É trazer para a mesa de discussões novas propostas a serem examinadas.

O que tínhamos até 1920 era a pergunta sobre quem éramos nós, o povo brasileiro, enigma para nossa nacionalidade e questionamento para nossa identidade cultural. No transcorrer da década de 20 encontraremos aqueles que afirmavam a impossibilidade de sermos, como Assis Cintra e Antonio Torres. Este com sua lusofobia e o outro construindo uma anti-história e explorando o passado, não como algo grandioso, mas

⁴³⁵ RODRIGUES, *História e historiadores do Brasil*, p. 150 e 160.

⁴³⁶ RODRIGUES, *O pensamento político e social de José Bonifácio*, p. 7.

pitoresco. Gilberto Freyre, após 1930, fecharia tal ciclo ao responder quem éramos nós afinal. Pitorescos, lascivos, promíscuos, sentimentais, misturados, desorganizados e, por isso, apaixonantes e viáveis, já que de características próprias e, portanto, um povo individualizado. Marcava o sentimento de esperança na possibilidade de construção de um projeto para a nação, desvendando nosso mistério social pelo viés cultural e abrindo a via utópica da modernização desenvolvimentista.

Como afirma Murari, ao contrário da Europa, não buscávamos determinar quem era “o outro”, mas quem viria a ser “o eu”⁴³⁷. Nessa busca, muitos estavam lá, além de João Ribeiro, Assis Cintra, Gilberto Freyre – com alguns de seus artigos sendo também publicados na *Revista do Brasil* – e Sergio Buarque de Hollanda, escrevendo artigos em jornais, como Assis Cintra. Sobre Sergio Buarque, nos conta Iglesias ao referir-se aos anos 20 e ao modernismo da revista *Klaxon*: “*O período passado no Rio coincide com a efervescência do movimento modernista, no qual participou intensamente*” e daí seu “*gosto pela iconoclastia, daí sua adesão ao período inicial, o mais vivo na destruição dos falsos valores consagrados e combatidos por quantos desejavam outra coisa*”. Por isso, “*se identificou com os modernos em seu anseio de aprofundar o que o país tem de autêntico*”⁴³⁸.

Assis Cintra, pelo jornal *Correio da Manhã*, desejando desvelar o que a história da nação tinha de falso, e Sergio Buarque de Hollanda, pelo jornal *A Noite*, se inserem em um contexto propício para outros olhares sobre a história, buscando uma forma de explicar nossa sociedade e desejando a ruptura com o passado. Guardadas as devidas proporções do trabalho histórico realizado e das perspectivas analíticas e interpretativas efetuadas por ambos à época, são estas as chaves para compreendermos como ambos se distinguem e se aproximam. No entanto, se os seus objetivos eram próximos, irão tomar caminhos diferentes. Sergio Buarque de Hollanda buscou uma formação mais acadêmica,

⁴³⁷ MURARI, *Brasil? Ficção geográfica, ciência e nacionalidade n`Os Sertões*, p. 110.

⁴³⁸ IGLESIAS, *Historiadores do Brasil*, p. 207.

apoiando-se nas produções das ciências sociais, que lhe forneceram elementos de método, de teoria e a disciplina intelectual necessária à escrita da História. Cintra, com sua iconoclastia, sua verve polêmica, seu gosto pelos “furos” históricos, seu apego à livre imaginação, se manteve distante das exigências da nova ciência histórica e dos procedimentos da crítica documental. Em nome da suposta verdade da história e adentrando por um psicologismo, Assis Cintra optou por cultivar a polêmica⁴³⁹.

Como sua construção para a História mobilizou opiniões, mas não vingou, encontramos-lo em um limiar de passagem. Entre, de um lado, os jornais e o grande público e, de outro, João Ribeiro - representante de uma tendência historiográfica - e Gilberto Freyre - que buscou uma base antropológica e cultural de novo tipo - Cintra estará em nenhum lugar. Exceto, talvez, em um debate esquecido com o primeiro ou nas notas de rodapé do segundo.

Ele quis escrever uma outra história e acabará por não saber definir o que escreveu⁴⁴⁰. Seus livros podem fazer parte da coleção *Os Grandes Estudos Históricos*⁴⁴¹ da Editora Renascença ou do anedotário de *Os Escândalos de Carlota Joaquina* (1934). Pelo olhar do nosso presente, Cintra não foi um historiador. Mas não deixou de sê-lo, se nos

⁴³⁹ “Estou com Silvio Romero” (CINTRA, Assis. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1, 1 abr 1922).

⁴⁴⁰ O que era história e historiador ganhava seus primeiros contornos. Por isso, em 1920, Cintra começou dizendo-se historiador, levantando a voz e reivindicando documentos para as comprovações das verdades históricas. Aos poucos foi abandonando a idéia. Em determinado momento nem mesmo sabe se escreve história ou História: “Mais um livro de História ou de histórias. Como o escrevi? Não sei razoavelmente dizê-lo” (CINTRA, *Indiscrições da nossa história*, p. 7). Em 1934 quase desistiu de sabê-lo. Definia-se como cronista: “E aí está o resumo da vida de Carlota Joaquina. Pensamos fazer um romance dessa vida e apenas podemos fazer um punhado de crônicas. Essas crônicas foram todas elas tiradas de escritores que trataram do assunto” (CINTRA, *Os escândalos de Carlota Joaquina*, p. 7). Talvez, no máximo, um historiador de curiosidades ou de novelas: “Visamos apenas distrair por alguns instantes a curiosidade dos leitores. Isto não é história. E também não é romance. Quem quiser história leia os autores citados. Quem quiser romance, espere por um romancista... E que é este livro então? É apenas fumaça histórica e novelesca, que irá para aqui e para acolá, à vontade dos leitores, como fumaça que os ventos carregam...” (CINTRA, *Os escândalos de Carlota Joaquina*, p. 7). Em 1936 sabe que sua produção é somente diversão. O historiador torna-se jornalista: “Não é, pois, um livro de história, nem de literatura, propriamente dita. A leitura das páginas seguintes levarão ao leitor a certeza de que este volume, apenas encerra várias reportagens, talvez bisbilhoteiras, certamente desprezenciosas.” (CINTRA, *O general que vendeu o império*, p. 9). Será um Dom Quixote que não sucumbiu, mas narrará suas aventuras ao pé da lareira, como “*Serões Históricos*” (1945). No seio da família permanece a memória de ter sido um grande contador de casos. O mesmo pudemos constatar no documento de Mônaco Cintra.

⁴⁴¹ A informação está na capa de seu livro *Brasil reino e Brasil império* (1945).

esforçamos para observá-lo em seu próprio contexto. Não estava deslocado e nem desconectado de seu próprio presente, mas não foi, até hoje, observado em seu tempo.

Talvez por isso, sem saber como defini-lo, a matéria “*Morreu Assis Cintra*”, um release para a imprensa, anunciava a morte de um homem multifacetado, que fez várias coisas, mas que, enfim, não foi nada: “*Um historiador, jornalista, filólogo que foi antes de tudo um homem de talento*”. Explica-nos seu autor:

*“Assis Cintra não foi, a rigor, um profundo cultor da história, nem ele mesmo pretendeu isso, pois quis antes ser um agradável cronista de nosso passado. Além do mais, jornalista militante através de vários decênios, era homem de fato palpitante, do flagrante humano de maior interesse, razão por que fez da história o registro fascinante para os seus milhares de leitores. Também na filologia derramou o seu talento, extraindo da língua o fenômeno vivo que o seu feitio requeria. Era um literato brilhante e um homem de imprensa, inimigo dos ranços de cultura e do artificialismo intelectual.”*⁴⁴²

O autor da matéria se enganou. Pretendeu sim, ser historiador. Por isso, escreveu para seu público e, pensando deixar claro que tipo de história construía e desejando esclarecer quem era, escreveu para João Ribeiro: “*Uma discussão entre dois professores de História, não é conversa fútil...*”,⁴⁴³

Tendo, porém, ficado em um limiar, não deixou claro o que seria conto ou história, o que era real ou imaginário. Perto e longe da História, Assis Cintra quis ser, antes de tudo, o anunciador das mentiras da história política e o que se tornou, aos olhos de alguns, foi um grande contador de “*petite histoire*”.

Nosso objetivo não é terminar este trabalho com o que temos a dizer sobre o objeto estudado, mas deixa-lo falar de si, em sua auto-avaliação, feita em 1945, quando não mais desejava ser um historiador, nem mesmo um literato, mas somente um cronista, um contador de casos. Na apresentação do livro, cujo sugestivo título é *Serões Históricos* (1945), e ainda preso ao ano de 1900, período da publicação do manual de

⁴⁴² *Diário de Minas*, Quinta-feira, 2 de julho de 1953, p. 5. O jornal havia sido porta-voz do PRM (Partido Republicano Mineiro).

⁴⁴³ CINTRA, Assis. *O Jornal*. Rio de Janeiro, p. 1, 13 abr 1922.

Ribeiro e do livro de Langlois e Seignobos, Assis Cintra tomou para si o que escreveu Araripe Junior sobre João Ribeiro, declarando:

“Nas minhas crônicas há coisas interessantes da História do Brasil. Conto o que aprendi em livros ou em arquivos, sem a veleidade de agradar pelo classicismo da linguagem ou pelas novidades históricas. Escrevo com simplicidade, relatando ou comentando episódios, como se estivesse conversando com amigos. Naturalmente indico as fontes informativas: livros e arquivos, autores e documentos (...).

Se minhas crônicas pecarem pela má linguagem ou defeituosa arquitetura histórica, que os sábios da gramática e da história sobre elas descarreguem as suas iras excomungando-as (...).

Acusam-me de contrariar os mestres ilustres nas minhas apreciações históricas, e atiram-me, como labéu, o nome de iconoclasta.

É de Araripe Júnior, o mais notável de nossos críticos, este conceito, que, no meu caso, é oportuno:

“Os competentes, há muito tempo, condenaram a mania de empregar a história como instrumento de exaltação patriótica ou de lealismo, isto é por uma razão óbvia, e é que do método assim entendido resultava que illogicamente cada país tendia a fazer aplicações da ciência histórica na conformidade dos seus interesses particulares, mutilando a vida dos povos no sentido dos seus ódios ou dos seus entusiasmos”. (Prefácio da 1ª edição da “História do Brasil”, de João Ribeiro).

E é de Langlois-Seignobos (“Introdução aos Estudos Históricos”) esta observação:

“Em história, atualmente, não se exigem mais lições de moral, nem exemplos cavaleirescos, nem também cenas dramáticas ou pitorescas, “fora da verdade”, embora seja certo que a lenda agrada mais do que a história, pois naquele o encadeamento dos fatos, suas causas e seus efeitos, estão mais conforme com os nossos sentimentos de justiça, os personagens são mais perfeitos e heróicos, as cenas mais belas e emocionantes”.

Aí está porque minhas crônicas não agradam a certa gente, que prefere a mentira dourada da lenda à verdade aguda da história.

E daí a minha iconoclastia... na opinião dessa gente.”⁴⁴⁴

⁴⁴⁴ CINTRA, Serões históricos, p. 7-9.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE ASSIS CINTRA:

- CINTRA, Assis. *O Nome Brasil: com S ou com Z?* São Paulo: Revista do Brasil, 1920.
- _____. *Questões de Português*. São Paulo: Melhoramentos, 1921a.
- _____. *O homem da independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1921b.
- _____. *D. Pedro I e o grito da Independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1921c.
- _____. *Os clássicos e o antigo vernáculo*. Rio de Janeiro: L. Ribeiro, 1921d.
- _____. *Minas Gerais versus São Paulo: questão de limites*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921e.
- _____. *O Brasil na independência*. São Paulo: Mayença, 1922a.
- _____. *Mentiras históricas*. Rio de Janeiro: L. Ribeiro, 1922b.
- _____. *Indiscrições da nossa história*. São Paulo: M. Lobato, 1922c.
- _____. *O Brasil na independência*. São Paulo: Mayença, 1922d.
- _____. *Nossa primeira história*. São Paulo: Melhoramentos, 1922e.
- _____. *O que é correto*. São Paulo: Globo, 1922f.
- _____. *O Brasil de Outrora: usos, costumes e história através de gravuras e documentos*. São Paulo: M. Lobato, 1922g.
- _____. *Tiradentes perante a História*. São Paulo: Globo, 1922h.
- _____. *No limiar da história*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1923a.
- _____. *Revelações Históricas para o Centenário*. Rio de Janeiro: L. Ribeiro, 1923b.
- _____. *Pequenas histórias*. 2 ed.. Rio de Janeiro: F. Alves, 1924.
- _____. *Histórias que não vêm na história*. São Paulo: Editora Nacional, 1928.

- _____. *Na margem da história*. São Paulo: Nacional, 1930.
- _____. *Reabilitação histórica de Calabar*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1933a.
- _____. *As amantes do imperador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933b.
- _____. *Chalaça: o favorito do império*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1934a.
- _____. *Os escândalos de Carlota Joaquina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934b.
- _____. *A Revolução que fez o Império*. 4 ed. São Paulo: J. Magalhães, 1934c.
- _____. *Floriano, carneiro de batalhão: crônicas do primeiro governo provisório*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934d.
- _____. *O favorito da Imperatriz*. Rio: Calvino Filho, 1934e.
- _____. *O rei fujão*. São Paulo: Record, 1934f.
- _____. *Alma Brasileira*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1935.
- _____. *O general que vendeu o império*. São Paulo: J. Fagundes, 1936a.
- _____. *Os escândalos da 1ª República*. São Paulo: J. Fagundes, 1936b.
- _____. *Alma Brasileira*. 8 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1938.
- _____. *Brasil reino e Brasil império*. São Paulo: Renascença, 1945a.
- _____. *Serões históricos*. São Paulo: Renascença, 1945b.
- _____. *O presidente Carlos Campos e a revolução de 5 de julho de 1924*. São Paulo: Cupolo, 1952.
- _____. *Bernardino de Campos e seu tempo*. São Paulo: Cupolo, 1953.

OBRAS DE REFERÊNCIA:

- CINTRA, Assis. In: *Enciclopédia Brasileira Mérito*. São Paulo: Mérito, 1967. v. 5, p. 457.
- _____. In: *Enciclopédias Globo*. Porto Alegre: Globo, 1977. v. 4, p. 332.

- _____. In: MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1969. v. 2.
- _____. In: GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário Bio-Bibliográfico*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1938. p. 126
- _____. In: Dicionário internacional de biografias. São Paulo: Formar, [s.d.]. v. 2.
- _____. In: MELO, Luis Correa de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: [s.n.], 1954, p. 151.
- TAINÉ. In: Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu-americana. Espasa: Madri, v. 58, 1927, p 13623.

JORNAIS:

- Correio Paulistano*. São Paulo. Jan/ago 1920.
- Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Mar/ago 1920.
- A Noite*. Rio de Janeiro. Abr 1919/jun 1920.
- Diário de Minas*. Belo Horizonte. Jul 1953.
- O Paiz*. Rio de Janeiro, mar 1920.
- Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, jun 1921.
- O Estado de São Paulo*. São Paulo, jul 1921.
- Minas Gerais*. Belo Horizonte, jun 1982.

REVISTAS

- Almanach Bragantino*. Papelaria Almeida: Bragança Paulista, 1914.
- Revista do Arquivo Público Mineiro – Vila Rica – 1720* [Questões Históricas – O Esquartejado de] – Assis Cintra e Teophilo Feu de Carvalho 1938 – XXV – 1º v. p. 415.
- Revista do Brasil*. São Paulo: Revista do Brasil, 1916-1925.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, 1910-1930.

Revista Fon-Fon. Rio de Janeiro, p. 21, 15 jan 1921.

LIVROS, ARTIGOS E TESES:

ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: crítica e história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Brasília, 1976.

_____. *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954.

ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funart/Rocco, 1998.

_____. *A fabricação do imortal, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ABUD, Kátia Maria. “Os programas de História do Brasil na Escola Secundária”. In: *Perspectivas do Ensino de História*. São Paulo: FEUSP, 1996

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

AMARAL, Araci. *Artes plásticas na semana de 22*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática. 1989.

ANDRADE, Jéferson de. *Um jornal assassinado. A última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ARENDRT, Hannah, *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1990.

ASLAN, Nicola. *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*. Rio de Janeiro: Maçônica, 1973.

ASSIS BRASIL, Cecília. *O diário de Cecília de Assis Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1983.

BASTOS, Elide Rugai. “Gilberto Freyre e a questão nacional”. In: *Inteligência*

- brasileira*. MORAES, Reginaldo et al. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo: Nacional, 1940. Coleção Brasileira, v. 47.
- BOURDIEU, P. “O mercado de bens simbólicos”. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BRAGANÇA, Aníbal. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Mercado das Letras, 2000.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil: século XX*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971. v. 2.
- CAMPOS, Pedro Moacyr. “Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX”. In: GLËNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 3 ed. São Paulo: Difel, 1979.
- CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *Na margem da história da República*. Recife: Massandana, 1990 (1924).
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1956.
- _____. *A correspondência entre Lobato e Lima Barreto*. [s.l.]: MEC, 1955.
- CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. São Paulo: Nova Cultural, 1993.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2002.

- CHOAY, Françoise. “O Reino do Urbano e a Morte da Cidade”. In: *Projeto História: espaço e cultura*, n. 18, São Paulo: Educ, 1999.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 20 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1946.
- _____. *À margem da história*. São Paulo: M. Fontes, 1999.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. “Sociedade, Estado e direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 441-487.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: FAFICH, 2002.
- FAGUNDES, Morivalde Calvet. “Apresentação”. In: ASLAN, Nicola. *Subsídios para uma biografia de Joaquim Gonçalves Ledo*. Rio de Janeiro: Maçônica, 1975.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. “Ver para Compreender: Arte, Livro Didático e a História da Nação”. IN: SIMAN, Lana Mara de Castro & FONSECA, Thaís Nívia de Lima. *Inaugurando a História e construindo a nação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: USP, 1985.
- HANSEN, Patrícia Santos. *Feições & fisionomia: A História do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- HARTOG, François. *A arte da narrativa histórica*. In: *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- HOBBSAWN, Eric. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 14 ed. Rio de Janeiro: J.

- Olympio, 1981.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LE GOFF, Jacques. “As idades médias de Michelet”. In: *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980.
- LEME, Ernesto. *A casa de Bragança. Memórias*. São Paulo: Parma, 1981.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1968. (Obras Completas, v. 12).
- _____. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1959. (Obras Completas, v. 2).
- LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, J. (org.). *Jogo de escalas. A experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1998.
- MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da república das letras*. São Paulo: Grijalbo, 1973.
- MARTINS, Nelson Silveira & LAURITO, Domingos. *Bragança, 1763-1942*. São Paulo: Mario M. Pouzini e Cia, 1943.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978. v. 6.

- MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da história. A construção do Brasil em dois manuais didáticos da história na segunda metade do século XIX.* São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1997, mimeo. (Tese, Doutorado).
- MENDES, Justino. *Questões filosóficas.* São Paulo: Campos, 1924.
- MICELI, Paulo. *História, histórias: o jogo dos jogos.* Campinas: Unicamp, 1996.
- _____. *O mito do herói nacional.* 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- MICHELET, Jules. *O povo.* São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. *História da revolução francesa: da queda da bastilha à festa da federação.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *A feiticeira.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- _____. *A mulher.* São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MÔNACO CINTRA, João Luis. *Traços da vida, personalidade e obras de Assis Cintra.* Cópia datilografada, datada de 18 de julho de 1987, pertencente a José Lamartine Cintra.
- MORAES, Mello. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- _____. *Chronica geral e minuciosa do Império do Brasil.* Brasília: Senado Federal, 1997.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista. Sua dimensão filosófica.* Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MURARI, Luciana. *Brasil? Ficção geográfica, ciência e nacionalidade n`Os Sertões.* Belo Horizonte: Fafich, 1995, mimeo. (Dissertação, Mestrado).
- NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares.* São Paulo: PUC, 1993.
- NUNES, Cassiano. *O sonho brasileiro de Lobato.* Brasília: Cultrix, 1979.
- OLIVEIRA, Laura Nogueira. *Os índios bravos e o sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo Varnhagen.* Belo Horizonte: FAFICH,

- 2000, mimeo (Dissertação, Mestrado).
- PAES CINTRA, Antonio. *Genealogia dos Cintra*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1949.
- PASAVENTO, Sandra Jutahy. “Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional”. In: LENHARDT, Jacques & PASAVENTO, Sandra Jutahy (org). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- PEDRO AMÉRICO DE FIGUEIREDO. *O brado do Ipiranga*. Florença: Tipografia da Arte della Stampa, 1888.
- PEREIRA, Paulo Roberto. *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.
- PEREIRA, Aparecida Moreira. “Francisco de Assis Cintra”. In: *Trajetória literária de Bragança Paulista*. Bragança Paulista: EDUSF, 1995, p. 121-134.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. 9 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- RAMOS, Plínio de Abreu. *O PSD mineiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- REIS, José Carlos. *A História entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.
- RÉMOND, René. “Uma história presente”. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil, Curso Superior*, 4 ed, Rio de Janeiro: F. Alves, 1912.
- _____. *História do Brasil, Curso Superior*, 14 ed, Rio de Janeiro: F. Alves, 1953.
- RODRIGUES, José Honório. “O pensamento político e social de José Bonifácio”. In: *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio*, v. 2. Santos: [s.e.], 1963.
- _____. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.

- _____. *Ensaio livres*. São Paulo: Imaginário, 1991.
- _____. *História e historiografia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- _____. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*, 5 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.
- ROMERO, Silvio. “História da literatura brasileira”. In: BARRETO, Luiz Antonio (Org.). *Dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Sergipe: UFS, 2001.
- SÁ, Dominich Miranda de. *Idéias sem fronteiras: da generalidade a especialização no pensamento intelectual do Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 2003, mimeo. (Tese, Doutorado).
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo. Cia das Letras, 1993.
- _____. “Prefácio: De volta ao passado com as lentes focadas no presente”. In: SIMAN, Lana Mara de Castro et al. *Inaugurando a história e construindo a nação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- _____. *As barbas do imperador*. 2 ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.
- SCHMIDT, Benito Bisso. “A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos Guazzelli et al. *Questões de teoria e metodologia da história*, Porto Alegre: UFRGS, 121-129.
- SEIGNOBOS & LANGLOIS. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da história intelectual entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.
- SILVA. Joaquim Norberto de Souza e. *História da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

- TAINÉ, Hippolyte. *Da natureza e produção da obra de arte*. Lisboa: Lisboaense: [s.d].
- TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: Edusc, 2000.
- TORRES, Antonio. *As Razões da Inconfidência*. 3 ed. Rio de Janeiro: A. J. Castilho, 1925a.
- _____. *Prós & contras*. 2 ed. Rio de Janeiro: Castilho, 1925b.
- _____. *Verdades indiscretas*. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1955.
- VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil*. São Paulo: Cultura, 1943.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV. 1996.
- VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar*. Bragança Paulista: USF, 2001.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias, uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. *Dissertação: de como se deve escrever a História do Brasil*. In: Revista Trimestral de História e Geographia, n. 24. Rio de Janeiro: IHGB, 1845.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1994.

ANEXOS

BIBLIOGRAFIA DE FRANCISCO DE ASSIS

CINTRA

1920

O Nome Brasil: com S ou com Z?. São Paulo: Revista do Brasil, 1920.

Localização: Biblioteca Nacional, USP e Biblioteca da família Cintra.

1921

Questões de Português. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

Localização: Biblioteca Nacional

Dicionário Brasileiro. São Paulo: M. Lobato, 1921.

Novíssimas Questões. São Paulo: Melhoramentos (Weiszflog), 1921.

O Homem da Independência. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

Localização: Biblioteca Nacional e Arquivo Público Mineiro.

D. Pedro I e o grito da Independência. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

Localização: Arquivo Público Mineiro e Biblioteca da família Cintra

Os clássicos e o antigo vernáculo. Rio de Janeiro: L. Ribeiro, 1921.

Localização: UFMG, PUC-MG e Biblioteca Nacional.

Minas Gerais versus São Paulo: questão de limites. Rio de Janeiro:

Imprensa Nacional: 1921¹.

¹ Conforme citado no Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Municipal de São Paulo Secretaria de Educação e Cultura. 1969. Página 496: “*A questão de limites entre São Paulo e Minas; desde 1720 até 1935. [São Paulo] s.c.p. [1935]*”. Certamente é uma reedição de Minas Gerais versus São Paulo: questão de limites. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, publicado em 1921. Há citação também de “Minas-São Paulo” como “Edições do Autor” (CINTRA 1921d:324). Ver também “Litígio de Fronteiras – Limites Entre São Paulo e Minas” in: *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 1, 17 mai 1920, matéria do jornal, onde Gentil A. Moura do Instituto Histórico de São Paulo afirma que o direito de posse da região da Vargem, em Bragança Paulista, é de São Paulo e o território está sob jurisdição de Minas. A mesma conclusão de Assis Cintra. Há outro Francisco de Assis Cintra: FRANCISCO DE ASSIS DE ARAÚJO

